

Trajetórias antropológicas: encontros com Gilberto Velho

CRISTINA PATRIOTA DE MOURA

LISABETE CORADINI (ORGANIZADORAS)

ABA PUBLICAÇÕES


edufpn
Editora da UFPA

Trajetórias antropológicas:
encontros com
Gilberto Velho

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

REITORIA

Ângela Maria Paiva Cruz

VICE-REITOR

José Daniel Diniz Melo

DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA EDUFRRN

Luis Álvaro Sgadari Passeggi (Diretor)
Wilson Fernandes de Araújo Filho (Diretor Adjunto)
Judithe Albuquerque da Costa Leite Albuquerque (Secretária)

CONSELHO EDITORIAL

Luis Álvaro Sgadari Passeggi (Presidente)
Ana Karla Pessoa Peixoto Bezerra
Anna Emanuella Nelson dos S. C. da Rocha
Anne Cristine da Silva Dantas
Christianne Medeiros Cavalcante
Edna Maria Rangel de Sá
Eliane Marinho Soriano
Fábio Resende de Araújo
Francisco Dutra de Macedo Filho
Francisco Wildson Confessor
George Dantas de Azevedo
Maria Aniolly Queiroz Maia
Maria da Conceição F. B. S. Passeggi
Maurício Roberto Campelo de Macedo
Nedja Suely Fernandes
Paulo Ricardo Porfírio do Nascimento
Paulo Roberto Medeiros de Azevedo
Regina Simon da Silva
Richardson Naves Leão
Rosires Magali Bezerra de Barros
Tânia Maria de Araújo Lima
Tarcísio Gomes Filho
Teodora de Araújo Alves

Editoração

Kamyla Alvares (editora)
Alva Medeiros da Costa (supervisora editorial)
Natália Melão (colaboradora)
Emily Lima (colaboradora)

Revisão

Wildson Confessor (coordenador)
Márcio Xavier Simões (revisor)

Design Editorial

Michele de Oliveira Mourão Holanda (coordenadora)
Márcio Xavier Simões (miolo e capa)

Revisão técnica: Vinicius do Prado Januzzi

Foto Gilberto Velho: Karina Kuschmir, tirada no âmbito do projeto Cientistas Sociais – Histórias de Vida (<http://cpdoc.fgv.br/cientistasociais>)

Associação Brasileira de Antropologia – ABA

Universidade de Brasília – Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa Norte

Prédio do ICS – Instituto de Ciências Sociais

Térreo – Sala AT-41/29 – Brasília/DF – CEP: 70910-900

Caixa Postal 04491 – Brasília/DF – CEP: 70904-970

Coordenadoria de Processos Técnicos

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Trajetórias antropológicas [recurso eletrônico]: encontros com Gilberto Velho / Cristina Patriota de Moura e Lisabete Coradini (organizadoras). – Natal, RN: EDUFRRN, 2016.
238 p.: PDF; 1,5 Mb.

Modo de acesso: <https://repositorio.ufrn.br/jspui>
ISBN 978-85-425-0626-6

1. Velho, Gilberto, 1945-2012. 2. Antropologia. I. Moura, Cristina Patriota de. II. Coradini, Lisabete.

RN/UF/BCZM

2016/50

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

Coordenador: Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE)
Vice-Coordenadora: Jane Felipe Beltrão (UFPA)
Patrice Schuch (UFRGS)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Andrea Zhouri (UFMG)
Antonio Augusto Arantes Neto (UNICAMP)
Carla Costa Teixeira (UnB)
Carlos Guilherme Octaviano Valle (UFRN)
Cristiana Bastos (ICS/Universidade de Lisboa)
Cynthia Andersen Sarti (UNIFESP)
Fábio Mura (UFPB)
Jorge Eremites de Oliveira (UFPE)
Maria Luiza Garmelo Pereira (Fiocruz/AM)
María Gabriela Lugones (Córdoba/ Argentina)
Maristela de Paula Andrade (UFMA)
Mônica Lourdes Franch Gutiérrez (UFPB)
Patrícia Melo Sampaio (UFAM)
Ruben George Oliven (UFRGS)
Wilson Trajano Filho (UnB)

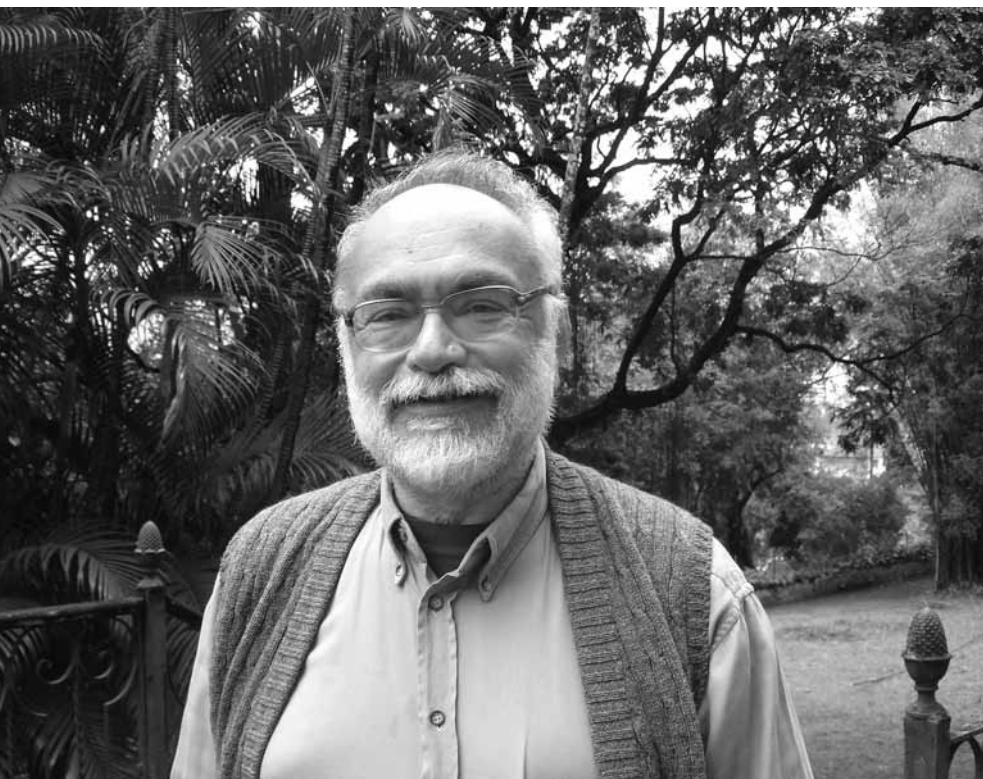
DIRETORIA

Presidente: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ)
Vice-Presidente: Jane Felipe Beltrão (UFPA)
Secretário Geral: Sergio Ricardo Rodrigues Castilho (UFF)
Secretária Adjunta: Paula Mendes Lacerda (UERJ)
Tesoureira Geral: Andrea de Souza Lobo (UnB)
Tesoureira Adjunta: Patricia Silva Osorio (UFMT)
Diretora: Carla Costa Teixeira (UnB)
Diretor: Carlos Guilherme Octaviano do Valle (UFRN)
Diretor: Julio Assis Simões (USP)
Diretora: Patrice Schuch (UFRGS)

CDD 301
CDU 572

Trajetórias antropológicas: encontros com Gilberto Velho

**CRISTINA PATRIOTA DE MOURA E LISABETE CORADINI
(ORGANIZADORAS)**



Sumário

- 09** *Introdução: conversando com Gilberto Velho*
Cristina Patriota de Moura e Lisabete Coradini
- 23** *Gilberto Velho*
Roque de Barros Laraia (UnB)
- 43** *Gilberto Velho: subjetividade, reflexão intelectual e crítica política*
Lia Zanotta Machado (UnB)
- 75** *O olhar do mestre Gilberto Velho no resumo de quatro momentos de sua vida*
Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert (UFRGS)
- 145** *Camadas médias, projetos e trajetórias: da diplomacia no Brasil Central à internacionalização chinesa*
Cristina Patriota de Moura (UnB)
- 175** *Desvio na praça*
Lisabete Coradini (UFRN)
- 193** *Gilberto Velho e os desvios: prostitutas em sociedades complexas*
Gabriel O. Alvarez (UFG)
- 211** *Etnografia e subjetividade na pesquisa antropológica*
Elisete Schwade (UFRN)
- 237** Sobre as autoras e os autores

Introdução: conversando com Gilberto Velho

Cristina Patriota de Moura (UnB)

Lisabete Coradini (UFRN)

A coletânea que aqui apresentamos é um conjunto de diálogos com diferentes percepções da pessoa “complexa” que foi Gilberto Velho (15/05/1945 – 14/04/2012). Trata-se de homenagem a um intelectual que desempenhou papel fundamental no estabelecimento da Antropologia no Brasil, em diversos aspectos. Gilberto atuou como professor, pesquisador, autor, editor, membro e fundador de diversas instituições científicas e entidades ligadas à valorização de bens culturais. Sua obra, pioneira na área de Antropologia Urbana, inspirou diversas gerações de antropólogas e antropólogos em formação.

Não há como negar o papel crucial desempenhado por Gilberto Velho no estabelecimento de áreas como a Antropologia Urbana e Antropologia das Sociedades Complexas no Brasil, principalmente a partir de suas atuações como professor, pesquisador e orientador no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social no Museu Nacional/UFRJ. Para além das contribuições ao estabelecimento de áreas de estudo espe-

cíficas, Gilberto Velho também imprimiu sua marca na consolidação da Associação Brasileira de Antropologia, instituição para a qual sempre contribuiu, tendo sido seu presidente entre 1982 e 1984.

Além de ter exercido a presidência da ABA, nosso homenageado atuou em diversos conselhos e comissões, em instâncias como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Academia Brasileira de Ciências (ABC). O capítulo que inaugura esta coletânea, escrito por outro ex-presidente da ABA, Roque de Barros Laraia, permite que conheçamos a atuação de Gilberto Velho em instituições científicas de diversas ordens, além de seu papel fundamental na consolidação de meios institucionais para assegurar a valorização da pluralidade na configuração de uma “cultura” nacional.

Velho está entre as primeiras leva de antropólogos formados prioritariamente por instituições universitárias brasileiras. Obteve seu bacharelado em Ciências Sociais em 1968 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e dois anos depois finalizou o seu mestrado no recém-criado Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da mesma universidade. Em 1971, especializou-se em Antropologia Urbana e So-

tidades Complexas no Departamento de Antropologia da Universidade do Texas, Austin e, já em 1975, conclui o seu doutorado na Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação de Ruth Cardoso.

A morte prematura e inesperada de Gilberto Velho, em 2012, gerou uma série de artigos em periódicos que retrataram sua trajetória intelectual e contribuição para a Antropologia no Brasil (DIAS DUARTE, 2012; PEIRANO, 2012; LARAIA, 2012). Digno de nota especial é também o livro organizado por Vianna, Kuschnir e Castro (2013), que reúne artigos e capítulos de livros do autor.

Gilberto Velho era um ávido escritor, principalmente de artigos, que publicou em inúmeros periódicos científicos no Brasil e no exterior. Escrevia também peças mais curtas, para leitores de todas as ordens, expressando-se como cidadão interessado em questões sociais de seu tempo. O capítulo escrito por Lia Zanotta Machado debruça-se justamente sobre a categoria “intelectual público”, que Gilberto gostava de usar para referir-se à sua própria atuação ao escrever em jornais de grande circulação.

Além de escrever para jornais e revistas científicas, Gilberto Velho publicou diversos livros, a maioria sendo coletâneas de artigos seus, mas também de colaboradoras e colaboradores no Museu Nacional e em outras instituições no Brasil e de outros países, como Portugal. To-

dos os capítulos desta coletânea dialogam com escritos de Velho, em diferentes momentos de sua carreira. Entre seus livros, destacamos inicialmente aqueles que foram fruto de sua dissertação de mestrado e tese de doutorado, respectivamente: *A utopia urbana* (VELHO, 1973) e *Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia* (VELHO, 1998). Outros encontram-se citados, analisados e problematizados ao longo dos capítulos que se seguem.

O livro que aqui apresentamos pretende mostrar influências de Gilberto Velho para além de seus vínculos diretos com pesquisadoras e pesquisadores por ele formados no âmbito do PPGAS do Museu Nacional/UFRJ, onde atuou como professor, pesquisador e orientador por mais de três décadas. São artigos de antropólogas e antropólogos de diferentes gerações, formados em diversas instituições e com múltiplas orientações teóricas, que dialogam com a obra de Velho a partir de suas próprias trajetórias intelectuais.

No ano de 2014, algumas homenagens a este que é um dos principais autores da Antropologia no Brasil foram realizadas e conseguiram articular uma rede de pesquisadores por meio de dois convênios no âmbito do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), com a participação de docentes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Museu Na-

cional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Goiás (UFG) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Durante os meses de abril e maio, Miriam Grossi (UFSC) organizou o curso Sociedades Complexas – em torno da obra de Gilberto Velho, atividade que reuniu profissionais de diferentes universidades brasileiras através do PROCAD PPGAS/UFSC, com PPGAS da UFRN, UFAM, UFG e UFRGS. Em maio desse mesmo ano, na UnB, Cristina Patriota de Moura prestou sua homenagem a Gilberto Velho com o seminário Trajetórias Antropológicas: reflexões sobre a obra de Gilberto Velho, que contou com a participação de professores da UnB e UFRN – também como atividade PROCAD UFRN/UnB.

Na UFRN, durante o primeiro semestre de 2014, Lisabete Coradini e Elisete Schwade ministraram a disciplina Antropologia Urbana: homenagem a Gilberto Velho, com a participação das professoras Cristina Patriota de Moura (UnB), Miriam Pillar Grossi (UFSC) e Carmen Rial (UFSC), por meio dos convênios PROCAD. O curso teve como objetivo introduzir os alunos no campo de estudos da Antropologia feita nas cidades, buscando estabelecer um diálogo com a obra de Gilberto Velho e possíveis desdobramentos para o estudo das chamadas “sociedades complexas”.

Este livro é um dos frutos das atividades citadas. Mais do que uma exegese do trabalho de Gilberto Velho ou mesmo uma homenagem à sua biografia e personalidade, o objetivo é mostrar o trabalho de fertilização realizado pelo antropólogo, por meio de diversos tipos de diálogos acadêmicos, de diferentes pontos de vista. Este objetivo se coaduna com a proposta dos cursos em Florianópolis e Natal, bem como do seminário em Brasília. Foram apresentadas reflexões por antropólogas e antropólogos com múltiplas formações, perspectivas teóricas e experiências etnográficas ao longo de suas carreiras.

Um dos principais interlocutores de Gilberto Velho foi Alfred Schutz, a quem não chegou a conhecer pessoalmente, mas cujas noções de *províncias de significado* e *níveis de realidade* são centrais para suas elaborações teóricas acerca da subjetividade em sociedades complexas. Uma das propostas de Schutz, para pensar relações intersubjetivas, é uma tipologia na qual, da perspectiva de um sujeito, os “outros” são percebidos por meio de uma gradação de níveis de proximidade no tempo e espaço (SCHUTZ, 1979).

Schutz nos fala de consócios, contemporâneos, predecessores e sucessores para caracterizar tipos de relações sociais. Podemos também pensar nas relações de antropólogos e antropólogas com Gilberto Velho nos termos propostos por Schutz. Diversos pesquisadores

dialogaram com Velho nas atividades de ensino e extensão universitária já citadas nesta introdução, sendo que alguns desses diálogos foram retrabalhados e aprofundados na composição dos capítulos que constituem este livro.

Cristina Patriota de Moura e Ana Luiza Carvalho da Rocha foram orientandas de Gilberto em diferentes momentos de sua carreira acadêmica e de suas formações, tendo desenvolvido diferentes tipos de relações de aprendizado, troca acadêmica, amizade e inclusive conflitos e discordâncias. Já Roque Laraia, Lia Zanotta Machado e Cornelia Eckert desenvolveram relações de diálogo e amizade mais como “consócios” em contextos de associações científicas, conselhos de instituições públicas e empreendimentos editoriais. Já Lisabete Coradini, Elizete Schwade e Gabriel Alvarez desenvolveram diálogos com os textos de Gilberto Velho, ao longo de suas trajetórias acadêmicas, que passam por Santa Catarina, São Paulo, México, Argentina, Brasília, Goiânia e o Rio Grande do Norte.

Os escritos aqui reunidos tecem diálogos de diferentes ordens com o trabalho e a memória deste indivíduo biopsíquico cuja trajetória singular se exauriu em abril de 2012, mas cujas influências intelectuais persistem e se estendem em obras científicas, seminários e salas de aula. O primeiro capítulo, de Roque Laraia, nos intro-

duz à trajetória profissional de Gilberto Velho a partir de alguns momentos em que sua atuação foi decisiva. Entre impressões iniciais sobre um jovem com jeito de velho e a homenagem a um amigo que deixou saudades, podemos conhecer um pouco da atuação do antropólogo em instituições de pesquisa, conselhos nacionais de cultura e também entrever seu trabalho como editor da maior coleção de Antropologia durante algumas décadas no Brasil.

Ao lermos o capítulo escrito por Lia Zanotta Machado, entramos em contato com a sofisticação da obra de Velho no que tange à discussão sobre subjetividade. O texto nos fala das influências teóricas de autores como Georg Simmel, Robert Park e Alfred Schutz nas formulações de Velho sobre a posição reflexiva dos sujeitos em contextos urbanos como o proporcionado pela cidade do Rio de Janeiro. A cidade do Rio de Janeiro também aparece como lugar de atuação do “intelectual público” que reflete sobre sua própria sociedade nacional.

Os encontros narrados no terceiro capítulo, por Maria Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert, falam de diferentes momentos com o “mestre” Gilberto Velho, entre aproximações, distanciamentos e reaproximações. São encontros face a face, mas também mediados por imagens, textos e memórias. Os encontros com o olhar de Gilberto Velho produzem outros olhares e também

as narrativas imagéticas no âmbito da coleção de filmes *Narradores urbanos*, disponível como obra documental e material didático a ser visualizado por gerações de contemporâneos e sucessores.

Os quatro capítulos seguintes falam das experiências de pesquisa de seus autores, ressaltando influências, diálogos e mesmo críticas a conceitos, reflexões e abordagens etnográficas propostas. São outras trajetórias antropológicas, que se cruzam com a trajetória de Gilberto Velho e se desdobram em uma pluralidade de universos de pesquisa.

Cristina Patriota de Moura escreve a partir de sua trajetória como ex-orientanda, cujos diálogos com Velho são levados além das pesquisas urbanas no Brasil, para pensar trajetórias e mobilidade em escala global. A discussão sobre “camadas médias” iniciada por Velho nos anos setenta é transposta a membros do corpo diplomático brasileiro, moradores de condomínios fechados no Brasil Central, ao meio universitário da Califórnia e à China contemporânea.

Os capítulos de Lisabete Coradini e Gabriel Alvarez têm em comum a temática do desvio. Com perspectivas teóricas diversas, ambos falam de pesquisas etnográficas realizadas em momentos e lugares diferentes, que se nutriram dos textos de Gilberto Velho, como predecessor e contemporâneo. São principalmente memórias de

pesquisas e de momentos de formação em que os escritos de Gilberto Velho tiveram importante contribuição, nem sempre explicitada nos trabalhos originais.

O capítulo final, de Elisete Schwade, volta ao tema da subjetividade, já abordado no capítulo de Lia Zanotta Machado. Desta vez, trata-se de discussão sobre a subjetividade no processo de interlocução construído na prática etnográfica, para além das preocupações decorrentes da partilha de universos e do familiar como objeto. Perpassando uma discussão cara ao antropólogo, baseada na possibilidade de conhecimento de mundos fisicamente próximos, mas sociologicamente distantes, a autora nos leva a refletir sobre relações de poder e o problema da autoridade etnográfica.

Ao disponibilizar esses escritos ao grande público, esperamos que aquele que foi ora consócio, ora contemporâneo, ora predecessor e muitas vezes fonte de inspiração para os autores, continue inspirando pesquisas e reflexões de muitas gerações. Continuemos conversando com a obra de Gilberto Velho!

REFERÊNCIAS

DIAS DUARTE, Luiz Fernando. Gilberto Velho (1945-2012) um virtuoso no burburinho das Cidades. *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 79, p. 5-8, junho, 2012.

LARAIA, Roque. In memoriam, Gilberto Velho (1945-2012). *Anuário antropológico*, 2011/I, Brasília, p. 319-324, jul. 2012.

PEIRANO, Mariza. *Gilberto*: Academia Brasileira de Ciências, homenagem a Gilberto Velho, 28 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.marizapeirano.com.br/diversos/gilberto_velho.htm>. Consultado em: 01.05.2016.

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

VIANNA, Hermano; KUSCHNIR, Karina; CASTRO, Celso (Org.). *Gilberto Velho, um antropólogo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VELHO, Gilberto. *Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

Gilberto Velho¹

ROQUE DE BARROS LARAIA (UNB)

1 Uma primeira versão deste capítulo foi apresentada no seminário Trajetórias Antropológicas: reflexões sobre a obra de Gilberto Velho, realizado na Universidade de Brasília, em 22 de maio de 2014.

Tomo como ponto de partida para este meu texto a resenha da conceituada socióloga Lícia Valladares, na época pesquisadora do IUPERJ, intitulada *Um antropólogo explora a selva de pedra*, publicada na seção Ideias/Livros do *Jornal do Brasil* em 1º de outubro de 1994 (VALLADARES, 1994). O texto se refere ao lançamento do livro de Gilberto Velho, *Projeto e metamorfose* (VELHO, 1994). Tratando-se de uma resenha para um jornal diário, ilustrada com uma foto do autor ainda jovem, é provável que o título da matéria tenha adquirido o caráter de uma manchete, talvez nem mesmo como uma escolha da autora. Esta nos brindou com um texto excelente, apresentando de forma concisa o objetivo do autor. Afirma que o mesmo, em seu quinto livro, con-

tinua desenvolvendo “[...] a sua linha de reflexão sobre a dimensão cultural-simbólica da sociedade brasileira e o lugar dos indivíduos na sociedade, notadamente no contexto metropolitano”.

Seguindo o pensamento do autor, Lícia Valladares destaca que “[...] é sobretudo na metrópole que a heterogeneidade cultural e a diversidade quanto à posição na estratificação social, idade, etnia e grupo ocasional, produzem a coexistência, muitas vezes contraditória, de diversos estilos de vida e visões de mundo”. Segundo Gilberto Velho, família, trabalho, lazer, opções políticas, configuram um *campo de possibilidades* em que os atores individuais se movem, mais ou menos impelidos e pressionados, mas com uma gama básica de alternativas e opções. A diversidade dos papéis e domínios, associada à possibilidade de trânsito entre estes, possibilitam e produzem identidades multifacetadas e de estabilidade relativa.

O que me levou a evocar esta resenha, encontrada entre outros recortes, xeroxes e separatas, em uma pasta denominada Gilberto Velho, pertencente ao meu arquivo pessoal, numa atitude ritualizada de busca de compensação pela perda de um grande amigo, foi a compreensão que o texto de nossa colega delimitou, com bastante nitidez, todo o campo de trabalho de Gilberto. Trabalho este que foi responsável por um grande desenvolvimen-

to, entre nós, do que se costumou chamar de Antropologia Urbana, o que poderíamos definir como a aplicação do método de pesquisa em uma sociedade complexa.

Gostei do título (ou manchete): *Um antropólogo explora a selva de pedra*. Vários sentidos estão contidos nestas sete palavras, entre eles o fato de que antropólogos trabalham tradicionalmente em selvas, sejam elas das ilhas do Pacífico, das savanas africanas ou das florestas da Amazônia. Ou seja, todos os antropólogos necessitam de uma selva para desenvolver o seu método de pesquisa. Um outro sentido, que prefiro, é exatamente que Gilberto continuou sendo um antropólogo, mesmo trabalhando em um contexto excessivamente urbano. Malinowski tornou famosas as ilhas de Trobriand, no Pacífico. Gilberto Velho, também escolheu a sua ilha, limitada ao oeste pelo verde da serra do Mar, ao sul pelas restingas, ao leste pelas águas azuis de Copacabana e Ipanema, e ao norte pela Zona Norte, de onde saiu, aos 7 anos, fazendo votos de nunca mais voltar.

Gilberto, enfim, escolheu o seu *field work* bem perto de casa, sem necessitar de abrir mão de seus hábitos excessivamente urbanos, de sua pontualidade mais do que britânica, das suas preferências gastronômicas, aliás bem sofisticadas. Sem sair de seu seleto círculo de amizade, originário principalmente do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Na história de vida de Gilberto, o seu ingresso no Colégio de Aplicação decorreu de um fato inusitado. No ano em que deveria fazer o seu exame de admissão ao Colégio Militar, um ato do Ministro da Guerra suspendeu a realização do exame. Gilberto pertencia a uma linhagem de militares – todos os seus antepassados do sexo masculino (avôs e tios, de ambos os lados) eram oficiais do exército. Guardava com carinho uma antiga foto da família de seus avós maternos. Estes apareciam cercados de filhos e netos: todos os homens usando a farda do exército e todos os meninos o uniforme do Colégio Militar. Assim o natural era que ingressasse, como o seu irmão mais velho, no conceituado colégio situado na Tijuca. Acabou, então, indo para o Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em 1968, concluiu o seu curso de graduação no Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no qual foi auxiliar de pesquisa de Mauricio Vinhas de Queiroz. Nessa ocasião demonstrou um interesse paralelo pelo estudo da Arte, tendo chegado a editar quatro volumes sobre o tema na coleção Textos Básicos de Ciências Sociais da Zahar. Mas o seu ingresso, em 1969, no Mestrado de Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ), mudou o rumo de sua história. De agosto de 1969 a dezembro de 1970, como aluno do PPGAS, começou a sua iniciação antropológica. No prefácio de seu

primeiro livro refere-se à influência principal de três de seus professores: Shelton Davis, seu orientador, além de Roberto Cardoso de Oliveira e Roberto DaMatta.

Em 1971, como bolsista da Fundação Ford, teve a oportunidade de, na Universidade do Texas, em Austin, ter contato com Richard Adams e Anthony Leeds, entre outros. No mesmo ano, sob a orientação de Adams, realizou uma pesquisa, na Nova Inglaterra, junto aos imigrantes portugueses residentes nas imediações de Boston.

Ao regressar ao Brasil, teve de enfrentar questões que considerou como bizantinas na realização de um trabalho mais sociológico do que antropológico, ou de como transformar o “nós” em “outro”, realizando o inverso da tradição antropológica.

De fato, essas questões já tinham começado a ser resolvidas mesmo antes de sua partida para o exterior, no segundo semestre de 1969. Quando em companhia de Yvonne Maggie Alves Velho, realizou uma pesquisa de campo em um famoso edifício de apartamentos conjugados situado na rua Barata Ribeiro, 200. Tão famoso que se tornou título para uma peça teatral que fez sucesso no início dos anos 1970: *Um edifício chamado 200*.

Foi, assim, em *A utopia urbana* (VELHO, 1973) que Gilberto Velho iniciou uma série de publicações sobre a Zona Sul do Rio de Janeiro, uma Antropologia Urba-

na, direcionada à classe média ou uma Antropologia das sociedades complexas. Já nesse primeiro trabalho ficou evidente que o autor conseguiu obter um bom distanciamento de seus informantes e, sobretudo, o necessário estranhamento das situações observadas, tarefa esta que não deve ter sido fácil para quem também era um morador de um edifício semelhante.

Mesmo antes da publicação do primeiro livro, Gilberto já incorporava em seu esquema conceitual um conjunto de termos, como *estigma* e *comportamento desviante*, que mostravam a sua ligação com uma corrente que incluía Simmel e o grupo de antropólogos e sociólogos de Chicago, entre os quais destacamos Robert Park, Everett Hughes, William Thomas, William Foote Whyte.

Ainda em 1971, publicou, na *Revista América Latina*, o seu artigo “Estigma e comportamento desviante em Copacabana”. Nesse artigo, ao contrário da peça teatral que destaca a comédia de viver em um edifício chamado 200, Gilberto ressalta o drama, a ambiguidade de identidade, de quem por um lado chegou a Copacabana, mas por outro vive em um edifício mal-afamado, correndo o risco de ser acusado de *desviante* ou, até mesmo, de marginal.

Não resta dúvida da importância do papel de Gilberto Velho na divulgação no Brasil dos trabalhos da chamada Escola de Chicago. Isto fica bem evidente em uma

análise das numerosas dissertações de mestrado e teses de doutoramento que orientou no âmbito do PPGAS do Museu Nacional.

Creio que foram poucos os cientistas sociais brasileiros que tiveram tantos orientandos (64 mestrados e 35 doutorados). Graças a um amplo campo de interesses, que incluía estudos das relações “entre cultura e política, instituições e poder, violência e quotidianos em contextos urbanos diversos” é inegável o papel que desempenhou na escolha dos objetos de estudo de seus alunos; levando em consideração as potencialidades de cada um na orientação minuciosa e exigente que exerceu sobre os mesmos. Preocupado com o financiamento das pesquisas de seus alunos, manteve durante muito tempo o projeto Estilos de Vidas Metropolitanas, financiado pela Fundação Ford, que lhe possibilitou fornecer bolsas aos seus estudantes. Além disto, sempre teve uma grande capacidade de facilitar as publicações dos resultados em artigos, em livros e em diversas coletâneas organizadas por ele próprio. Muitas dessas publicações fizeram parte da Coleção Antropologia Social, que dirigia na Zahar, na qual tenho a satisfação de contribuir com um livro.

Também no âmbito das reuniões da Associação Brasileira de Antropologia e da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais, Gilberto criou espaços para as primeiras apresentações de seus alunos, como,

por exemplo, o GT da ANPOCS Cultura e Política, coordenado por ele, Eunice Durham e Ruth Cardoso, que, em oito versões, no período de 1979 a 1995, contou com a participação de muitos de seus estudantes.

Com certeza a sua audácia em ampliar os limites da Antropologia Urbana até então praticada no Brasil, serviu de estímulo a um de seus alunos para a realização de uma investigação antropológica até então impensável: Celso Castro abriu um novo espaço de pesquisa, a Antropologia dos militares. Sou testemunha da sua satisfação com esse novo rumo de nossa disciplina. Afinal, filho e neto; sobrinho e primo de militares; tendo passado uma parte de sua infância em West Point, não conseguia ocultar as suas influências castrenses: os quadros de batalhas napoleônicas, ostentados nas paredes de seu apartamento, e uma coleção de valiosos soldados de chumbo disputando espaço com seus incontáveis livros.

Juntamente com os seus orientados, Gilberto introduziu no vocabulário antropológico novas categorias sociais, além de ampliar o número de conceitos. Assim, começamos a ouvir falar de “adolescência tardia”, “casais grávidos”, “filhos do coração”, “garotas de programa”, “mundos femininos”, “padrões de conjugabilidades”, “autoridade e afeto” e a oposição que intitulou a sua tese de doutoramento, orientada por Ruth Cardoso, “anjos e nobres”.

Vimos que a sua dissertação de mestrado, *A utopia urbana*, além de se referir ao desejo de uma parte da população do Rio de Janeiro de morar em Copacabana, então a mais famosa de todas as praias brasileiras, foi o resultado de uma pesquisa em um edifício sobre o qual recaía o estigma de alojar diversos tipos de marginais. A sua tese de doutoramento, *Nobres e anjos* (VELHO, 1998), mantém características semelhantes. Analisou dois grupos de jovens de classe média da Zona Sul do Rio de Janeiro, que tinham em comum o uso de entorpecentes. Os “anjos” seriam adolescentes, usuários de maconha, pouco afeitos aos estudos, geralmente praticantes de surf e cujo único projeto de vida – quando tinham – era surfar no Havaí. Os “nobres” seriam jovens dos 30 anos, usuários de cocaína, mas que tinham a seu favor o fato de ter realizado um curso superior e com grandes projetos de vida (como a produção de um filme genial, um magnífico livro, ou qualquer outro excelente empreendimento cultural). Muitos dos “nobres”, financiados pelos pais, já tinham vivido as suas primeiras aventuras no exterior. Muitas vezes os informantes, “anjos e nobres”, eram membros de uma mesma família – irmãos mais novos e irmãos mais velhos – que recebiam tratamentos diferentes por partes dos pais. Estes acreditavam e apoiavam os projetos grandiosos dos filhos, apesar de suas improváveis concretizações. Por outro lado, faziam

pesadas acusações contra os “anjos”, ameaçando-os de internamento em clínicas psiquiátricas. Defendida na Universidade de São Paulo em 1975, a sua tese de doutoramento somente foi publicada em 1998, ou seja, 23 anos depois. A sua grande preocupação era que os seus informantes não fossem identificados. Não queria viver o mesmo drama de Wright Mills, que teve os seus dados de pesquisa apreendidos pela polícia cubana, e temia que os seus informantes fossem reconhecidos.

É preciso destacar, também, o seu papel na política científica. Em 1981, como representante da área no Comitê de Ciências Sociais, foi encarregado para coordenar a Comissão de Avaliação e Perspectivas da Área de Ciências Humanas, tendo me convidado para ser responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação de Antropologia. Em 1996 foi nomeado pelo Presidente da República como representante da área de Ciências Humanas do Pronex. Foi também coordenador do Comitê de Ciências Sociais da CAPES, em 1984. Sempre teve um forte relacionamento com a área cultural. Foi membro da Comissão de Museus do Ministério da Cultura. Fez parte do Conselho Diretor da FUNARTE e, de 1983 a 1993, foi membro do Conselho Consultivo do IPHAN. Sempre teve um forte relacionamento com o Centro Nacional de Folclore, tendo sido vice-presidente da Associação de Amigos do Museu Edson Carneiro.

Gostaria de destacar um fato marcante de sua trajetória acadêmica: a atuação como membro do Conselho Consultivo do, então, Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Foi quando teve a oportunidade de ser o relator no processo de tombamento do Terreiro de Candomblé Casa Branca, situado no Bairro do Engenho Velho em Salvador. Trata-se de um dos primeiros terreiros de Candomblé da Bahia, fundado que foi, em 1830, por três negras da Costa, segundo uma tradição ritual Ketu. Provavelmente, uma delas se chamava Nassó, pois o terreiro foi, durante algum tempo, chamado de *Ilê Iyá Nassó*, casa de mãe Nassó. Um terreiro importante que deu origem a vários outros, inclusive ao Terreiro de Gantois, no caminho do Rio Vermelho.

O crescimento imobiliário de Salvador, no final dos anos 1970 e início dos 1980, provocou uma grande valorização dos terrenos nas áreas do Engenho Velho. No início dos anos 1980, o Terreiro da Casa Branca começou a ser ameaçado de despejo por parte do proprietário do terreno, onde estava situado o Candomblé. Embora o terreiro estivesse ocupando a área desde a terceira década do século XIX, nunca houve uma preocupação em legalizá-la. Como é comum em um país eminentemente cartorial, alguém o registrou em seu próprio nome. Provavelmente um herdeiro do suposto proprietário começou a reivindicar a posse do mesmo e, em agos-

to de 1982, o colocou à venda. Segundo os praticantes do Candomblé, o terreiro é um espaço sagrado que não pode simplesmente ser substituído por outro. Cada vegetal, cada pedaço de terreno tem um significado religioso. Iniciou-se, então, em Salvador, uma grande movimentação em defesa do mesmo: o próprio prefeito de Salvador, Renan Baleeiro; Dom Timóteo, abade do Mosteiro de São Bento; membros de blocos carnavalescos, todos defenderam a permanência do terreiro. O então conceituado *Jornal do Brasil*, em 30 de junho de 1982, também se manifesta: “Candomblé pode perder a sua Meca!”. Segue-se a essa manchete um texto com pronunciamentos dos antropólogos Ordep Serra, Yeda Pedroso de Castro e de Gilberto Velho, então presidente da Associação Brasileira de Antropologia.

Em outubro de 1983, Gilberto Velho, agora como Conselheiro do SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, juntamente com Marcos Vinicius Vilaça, então Secretário de Cultura do Ministério da Educação e Presidente do Conselho Consultivo do SPHAN, dão início ao processo de tombamento do terreiro. Em 23 de maio de 1984, Gilberto é designado como relator do processo, com um prazo muito curto para uma reunião do Conselho marcada para o dia 31 de maio em Salvador.

Segundo Gilberto (VELHO, 2006), a centésima oitava reunião do Conselho Consultivo realizou-se “[...]”

nos imponentes salões da Santa Casa da Misericórdia, em Salvador, com a presença de um público altamente mobilizado e emocionado. Na abertura da reunião estava presente o próprio Cardeal Primaz do Brasil, Dom Avelar Brandão”.

Não foi uma reunião fácil. O Conselho era, então, constituído por 14 membros. Para muitos deles a proposta de tombamento de um terreiro de Candomblé parecia despropositada. Até então, em seus 47 anos de existência do SPHAN, “[...] o estatuto do tombamento vinha sendo aplicado basicamente a edificações religiosas, militares e civis da tradição luso-brasileira principalmente do Império e da Primeira República”. Privilegiavam-se construções de alto valor artístico ou monumentais. Portanto, para muitos conselheiros, o Terreiro da Casa Branca pecava pela sua simplicidade material. Como escreveu Gilberto, “[...] nada que pudesse se assemelhar à Igreja de São Francisco em Ouro Preto, aos profetas do Aleijadinho em Congonhas, Minas Gerais, ao Mosteiro de São Bento, ao Paço Imperial da Quinta da Boa Vista ou à Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro”.

Além de Gilberto Velho e Marcos Vinicius Vilaça, o Conselho era constituído por personalidades importantes da época, como Pedro Calmon, Américo Jacobina Lacombe, José Midlin, Gilberto Ferraz, Maria da Conceição Moraes Coutinho, Roberto Cavalcanti de Albuquerque,

entre outros. Em seu artigo mencionado, Gilberto demonstra o seu respeito pelos seus companheiros de colegiado. Segundo ele, os membros do Conselho que discordavam do tombamento “[...] tinham as suas convicções honestas e arraigadas, produtos de décadas de práticas voltadas para um outro tipo de política do patrimônio. Quase todos os presentes na reunião de Salvador concordavam que era necessário proteger o terreiro, mas alguns insistiam em não utilizar a figura do tombamento”.

Lamentamos mais uma vez a falta de Gilberto. Ninguém melhor que ele poderia descrever o que foi a referida reunião do Conselho. Sabemos apenas que, dos quatorze membros do Conselho, apenas sete foram a Salvador. Destes, dois se abstiveram de votar; um votou pelo adiamento da decisão; um votou contra e três votaram a favor.

Em seu parecer, Gilberto valorizou a importância da contribuição das tradições afro-brasileiras para o Brasil como um todo. Definiu cultura como um fenômeno abrangente que inclui todas as manifestações materiais e imateriais, expressas em crenças, valores, visões do mundo existentes em uma sociedade. Ao recomendar o tombamento, considerou fundamental chamar a atenção para o fato de que “[...] o acompanhamento e a supervisão do SPHAN deve, mantendo os seus elevados padrões, incorporar uma atitude flexível diante desse fenômeno religioso”.

A importância do primeiro tombamento de um terreiro de Candomblé, ocorrido naquele memorável ano em que a sociedade brasileira começava a obter as suas primeiras vitórias contra a ditadura, foi sem dúvida um ato de grande significação: “era a primeira vez que a tradição afro-brasileira obtinha o reconhecimento oficial do estado nacional”. É necessário recordar que, até 1945, o funcionamento dos terreiros dependia de um alvará fornecido pela Delegacia de Costumes!

Transcorridos praticamente 30 anos depois dessa histórica decisão, em 30 de novembro de 2013, tive a oportunidade de ser o relator do Terreiro de Oxumaré, situado na mesma região de Salvador do Terreiro da Casa Branca. O Conselho é agora constituído por 22 membros, um dos quais representa a Associação Brasileira de Antropologia. A maioria dos componentes do Conselho estava presente e unanimemente votaram pelo tombamento do Terreiro de Oxumaré.

Desde 1974, quando participou da Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Florianópolis, tornou-se um assíduo membro das reuniões das associações científicas vinculadas a sua área de conhecimento. Foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia, de 1982 a 1984, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, de 1994-1996, e vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

No decorrer de sua carreira foi contemplado com diversas honrarias, das quais destaco a Grã-Cruz de Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico; Comendador da Ordem do Rio Branco; Medalha Rodolfo de Melo Franco, Medalha Rui Barbosa, Medalha CAPES, 50 anos; Medalha Roquette Pinto; além de ser um dos poucos cientistas sociais acolhidos como membro da Academia Brasileira de Ciência.

É impressionante os quantitativos de sua produção acadêmica: 20 livros, sendo 8 individuais; 113 artigos; 69 capítulos em livros; 96 orientações de mestrado e doutorado; 392 trabalhos apresentados em Congressos, no Brasil e no exterior, 249 participações em bancas de dissertações e doutorados.

Enfim, este é um resumo de uma carreira acadêmica iniciada em 1969, como auxiliar de ensino de Antropologia, no Instituto de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A partir de 1981, participamos juntos de várias atividades científicas, o que consolidou uma forte amizade. Desde aquela época, Gilberto já fazia questão de aparentar mais velho do que era. Escondia atrás de uma máscara solene o seu agudo espírito de humor, seu afinado senso crítico. Sentia um imenso prazer em criar peças, denominadas por seus amigos de “gilbertadas”. Mas, sobretudo, era um amigo leal.

Gostaria de terminar lembrando um episódio ocorrido durante a reunião da ABA, em 1980, no Rio de Janeiro. Tentei entrar em auditório lotado. Consegui, apenas, ficar parado em uma das portas. Uma jovem estudante, então, perguntou-me: “quem é este senhor autoritário que está falando?”. Era o Gilberto, com seus 35 anos de idade, assumindo a postura indicada pelo seu sobrenome.

Assim era o meu amigo Gilberto Velho, que gostava de interpretar um papel de austeridade, buscando ocultar a sua real personalidade: uma pessoa altamente sociável, como demonstra a sua extensa e diversificada rede de amizades; um amigo prestativo e preocupado com o bem-estar de todos; um cidadão preocupado com o desenvolvimento científico do país. Enfim, uma grande perda para o país e para todos aqueles que tiveram a sorte de conviver com ele.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Celso. *O espírito militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

VALLADARES, Licia. Um antropólogo explora a selva de pedras. Ensaios lançam um novo olhar sobre as condições das modernas sociedades urbanas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º de out. 1994. Ideias/Livros.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VELHO, Gilberto. *Nobres e anjos: um estudo sobre tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

VELHO, Gilberto. Estigma e comportamento desviante em Copacabana. In: VELHO, Gilberto. *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, v. 12, n. 1, p. 237-248, abr. 2006.

Gilberto Velho: subjetividade, reflexão intelectual e crítica política²

LIA ZANOTTA MACHADO (UNB)

2 Uma primeira versão deste capítulo foi apresentada no seminário Trajetórias Antropológicas: reflexões sobre a obra de Gilberto Velho, realizado na Universidade de Brasília, em 22 de maio de 2014.

Gilberto Velho foi um “intelectual público”, tal como se reconheceu em entrevista a antropólogas portuguesas (BASTOS; CORDEIRO, 1997), ainda que, naquele momento, considerasse tal característica como generalizada entre intelectuais brasileiros. Possivelmente comparava as formas de engajamento diferencial de intelectuais brasileiros e latino-americanos face às expectativas dos países europeus e norte-americanos em relação aos seus intelectuais.

Sua obrigação metodológica de “poder pôr-se no lugar do outro” atravessa toda a sua produção intelectual, no sentido abrangente de produção acadêmico-científica, etnográfica e ensaística, bem como de crítica política. Apontarei como as propostas teórico-metodoló-

gicas de estranhar o familiar e de se familiarizar com o estranho se estruturam coerentemente com as propostas políticas de reflexão e crítica sobre a sociedade e a cultura contemporânea, bem como sobre as propostas de jamais esquecer o olhar sobre a subjetividade do outro e de si mesmo. Tal como Simmel e Weber, seu olhar de analista era um olhar situado a partir de onde era possível buscar significados.

Começo pela sua caracterização como intelectual público. Sigo então em busca de caracterizar, de meu ponto de vista, seu entendimento teórico da heterogeneidade das sociedades contemporâneas. Esse entendimento o leva a um diagnóstico das mudanças ocorridas na sociedade brasileira, apontando a emergência de novos projetos subjetivos que se metamorfoseiam, assim como leva a apontar, com “dramaticidade”, as novas problemáticas e desafios presentes na sociedade nacional (razão e emoção, subjetividade e objetividade se articulam na reflexão de Gilberto Velho).

O INTELLECTUAL PÚBLICO GILBERTO VELHO

Intelectual público é um conceito que serve com propriedade ao estilo de “ser antropólogo” de Gilberto Velho, tendo em vista sua sempre presente disposição a se pronunciar sobre os caminhos e desigualdades do desen-

volvimento urbano, sobre a necessidade da ampliação dos direitos da cidadania, sobre a ineficácia das políticas públicas de segurança e disposição a incidir sobre os rumos que deveriam ser tomados pelas políticas públicas sobre patrimônio histórico e cultural, e sobre ciência e tecnologia. Não se furtava a se posicionar em artigos acadêmicos e em jornais cotidianos³ sobre questões hoje candentes, como a segurança pública, a corrupção e o crescimento exponencial da violência.

Terminava seu artigo sobre “Individualismo, anônimato e violência”, em 2000, com os seguintes termos bastante reveladores de seu investimento pessoal, emocional e intelectual face à situação da sociedade brasileira:

A situação crítica da sociedade brasileira manifesta-se com particular dramaticidade nos grandes centros urbanos, cenários e produtores de novas formas de interação social onde o conflito assume proporções assustadoras. As ideologias individualistas, ao lado de seu papel inovador e muitas vezes criativo, não produziram uma cidadania político-cultural onde houvesse, simultane-

3 Cito alguns artigos recentes publicados no jornal *O Globo*: “Crime e corrupção”, em 10 de setembro de 2011, “A destruição do patrimônio” em 2 de abril de 2011, “A violência depois das eleições” em 9 de novembro de 2010 e “Civildade e educação” em 15 de agosto de 2010.

amente, maior igualdade político-econômica e espaço mais legítimo para a riqueza e complexidade culturais se desenvolverem com plenitude. Este é, hoje, um dos maiores desafios para os cientistas sociais e para todos aqueles, de algum modo, envolvidos ou interessados em políticas públicas (VELHO, 2000a, p. 26).

Embora os conflitos e a complexidade da vida social fossem considerados inerentes à dinâmica das sociedades, sendo a complexidade e heterogeneidade caracteres desejados, sua crítica acentuava o caráter de “proporções assustadoras” que os conflitos assumiam na situação brasileira, que aqui aparecem como vinculados a um individualismo que se desenvolveu sem sua esperada correspondência de igualdade político-econômica.

Ainda em 2000, em seu artigo “O desafio da violência”, fazia forte crítica aos poderes públicos:

Verbas são desviadas, obras superfaturadas, numa sucessão rápida e ininterrupta de fatos que agravam o quadro de desapontamento, às vezes indiferença e, muitas vezes, revolta. O que esperar diante desses exemplos de improbidade? No mínimo agrava-se a falta de confiança nos quadros dirigentes. Muitos considerarão normal e aceitável vários tipos de transgressão e, mesmo, crimes, diante do que aparece na mídia e do que vivem no cotidiano. Outros poderão reforçar sua posição de afastamento e desprezo pela esfera pública. De qualquer

forma, instaura-se um clima de salve-se quem puder, no qual cada vez menos indivíduos e grupos poderão manter identidades estáveis baseadas em atitudes e comportamentos pautados pela ética religiosa ou laica (VELHO, 2000b, p. 59).

Vinculava aqui o exponencial de conflitos e transgressões à crescente desconfiança em relação aos quadros dirigentes. Junto à crítica à esfera pública, apontava o que entendia sobre uma sociedade desejada e não efetivada no Brasil: uma dinâmica social baseada em identidades estáveis apoiadas quer em éticas laicas ou religiosas. Ou seja, almejava um futuro possível para identidades estáveis e moralidades compartilhadas, sempre, no entanto, supondo, admitindo e elogiando a heterogeneidade social e o pluralismo das éticas e moralidades.

Se não atribuía ao estado, exclusivamente, a falta de iniciativa e eficácia para a construção de um projeto nacional, era ao estado que fazia incidir suas críticas. Perguntava-se no mesmo artigo sobre “O desafio da violência”:

Como construir e sustentar um projeto nacional nessas circunstâncias? A sociedade civil, por si só, é insuficientemente organizada para enfrentar esses desafios e criar alternativas legítimas para o enfrentamento da violência. Só o estado, reformado e renovado, incluindo o Legislativo e o Judiciário, poderá dispor de meios e re-

cursos, articulado à opinião pública, para reverter essa ameaça de colapso. Estou falando, bem entendido, de regime democrático e não de ditaduras salvacionistas. Sem o apoio contínuo e vigilante da sociedade civil, o estado corre o risco de hipertrofiar-se num autoritarismo esterilizante, como em boa parte de nosso passado (VELHO, 2000b, p. 60).

Sua visão crítica não deixava de abarcar como um todo a sociedade moderna contemporânea. Em 2007 escrevia o texto “Medo, insegurança e violência”, publicado recentemente como capítulo da coletânea: “A cidade e o medo” (VELHO, 2014).

Em quase todo o mundo, seja em razão de terrorismo, ou banditismo, vários setores da sociedade procuram se adaptar a situações de risco e perigo. A globalização atua, de várias formas, no processo de construção social do medo. A divulgação de notícias e imagens violentas de atentados e crimes percorre todo o planeta, através da televisão, da internet e da mídia em geral. Na realidade, ainda estamos aprendendo, de modo bastante fragmentado, o horror da violência da sociedade moderno-contemporânea (VELHO, 2014, p. 21).

Seu envolvimento político como intelectual público e seus campos de pesquisa empíricos e de reflexão ensaística sempre se constituíram como interfaces em intera-

ção, em estímulos recíprocos. Giraram em torno da sociedade brasileira, seu presente, seu caminhar histórico e, mais especialmente, sobre a cidade do Rio de Janeiro. Em seu memorial para professor titular em 1992, publicado na Revista Mana (VELHO, 2012), relata que participou de pesquisa em comunidade portuguesa em Boston, enquanto pós-graduando nos Estados Unidos, mas seu foco foi sempre preferencialmente próximo: distintos estilos de vida de camadas médias urbanas de status diferenciados, sejam mais ou nada aristocráticos. Analisou de moradores de prédios de conjugados a grupos de jovens intelectuais boêmios e surfistas da Zona Sul carioca⁴, com estilos de vida e práticas de consumo de drogas distintos, passando pelas trajetórias e projetos de vida de camadas médias de acordo com suas metamorfoses geracionais em relação à família e parentela, analisando também comportamentos “desviantes”.

Apesar da proximidade geográfica, não considerava fácil pesquisar tais universos. Julgava então necessário marcar uma posição metodológica. Escreveu um texto extremamente difundido, “Observando o familiar”, ainda no começo de sua carreira. Em entrevista a Maurício Fiore, declara:

4 *Nobres e anjos* (VELHO, 1998) é o título de sua tese de doutorado de 1979, publicada em 1998.

Essa é uma das questões que sempre me interessou. Tive até um debate saudável com o Roberto DaMatta quando escrevi “Observando o familiar”, principalmente porque o meu ponto é que alguma coisa ser familiar não significa que ela seja conhecida e que, portanto, para você estudar o familiar, você tem que desenvolver uma estratégia própria de objetivação, de estranhamento, de distanciamento, nem que seja num movimento de ir e vir, mas que é fundamental (VELHO, 2008, p. 126).

Logrou “estranhar o familiar”, pois “havia uma consciência da dificuldade de desnaturalizar noções, impressões, categorias, classificações que constituíam minha visão de mundo” (VELHO, 2003, p. 15). Esse processo de conhecimento se constitui analiticamente como “estranhamento crítico diante do próximo”. Sustenta sua posição em seus fundamentos teóricos pelo “fato (nas sociedades complexas, mas especialmente na vida urbana) de o indivíduo não ser englobado por nenhum grupo específico – somado às características individuais e à formação do antropólogo” (VELHO, 2003, p. 18). Para ele “é o múltiplo pertencimento que permite aos antropólogos pesquisarem sua própria sociedade e, dentro dela, situações com as quais ele tem algum envolvimento e do qual participa” (VELHO, 2003, p.18). Gilberto Velho indica que, para além da formação do antropólogo, há uma possibilidade de distanciamento advinda e gerada pela

própria sociedade complexa, em especial, pelos contextos urbanos, que introduziram de forma sem precedentes o múltiplo pertencimento.

Até aqui temos inscrita a possibilidade do distanciamento: tanto do pesquisador em relação a seu ponto de vista inicial como do distanciamento em relação ao ponto de vista do outro. Mas qual a particularidade metodológica da análise antropológica? Embora Gilberto Velho indique, em sua entrevista a Bastos e Cordeiro (1997), que os antropólogos em geral e não só no Brasil, são chamados a participar politicamente, não num partido ou movimento, mas frente à sua sociedade, no Brasil isto se dá de “maneira marcante” e “desde o início pela maneira de trabalhar dos antropólogos que procuram entender grupos sociais a partir do ponto de vista deles” (BASTOS; CORDEIRO, 1997, p. 323-324). Gilberto Velho não explicita, mas deixa a entender que a construção da percepção antropológica do ponto de vista do outro já é analítica pois exige o “se colocar na posição do outro”. Trata-se de um movimento que se faz no complexo das interações sociais entre pesquisador e pesquisados, e se baseia num corpo teórico, ainda que variem seus matizes.

A realidade (familiar ou exótica) sempre é filtrada por um determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada. Mais uma vez não

estou proclamando a falência do rigor científico no estudo da sociedade, mas a necessidade de percebê-lo enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa. Este movimento de relativizar as noções de distância e objetividade, se de um lado nos torna mais modestos quanto à construção do nosso conhecimento em geral, por outro lado permite-nos observar o familiar e estudá-lo sem paranoias sobre a impossibilidade de resultados imparciais, neutros (VELHO, 1978, p. 40).

A construção do conhecimento do ponto de vista do outro, no seu ponto de chegada, de acordo com Gilberto Velho, não se desprende da situação social do pesquisador, pois exige seu engajamento e investimento, apesar de não ser dela cativa.

A formulação do “múltiplo pertencimento” como característica das sociedades modernas urbanas e o modo como assume seu engajamento enquanto intelectual público nos leva ao conjunto de conceitos teóricos por ele utilizados no entendimento das sociedades contemporâneas e às tradições teóricas que o orientaram.

CONSENSO, CONFLITO, INDIVIDUALISMO E SUBJETIVIDADE:
CONCEITOS PLURAIS

O múltiplo pertencimento se assenta, tal como entendendo o trabalho de Gilberto Velho, em quatro bases: 1)

no conceito de diversidade ou pluralidade de “regiões morais”, inspirado em Park (1967) e de “províncias de significado”, conceito tomado de Schutz (1979), entendido por Gilberto Velho como “níveis de significado” que coexistem na vida urbana, em especial nas metrópoles; 2) na noção de que consenso e conflito, a exemplo de Simmel (1971; 1983), são elementos fundantes de toda sociação; 3) na noção plural de tipos ou modalidades de individualismos e 4) na noção de ação social dos indivíduos vinculada ao jogo entre o mundo interior subjetivo e as práticas e redes materiais e simbólicas.

O uso combinado destes conceitos é que permitiu lidar com as subjetividades e com as culturas ou “meios sociais” de uma forma teórica não redutora. Para Gilberto Velho, os indivíduos não são meros internalizadores dos valores culturais dos grupos sociais a que pertencem como se tratasse de uma cultura unificada baseada em exclusivo consenso, nem são sujeitos essencializados ou hipostasiados.

Antes de prosseguir sobre a forma desse uso combinado e seus efeitos no entendimento da subjetividade e da individualidade nas sociedades contemporâneas urbanas, vejamos como os conceitos passaram a ser integrados no trabalho de Gilberto Velho.

A noção de região moral, desenvolvida por Park (1967) é exemplo significativo dessa tendência (da temática

da organização social do espaço) quando indivíduos com determinadas características sociopsicológicas, cujas origens podem ser diversificadas, tendem a concentrar-se em áreas específicas da cidade (VELHO, 2000b, p. 16).

Tal noção tinha o mérito de apontar a heterogeneidade do mundo urbano e foi desenvolvida por Park no Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade de Chicago. Marcava as fronteiras da diversidade, mas produzia o risco de serem enrijecidas e as regiões serem constituídas como unidades monolíticas e justapostas. Velho inscreve em texto a seguir, elementos que apontam o risco do enrijecimento das fronteiras das diferenças pelo uso modelar da dicotomia entre sociedade tribal e sociedade moderna urbana, sem outorgar o tom crítico que ora introduzo:

Ambos (William Thomas e Robert Park) eram interessados e leitores da literatura sobre sociedades tribais e tradicionais. Buscavam identificar e compreender as diferenças socioculturais dentro das grandes cidades em acelerado crescimento, que consideravam tão importantes de serem estudadas como as diferenças entre sociedades e culturas aparentemente distantes e exóticas (VELHO, 2000b, p. 11).

As noções polarizadoras entre sociedades tradicionais e complexas, por mais estimulantes que tenham sido e sejam, sempre introduziram o risco de imagens inversas e opostas pela reificação do distante e do exótico como unidade unformatada. Reificam suas fronteiras culturais como praticamente intransponíveis, dentro da perspectiva relativista de mostrar, revelar e reconhecer configurações culturais distintas. O conceito de “região moral” tem a riqueza da crítica radical a uma percepção da cidade como uma homogeneidade cultural. Mas tem o risco de não dar conta da circulação de moralidades no contexto urbano, e, assim, de produzir ilusória homogeneização moral entre indivíduos compartilhando subáreas espaciais específicas.

A consideração da pluralidade de “regiões morais”, bem como de “províncias de significado” e de “mundos”, tal como apropriada por Velho da proposta de Schutz (1979), ou ainda de pluralidade de “meios sociais” (VELHO; MACHADO, 1977) aliada à noção de circulação e trânsito, produz a possibilidade de pensar tanto a “fragmentação” das identidades como o “multipertencimento”. Aqui, a heterogeneidade social e cultural do mundo urbano é constituída analiticamente sem supor “unidades” com fronteiras enrijecidas.

Mas, em que parâmetros se sustentam os conceitos de circulação e trânsito? Como sujeitos distinguidos por

suas moralidades diversas e por seus valores distintos podem circular, transitar e pertencer a contextos moral ou culturalmente distintos?

Velho e Machado respondem parcialmente à questão em 1977, ao concluírem sobre o “anonimato relativo” presente nas grandes cidades: “a possibilidade de desempenhar papéis diferentes em meios sociais distintos” (VELHO; MACHADO, 1977, p. 80), como é o caso exemplificado de médico que participa de rituais de candomblé. Anonimato relativo associado à relativa facilidade de deslocamento físico.

Somente se tem a resposta mais completa de como se dá a circulação e o trânsito entre regiões morais e entre meios sociais distintos, para além da permissibilidade do anonimato relativo, quando se aponta que, desde o início de suas pesquisas, Velho sempre introduziu a presença do conflito, do desvio e da negociação na dinâmica social das sociedades complexas urbanas. É pela introdução dos conceitos de conflito e de negociação que se pode entender que, para Velho, as fronteiras entre bairros e meios sociais nunca foram intransponíveis ou reificadas. Se projetos de metamorfose se constituíram e produziram migrações de bairros a outros, de estilos a outros, tais projetos estiveram sempre suscetíveis a conflitos ou envolvendo conflitos, não somente consensos.

Velho pesquisa produtivamente a diversidade de regiões morais e áreas espaciais específicas como bairros e edifícios, e o faz desde o início de sua carreira, introduzindo o conceito de conflito. Existem conflitos internamente às regiões morais e aos grupos sociais tanto como entre “regiões morais” e “grupos sociais” distintos. A circulação e o trânsito entre “meios sociais” podem assim se dar através de formas conflituosas, nem sempre se restringindo à ideia de anonimato relativo. Com certeza, já aqui a influência de Marx estava presente entre as tradições teóricas que supõem o conflito como constituinte das formas societárias.

Ao contrário de sociedades tradicionais mais estáveis ou integradas, está longe de haver um consenso em torno dos lugares e posições ocupados e de seu valor relativo. Existe o dissenso em vários níveis, a possibilidade do conflito é permanente e a realidade está sempre sendo negociada entre atores que apresentam interesses divergentes. Embora existam os mecanismos de acomodação ou de apaziguamento, sua eficácia é muito variável e, até certo ponto, imprevisível. [...] O estudo de conflitos, disputas, acusações, momentos de descontinuidade em geral é particularmente útil, pois, ao se focalizarem situações de drama social, pode-se registrar os contornos de diferentes grupos, ideologias, interesses, subculturas etc., permitindo remapeamentos da sociedade. O estudo do rompimento e rejeição do

cotidiano por parte de grupos ou indivíduos desviantes ajuda-nos a iluminar, como casos-limites, a rotina e os mecanismos de conservação e dominação existentes (VELHO, 1978, p. 41).

Em primeiro lugar sublinho a importância teórica de integrar o conflito na sua análise, relativizando os efeitos perversos do uso das noções de “regiões morais” ou “províncias de significados”, se considerados como impermeáveis à circulação e ao conflito. Não posso deixar de anotar que, apesar de concordar com a importância dada à introdução da noção de conflito, que retira qualquer peso reificador das fronteiras entre “meios sociais”, Velho associa, nesse trecho, equivocadamente, “conflito” apenas à sociedade complexa e “consenso” à sociedade tradicional. Ele mesmo, a seguir, declara a importância do estudo de conflitos e acresce, na mesma configuração de sentido, o estudo das disputas e acusações. Apesar de serem sobejamente conhecidos, entre outros, os “conflitos de facções” em sociedades tribais, e as “acusações de bruxaria” através de trabalhos clássicos como o de Evans-Pritchard, acusações nas sociedades tribais parecem não ser percebidas como constituindo conflitos. A força da literatura antropológica em acentuar o carácter distinto das culturas “outras” é de tal ordem que tudo parece se passar como se os Azande tivessem o “consenso” de partilhar a ideia de que as acusações não são mais

do que formas de “explicar” as doenças, quando, de fato, não deixam, por isso, de serem conflitos.

Mais tarde, Velho afirmaria claramente: “Sabemos, com Simmel (1964), que o conflito é inerente à vida social” (VELHO, 2000a, p. 57).

Simmel, em seu capítulo sobre a “Natureza sociológica do conflito” (1964), entende-o como inerente não só a toda forma de sociação, e, portanto, à interação social entre indivíduos, como às formas de internalização subjetiva. Contradições e ambiguidades estão presentes nas subjetividades.

Dizia Velho em seu memorial para professor titular:

Um autor fundamental que fui descobrindo, aos poucos, é Georg Simmel. Certamente é uma exploração que ainda não terminou. Seu trabalho como pensador, difícil de classificar ou rotular, tem sido muito instigante para a minha atividade intelectual e de pesquisador. Consequentemente, a temática indivíduo e sociedade, com todas as suas implicações e abrangência, é central tanto para minha atividade de pesquisa como de ensino [...] (VELHO, 2012, p. 184).

É, assim, a Simmel a quem Velho recorre para investir no conceito de individualismo, filtrado, no entanto, pela visão dumontiana. Dumont (1966) caracteriza a especificidade da sociedade moderna ocidental pelo enten-

dimento de que o agente empírico indivíduo se percebe e é percebido como valor do indivíduo/sujeito autônomo de sua vontade. As reflexões de Simmel partem dos indivíduos e subjetividades ocidentais, sem que seja sua temática refletir se tal percepção dos indivíduos e subjetividades possa, em parte ou em todo, se referir a outras sociedades ou contextos.

Assim, as reflexões que Simmel faz sobre indivíduos e subjetividades, entende-as, de um lado, como referidas às sociedades modernas. Velho incorpora o conceito de individualismo no seu plural nas sociedades urbanas. De outro lado, as observações de Simmel o fazem desconfiar da “dissolução da ideia de indivíduo e de sujeito” no sentido geral.

Entende a partir de Simmel que são as condições heterogêneas das grandes metrópoles que propiciam a expansão dos valores individualistas.

Um dos pontos básicos de Simmel é mostrar que o desenvolvimento dos valores individualistas está associado à possibilidade do indivíduo poder transitar entre diferentes grupos, não sendo englobado, diríamos nós, apenas por um deles. Essa experiência estimula e reforça uma percepção de si mesmo como ser independente (VELHO, 2000a, p. 18).

Desenvolve então a relação entre trânsito e circulação como forma de expansão dos valores individualistas:

É o trânsito e circulação entre diferentes grupos e meios sociais que é causa e consequência, num processo circular, de expansão dos valores individualistas. [...] A presença dos laços de parentesco, de compadrio, e a importância dos bairros, das localidades, são variáveis que estabelecem limites sociológicos e psicológicos a essa liberdade individual. Logo o modo de internalizar e viver essas ideologias individualistas variará em função de diferentes situações, contextos e trajetórias (VELHO, 2000a, p. 19).

Entende que são também as condições das sociedades modernas urbanas que propiciam a produção de variantes e tipos de individualismo, aos quais atribui conteúdos e efeitos distintos e concorrentes. Para ele, as ideologias individualistas da “indiferença e do narcisismo” concorrem com as ideologias individualistas da “liberdade individual e dos direitos igualitários”. Em relação às ideologias individualistas da “indiferença e do narcisismo”, enfatiza o efeito “disciplinador” de sustentar e reproduzir as condições de desigualdade social, de risco e de desagregação. Em relação às ideologias individualistas da “liberdade individual e dos direitos igualitários”, enfatiza seus efeitos de sustentar e propiciar a prevalên-

cia de redes de reciprocidade e de valores de uma atuação privada e pública em prol de políticas sociais e do bem público.

A indiferença, o egoísmo, o narcisismo aparecem como expressão do individualismo associados à especificidade da vida metropolitana, à separação de domínios, à fragmentação de papéis, à perda de laços de comunidade, a deformações do capitalismo competitivo, à massificação, entre outros. Portanto, de um lado temos o individualismo(s) como força positiva de transformação, vinculado às ideias de liberdade e igualdade, rompendo com a opressão e rigidez de sistemas tradicionais de dominação e organização social como o feudalismo. De outro, o individualismo aparece como produtor de situações de desagregação e anomia sociais, rompendo com valores e redes de reciprocidade e de atuação pública (VELHO, 2000b, p. 21).

As condições da organização do tráfico de drogas sustentam uma outra modalidade de individualismo: o individualismo agonístico:

[...] São individualistas agonísticos, demandando o consumo de bens como vestuário, calçados de grife e, em círculo vicioso, de armas cada vez mais poderosas, que são símbolos de poder que reforçam o seu prestígio junto aos seus companheiros e junto às mulheres jovens que namoram intensamente (VELHO, 2000b, p. 25).

Busca então estabelecer, inspirado em Simmel, a relação entre cultura subjetiva e objetiva.

SUBJETIVIDADES E POSSIBILIDADES OBJETIVAS

O modo como articula cultura subjetiva e objetiva é afirmar que são as diferentes situações, contextos e trajetórias que orientarão as formas variadas de interpretação das ideologias individualistas. Atribui agência subjetiva ao falar de trajetórias que se fazem e refazem a partir de investimentos subjetivos em projetos e metamorfoses. Atribui limites aos investimentos subjetivos a partir das formas de interação e relações sociais vivenciadas em função dos “meios sociais” e das “regiões morais”, mas é a introdução do conceito de individualismo e de agência subjetiva que limitam o entendimento da subjetividade como imediatamente dada pelo tipo de região moral de que participa.

No texto a seguir, enfatiza as possibilidades da agência individual e dos investimentos subjetivos, sempre delimitados num campo de possibilidades objetivas:

A ação social dos indivíduos, através de sua permanente interação, só é possível a partir de motivações que são encontradas num jogo entre mundo interior, subjetivo, e práticas e atividades no cotidiano, envolvendo redes sociais em níveis materiais e simbólicos, com especifi-

idades e características próprias. A expressão *âncoras identitárias* hoje me parece um tanto pesada, podendo sugerir pouca mobilidade existencial. Para mim, âncora remete a, mais ou menos, poderosas belonaves estacionadas num porto ou numa base, o que seria contraditório com a intenção de salientar o que chamei de potencial de metamorfose de indivíduos vivendo e agindo em campos de possibilidades socioculturais. Ou seja, a transformação se dá dentro de um repertório, mas os matizes, os meios-tons, as ambiguidades produzem resultados fascinantes por sua variedade associada ao dinamismo dos projetos, desejos e aspirações. Em vez de âncoras, prefiro algo que remeta à memória, em permanente revisão, à socialização, às trajetórias e a escolhas contextualizadas. Sem querer sair numa espécie de romantismo existencialista, tal combinação, sendo possível, valoriza a vertente da história do pensamento que explora a temática da liberdade e seus limites (VELHO, 2009, p. 15).

Para ele, os indivíduos são intérpretes de códigos e não internalizadores “naturais” dos valores sociais ou morais de uma determinada “província de significado” ou de uma “região moral”.

A própria noção de sujeito não é só fonte de polêmicas e divergências, mas de contestações radicais. Portanto, longe de mim pretender dar conta de todas as suas implicações. Para o nosso entendimento, a identidade

individual do sujeito é construída através da memória – visão retrospectiva e de projetos – visão prospectiva. “Olhando” para trás e para frente, o agente individual que denominamos de sujeito reinterpreta, com maiores ou menores “ilusões” o seu passado e o seu futuro. Na sociedade moderna individualista é fundamental a ideia de uma continuidade subjetiva interior que, através de múltiplas e diversificadas etapas e interações, mantém uma consistência básica. Self, ego, entre outras, são noções que permeiam os autores e tradições com que temos lidado. O multipertencimento, a fragmentação de papéis e contextos, assim como outras análises e perspectivas, às vezes tendem a reduzir e minimizar a noção mais convencional de identidade individual a ponto de quase dissolvê-la, diluindo-a. Procuro encontrar não, propriamente, uma áurea medida ou posição intermediária, mas uma perspectiva que, sem congelar o agente individual numa postura essencialista, reveja-o na dinâmica socioexistencial, tão flagrante e mesmo dramática nas cidades e metrópoles onde temos pesquisado (VELHO, 2009, p. 16).

É a combinação do uso desses conceitos em seus sentidos plurais que permite ao autor trabalhar com subjetividades sem que elas sejam englobadas e aprisionadas em uma sociedade ou um grupo imaginado como uma unidade. Caso assim o fizesse, a subjetividade individual e a região moral ou meio social teriam sido concebidos como unformatados. Falar em pertencimento no sen-

tido de Gilberto Velho é falar de investimentos subjetivos diante de um campo de possibilidades. Importante destacar o uso combinado do conceito de regiões morais, meios sociais e províncias de significado, e os conceitos de conflito e consenso como inerentes aos processos de sociação em que interagem as agências subjetivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Gilberto Velho, a constatação da fragmentação de papéis e do multipertencimento advindos da heterogeneidade da vida social nas cidades e metrópoles, não pode nem deve anular as agências subjetivas. A diversidade dos “meios sociais”, das “regiões morais” e das “províncias de significado” e o entendimento dos conflitos como inerentes à sociação exigem entender as agências subjetivas em sua dinâmica socioexistencial.

As subjetividades pressupõem memória, e, através dela, a continuidade e a consistência interior, ainda que atravessadas por multipertencimentos, múltiplas interações e transformações. Gilberto Velho se debruça, assim, sobre subjetividades, projetos e metamorfoses.

Trata-se de uma forma original de combinar subjetividade e objetividade a partir das inspirações teóricas de Park, Schutz e Simmel. O modo pelo qual integra estas diferentes tradições teóricas se assenta na enun-

ciação de seu lugar de fala. Percebe-se como um olhar situado a partir de onde é possível buscar significados. Seu ponto de vista como antropólogo, autor e analista é o de entender a si e aos outros como subjetividades com pontos de vista diversos envolvidos em uma dinâmica socioexistencial.

O pesquisador e seus “outros” se enredam na dinâmica socioexistencial: constituem-se como subjetividades distintas diante das práticas sociais interativas e relacionais que os englobam. Sua metodologia analítica é extremamente coerente e interdependente com relação à sua crítica política. O método que propõe e realiza é o de “poder pôr-se no lugar do outro”. Expressa assim sua sensibilidade diante das agências subjetivas dos pesquisados e diante das condições dos seus “meios sociais”. Sua crítica política como intelectual público responde a essa mesma sensibilidade.

A sociação de que fala é vista como “em processo”, na qual as agências subjetivas em interação nos meios sociais estão em processo de se fazer: configurando-se e se transformando. Acadêmico cuidadoso, para ele diversidade não é apenas multiplicidade, é também desigualdade, ambos componentes da heterogeneidade do “meio social” que focaliza nas suas pesquisas.

O mesmo vigor e delicadeza que coloca na análise de seus “outros” pesquisados está presente no contínuo

chamamento que, como intelectual público, faz à “sociedade civil” e ao estado, para que enfrentem os desafios da sociedade brasileira e os riscos da sociedade moderna contemporânea.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Cristiana; CORDEIRO, Graça (Org.). Desafios e metamorfoses da Antropologia brasileira. Entrevista com Gilberto Velho. *Etnográfica*, Lisboa, v. I, n. 2, p. 321-327, 1997.

DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus*: essai sur le système des castes. Paris: Gallimard, 1966.

LABATE et al. (Org.). *Drogas e cultura*: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008.

PARK, Robert E. *On social control and collective behavior*: selected papers. Chicago: The University of Chicago Press, 1967.

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SIMMEL, Georg. *Soziologie*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1908.

SIMMEL, Georg. *Conflict and the web of group-affiliations*. New York: The Free Press, 1964.

SIMMEL, Georg. *On individuality and social forms*. Chicago: University of Chicago Press, 1971.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: MO-
RAES FILHO, Evaristo (Org.). *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983.
p. 123-134.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de Antropolo-
gia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson
de O. (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão,
improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar,
1978. p. 36-46.

VELHO, Gilberto. O antropólogo pesquisando em sua cidade:
sobre conhecimento e heresia. In: VELHO, Gilberto (Org.). *O
desafio da cidade: novas perspectivas da Antropologia brasi-
leira*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades
complexas. In: FIGUEIRA, Sérvulo A. (Org.). *Psicanálise e Ci-
ências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma
Antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro:
Zahar, 1981.

VELHO, Gilberto. Parentesco, individualismo e acusações. In:
VELHO, Gilberto; FIGUEIRA, Sérvulo A. (Org.). *Família, psi-
cologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

VELHO, Gilberto. A busca de coerência: coexistência e contra-
dições entre código sem camadas médias urbanas. In: FIGUEI-

RA, Sérvulo A. *Cultura da Psicanálise no Brasil*: psicanálise e psicologia na sociedade contemporânea. São Paulo: Brasiliense, 1985.

VELHO, Gilberto. Família e subjetividade. In: ALMEIDA, Angela Mendes (Org.). *Pensando a família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; Editora da UFRJ, 1987.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*: Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VELHO, Gilberto. *Nobres e anjos*: um estudo sobre tóxicos e hierarquia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

VELHO, Gilberto. Individualismo, anonimato e violência na metrópole. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 6, n. 13, p. 15-29, jun. 2000.

VELHO, Gilberto. O desafio da violência. *Estudos Avançados*, v. 14, n. 39, p. 56-60, 2000.

VELHO, Gilberto. O desafio da proximidade. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Org.). *Pesquisas urbanas*: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 11-19.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, v. 12, n. 1, p. 237-248, abril 2006.

VELHO, Gilberto. O multipertencimento e os jovens do mundo contemporâneo. *Cadernos IHU*, UNISINOS, v. 208, p. 22-23, 2006.

VELHO, Gilberto. O consumo dos psicoativos como campo de pesquisa e de intervenção política. Entrevista concedida a Maurício Fiori. In: LABATE et al. (Org.). *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 123-139.

VELHO, Gilberto. Antropologia Urbana: encontro de tradições e novas perspectivas. *Sociologia, problemas e práticas*, n. 59, p. 11-18, 2009.

VELHO, Gilberto. Civilidade e educação. *O Globo*, Rio, 15 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://gilbertovelho.blogspot.com.br>>. Acesso em: 20 maio 2014.

VELHO, Gilberto. A violência depois das eleições. *O Globo*, Rio, 9 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://gilbertovelho.blogspot.com.br>>. Acesso em: 20 maio 2014.

VELHO, Gilberto. A destruição do patrimônio. *O Globo*, Rio, 2 de abril de 2011. Disponível em: <<http://gilbertovelho.blogspot.com.br>>. Acesso em: 20 maio 2014.

VELHO, Gilberto. Crime e corrupção. *O Globo*, Rio, 10 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://gilbertovelho.blogspot.com.br>>. Acesso em: 20 maio 2014.

VELHO, Gilberto. Memorial (Documento em Homenagem a Gilberto Velho). *Mana*, v. 18, n. 1, p. 173-212, 2012.

VELHO, Gilberto. Medo, insegurança e violência. In: MACHADO, Lia Zanotta; BORGES, Antonádia; PATRIOTA DE MOURA, Cristina (Org.). *A cidade e o medo*. Brasília: Verbena; Francis, 2014.

VELHO, Gilberto; MACHADO, Luiz Antônio. A organização social no meio urbano. *Anuário antropológico*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 76, p. 71-80, 1977.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Org.). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

WEBER, Max. *The city*. Glencoe: The Free Press, 1958.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.

O olhar do mestre Gilberto Velho no resumo de quatro momentos de sua vida

ANA LUIZA CARVALHO DA ROCHA (UFRGS)

CORNELIA ECKERT (UFRGS)

*Mestre não é quem sempre ensina,
mas quem de repente aprende.*
Guimarães Rosa, em *Grande Sertão: Veredas*.

INTRODUÇÃO

Por ocasião do 27º Encontro Anual da ANPOCS, de 21 a 25 de outubro de 2003, estávamos em Caxambu (MG) para participar do evento tradicional da comunidade de cientistas sociais brasileiros. Sabíamos, com quase cem por cento de certeza, que iríamos encontrar o professor Gilberto Velho.

Na programação, não foi difícil localizar seu nome e confirmar a expectativa de revê-lo. No hall do Hotel

Glória, encontramos-nos e pedimos um instante em sua agenda. Como sempre, nosso mestre nos recebeu com o carinho habitual, “bom dia, colegas Ana Luiza e Cornelia”, e sentamos para conversar. Compartilhamos, na ocasião, nosso projeto de pesquisa do qual ele era nosso principal personagem, pois, a partir de sua trajetória, iríamos tecer a rede de formação, de diálogos profissionais, de desafios teóricos e metodológicos para os estudos em contextos urbanos no Brasil.

Explicamos que queríamos entrevistá-lo para elaborar um documentário sobre sua trajetória intelectual; que nosso objetivo era construir a genealogia de intelectuais brasileiros que identificávamos como fundadores das linhas de pesquisa de Antropologia das sociedades complexas e/ou Antropologia Urbana e/ou Antropologia de grupos urbanos no Brasil. Para nós, consistia em configurar a comunidade de interpretação do fenômeno urbano em suas múltiplas complexidades, com a qualidade investigativa da pesquisa etnográfica em contextos urbanos brasileiros. Acrescentamos, ainda, que tínhamos por sonho, no final do projeto, reunir os entrevistados em um seminário, atividade que gravaríamos, ainda com o objetivo de elaborar um documentário final com todos os narradores urbanos em interlocução. Gilberto nos escutou atentamente e concordou com o desafio. Pediu que enviássemos o projeto para ele ter uma ideia melhor

de nossos objetivos. Enviamos um resumo, além do roteiro das filmagens na cidade do Rio de Janeiro, que ele mais apreciaria percorrer durante o processo de construção da narrativa audiovisual.

PROJETO CNPQ

No Brasil, antropólogos(as) como Gilberto Velho (Rio de Janeiro), Ruth Cardoso e Eunice Durhan (São Paulo) conformaram, nos anos 1970, linhas de pesquisa tendo por tema a sociedade urbana no Brasil, seguidos de perto por alunos, ou pares, em pesquisa, que corroboravam seu interesse temático, como Ruben Oliven, Antônio Arantes, Alba Zaluar, Teresa Caldeira, Myriam Lins de Barros e José Guilherme Magnani, entre outros.

Propomos a produção de uma coleção fílmica intitulada *Narradores urbanos: Antropologia Urbana e etnografia nas cidades brasileiras*, que visa a retratar os percursos de conformação de um pensamento antropológico sobre a cidade moderna ao longo das transformações históricas profundas no país e na disciplina, tendo como foco central a trajetória intelectual de alguns expoentes do pensamento antropológico brasileiro. Lidamos com a construção das trajetórias acadêmicas, tendo por personagem o(a) antropólogo(a), a partir de seu lugar de habitante de uma grande metrópole, através do

convite para um passeio em determinados territórios urbanos, previamente selecionados por ele, momento em que serão colhidos vários depoimentos e registros de ambiências sugeridas pelo pesquisador(a) em “situação de campo”, assim como de lugares, cenas, personagens e situações que fazem parte de suas pesquisas.

Trata-se de uma série que procura retratar as múltiplas vertentes de pensar o mundo contemporâneo, considerando-os como personagens na primeira pessoa da história a ser narrada.

Este projeto resulta de nossos objetivos de pesquisa acadêmica, dedicada à Antropologia Urbana, buscando problematizar o caráter temporal das experiências de seus habitantes no mundo moderno e contemporâneo e suas repercussões nas práticas e saberes que os indivíduos e grupos urbanos usualmente constroem em suas relações com a cidade.

Como pesquisadoras e antropólogas interessadas no estudo da memória coletiva e em trajetórias urbanas nas cidades brasileiras, consideramo-nos herdeiras das questões problematizadas por esta linhagem, tendo por projeto acadêmico o estudo das dinâmicas de interações e representações sociais *na* e *da* cidade, sob a perspectiva de suas formas de vida social, visando a um repertório mais amplo das formas de sociabilidade no meio urbano do Brasil e suas variações culturais. A série

documental está disponível para apreciação pública no site <www.biev.ufrgs.br>.

O percurso de cada documentário contempla, assim, a realização de entrevistas com intelectuais reconhecidos na produção na área da Antropologia Urbana no Brasil. A intenção é retratar as diferentes matrizes desta área de conhecimento, segundo as tradições dos diferentes centros de origem, reconhecidos no cômputo da história da própria disciplina: USP, UFRJ, UFF, UNICAMP, UFSC, UFRGS, UFPE, UnB etc. Supomos que o próprio campo de saberes e fazeres em Antropologia Urbana sofra as injunções das “marcas culturais” do lugar onde se situam. Neste caso, os lugares da vida urbana nacional que serão visitados serão definidos a partir das escolhas dos nomes dos antropólogos entrevistados, do respeito às linhas de adoção e formação de seus pesquisadores, do esforço para desvendar o campo complexo dos diferentes prismas pelos quais seus pesquisadores buscam desvendar o enigma do viver contemporâneo, a partir de uma *dé-marche* sobre a vida nas grandes cidades.

DO ROTEIRO DE FILMAGEM

Trata-se de produzir uma série documental que retrate o olhar plural dos(as) antropólogos(as) em torno do viver a cidade no mundo contemporâneo. Para nós,

é a estratégia encontrada para a construção do encontro etnográfico entre a cidade e o seu narrador, o(a) antropólogo(a). No que tange às escolhas fundamentais de realização – dispositivos de pré-produção (roteiro), produção (gravação) e pós-produção (montagem) –, elas serão determinadas no sentido de restaurar, sempre que possível, as modalidades diversas adotadas pelo pensamento antropológico no Brasil no estudo das formas de vida nos grandes centros urbanos, sugeridos pela diversidade na forma que os antropólogos adotam na construção de seu próprio campo de saberes.

As gravações devem ser feitas, todas elas, na modalidade “cinema direto”, desde o registro do primeiro contato com o personagem, até, finalmente, o fechamento do roteiro de edição, prevendo-se jornadas contínuas de gravação, no sentido de captura do próprio tempo de realização do documentário, prevendo-se uma equipe pequena em cada situação de filmagem, no máximo de quatro pessoas (operador de câmera, de som, de luz, entrevistador e realizador). A unidade de tempo das gravações será marcada pelas escolhas de lugares e situações de pesquisa na cidade onde atua o antropólogo cuja trajetória intelectual será “etnografada” (sua prática artesanal), obedecendo-se sua preferência por determinados territórios urbanos.

Além disso, a partir de entrevista em seu apartamento, conversaríamos sobre imagens de acervo da cidade do Rio de Janeiro, além de imagens em outros contextos que a equipe registraria para contemplar sua biografia, sua reflexão sobre seu método de pesquisa e o campo interpretativo teórico-conceitual que confronta com problemas concretos de suas pesquisas. Combinamos que estas filmagens ocorreriam em 2004. Ainda em 2003, por ocasião das comemorações da data de realização da I Reunião Brasileira de Antropologia (1953), evento no Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, que ocorreu nos dias 13 e 14 de novembro de 2003, aproveitamos o ensejo para filmar Gilberto no contexto de seu trabalho cotidiano. Éramos, aliás, duas equipes filmando. Além de nós, havia o grupo coordenado por Patrícia Montemór e Emílio Domingos, que desenvolviam um documentário sobre a história da Associação Brasileira de Antropologia. Em 2004, finalmente, deslocamo-nos para o Rio de Janeiro, com dedicação exclusiva ao projeto de filmar Gilberto Velho.

MOMENTO 1 – A PRAÇA E O FASCÍNIO PELA CIDADE

Por ocasião das filmagens, Gilberto nos sugere um encontro a ser iniciado em uma praça nas redondezas de sua residência, no bairro Ipanema. Não se trata de uma

praça ao acaso, mas de um contexto de suas reminiscências infantis, de passeios com pais e parentes em sua infância, de brincadeiras com o irmão e primos. Câmera na mão, enquadramento na pessoa de Gilberto Velho, microfone em funcionamento, sentamos nos bancos ao redor de uma mesa de pedra disposta na lateral da simpática praça. “Para mim, essa praça deve ser a busca do melhor dos mundos, cercada de prédios ao longe, nem tão longe assim, numa praça que é tradicional desse bairro, e que eu passei momentos da minha infância aqui” (NARRADORES..., 2006).

Gilberto discorre sobre seu interesse em tratar do tema das modernas e complexas sociedades contemporâneas, como gostava de caracterizar os processos de industrialização, ou como nos informa num de seus consagrados livros: “da acentuada divisão social do trabalho, do espantoso aumento da produção e do consumo, da articulação de um mercado mundial e de um rápido e violento processo de crescimento urbano” (VELHO, 1981, p. 17).

Então essa coisa, essa dinâmica dos bairros da Zona Sul é muito interessante, Copacabana, Ipanema e Leblon. Eu me lembro que justamente na minha adolescência, a gente não vinha muito a Ipanema. Vínhamos para visitar algum parente, percorrer alguns lugares. Mas morávamos em Copacabana, que aliás era mais valorizada.

Me lembro que as praias de Ipanema e do Leblon eram consideradas muito bravas, mas depois foram se tornando as praias da moda, as praias dos artistas, dos intelectuais e das pessoas famosas. E depois teve o período das dunas e da Gal Costa e do “barato”, dependendo da iluminação. Tinha toda a coisa do comportamento político. Podia ser um comportamento político militante mais numa linha marxista, com todas suas variantes. Não era um ou dois blocos homogêneos, mas paralelos. Então, você tinha pessoas que tinham passagem pelas duas alternativas. Nem todos eram permanentemente membros de um bloco politicamente militante, nem eram membros exclusivos desse grupo do “desbunde” (NARRADORES..., 2006).

Ao comentar sua trajetória familiar e sua mobilidade residencial, configura o cotidiano da vida urbana em suas formas sensíveis enquanto projeto acadêmico, ousado para sua geração, nos programas de especialização de então, na Universidade de São Paulo e no Museu Nacional, integrado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, numa época em que ainda vigoravam estudos clássicos e métodos canônicos sobre as sociedades tradicionais. Comentamos com o mestre seu enorme atrevimento em se aventurar pela Antropologia Urbana sem abrir mão do diálogo com as obras acadêmicas definidas como clássicas na formação em Antropologia, Sociologia, história etc. Comentamos que esta postura deixa um

fecundo legado na formação das novas gerações; que nos impressiona, em sua obra, o aproveitamento teórico de diferentes campos conceituais: o interacionismo simbólico, a Antropologia social britânica, a escola sociológica francesa, o estruturalismo histórico, fazendo uma síntese e uma “[...] combinação entre diferentes tradições” (VELHO apud VALLADARES, 2005, p. 66). E isto, para “observar o familiar”, para promover o fazer etnográfico em contextos de sociedades urbano-industriais: o desafio da alteridade próxima nascia de suas experiências sólidas de pesquisa. Uma ousadia homenageada por Peirano em seu livro *A teoria vivida* (2006, p. 62), onde o cita o estudo ao tratar dos estudos da alteridade próxima. Argumenta que, no Brasil, “[...] a teoria não é apenas abordagem, mas afirmação política também”. Peirano (2006) refere-se às suas combinações teóricas para pesquisar “[...] temas urbanos sensíveis. Esses incluíram estilos de vida da classe média, hábitos culturais do psiquismo, consumo de drogas e violência” etc.

Gilberto declara ter sido sempre fascinado pela cidade e que a Antropologia lhe proporcionava um campo de possibilidades para estudá-la a partir desta prática de desfamiliarização de seu próprio mundo cotidiano. Olhando a paisagem da praça, ele argumenta: “Gosto deste bairro, Ipanema. Gosto de dizer que as pessoas em Ipanema têm algo de esquisito, o que me afeta, me se-

duz. Mas morar em Ipanema foi uma ‘áurea medida’”. (NARRADORES..., 2006).

Neste momento, faz uma pausa e reinicia contando que, no período de 1952 a 1968, morou com seus pais num apartamento em Copacabana. De 1968 a 1970, morou no Edifício Estrela, que ele tornou famoso com sua pesquisa de mestrado, intitulada *A utopia urbana* (de 1970, orientada por Shelton H. Davis, da Universidade do Texas). Foi uma experiência que compartilhou com sua companheira de casamento, na época, a colega Yvonne Maggie. Depois, conforme nos relata, muda para a Gávea, um bairro mais bucólico no Rio de Janeiro, uma opção ambiental romantizada, logo traída pela reforma urbana de grande impacto, com a construção de um túnel de autoestrada.

PROJETO DE VIDA, CAMPO DE POSSIBILIDADE E TRAJETÓRIAS SOCIAIS

Ao discorrer sobre Ipanema, não revela apenas o fascínio do bairro sobre o Gilberto Velho-antropólogo, mas igualmente sobre o Gilberto Velho-cidadão, ou seja, “[...] como uma pessoa que tem suas experiências pessoais” naquele lugar:

Eu adoro a cidade. Sou um homem urbano, um cidadão, e a cidade me interessa o tempo todo; é um fenômeno que me fascina. As coisas que passam na cidade me despertam interesse, curiosidade, atingem minha sensibilidade, entendeu? E outros se encantam com o Xingu, com a floresta amazônica, não é? Ótimo, não? Esplêndido. Outros querem trabalhar com uma plantation no Nordeste, ou numa colônia do Sul etc. Além daqueles que vão fazer trabalho bibliográfico, isto porque na Antropologia ainda tem um lugar para isso, muito embora a sua marca seja o trabalho de campo, existem pessoas que trabalham com história da Antropologia, que é outra área fascinante. Uma maneira também de pensar que a Antropologia conseguiu trabalhar muito bem com as suas próprias crises internas, porque, se ela nasce de um olhar clássico sobre o outro, a alteridade, ela consegue esta perícia (NARRADORES..., 2006).

O problema, assim, é ético e político, propõe Peirano (1995, p. 144), em *A favor da etnografia*: “Trata-se de uma combinação *sui generis* dos papéis de cientista e de cidadão”, e, interpretando a trajetória das Ciências Sociais no Brasil, é intrínseco ao “[...] compromisso geral com os problemas de *nation-building*” (PEIRANO, 1992, p. 16).

Explora, então, seus deslocamentos por diferentes bairros no Rio de Janeiro como parte de seu projeto de vida, sempre motivado pelo desejo de “[...] encontrar

lugares, recantos em que eu pudesse me sentir melhor, me beneficiando de toda uma base pública, evidentemente”. E segue ponderando sobre o bairro:

Essa área de Ipanema, a partir do final dos anos 50, foi se tornando mais *fashion*, mais conhecida, mais referência, época da transição dos louros de Copacabana para Ipanema. É claro que isso não foi repentinamente, da noite para o dia, mecanicamente. Ipanema é muito mais barata do que Copacabana. Carrega histórias como a história do Ary Barroso, que está fazendo 100 anos agora, né. Ele morava na beira do Leme, e queria comprar um apartamento em Copacabana, e não conseguiu; então, foi comprar um apartamento em Ipanema, que era mais barato. Isso no final dos anos 50. E ele ficou com um apartamento em Ipanema, que hoje em dia é muito mais valorizado que Copacabana. Então, essa história dessa dinâmica dos bairros, essa mudança do valor, do prestígio, é muito interessante. Copacabana, nos anos 1950/60, era um grande objeto de desejo e isso começou a mudar. Ipanema foi se tornando esse alvo. Depois, a transferência do Leblon também. O Leblon hoje em dia é um bairro muito citado, comentado. Inclusive porque tem tido novelas em que o Leblon aparece como cenário (NARRADORES..., 2006).

Interpreta, assim, que seus itinerários no Rio de Janeiro foram motivados pelo projeto de morar em bairro em que pudesse desfrutar de certa comodidade por

constatar a deterioração nos bairros precedentes. Em especial, destaca a poluição sonora. A cada deslocamento relatado, ele nos partilhava os sentimentos de nostalgia que procurava acomodar nas razões da escolha da próxima morada, tendo sido Ipanema, por um tempo longo, a preferida:

Então, essa praça preserva a memória da antiga Ipanema, uma Ipanema dos anos 50, de fato bem mais bucólica; você não tinha tantos prédios. Tinha pouquíssimos prédios, e hoje em dia é um lugar muito cosmopolita, né, muito badalado; isso aqui está cheio de restaurantes de nível internacional. Todos esses pontos têm bares, contrastando com esta bucólica praça dos anos 50; até foi restaurada recentemente (NARRADORES..., 2006).

Nosso entrevistado revela que, ao chegar à praça, naquele dia, caminhou saudoso próximo ao monumento erguido para homenagear Pinheiro Machado, lembrando de brincadeiras de esconder em sua infância. No bairro sempre moraram parentes. A opção pelo bairro tinha a ver com este sentimento de pertença, pois o apartamento onde ainda mora lhe proporciona um ambiente confortável e familiar, uma vez que “[...] nesse edifício morou o meu avô” (NARRADORES..., 2006).

UNIDADE E DESCONTINUIDADE EM SOCIEDADES COMPLEXAS
– NA CONTRAMÃO DO ESTEREÓTIPO

A presença de crianças mendigando chama a atenção de Gilberto, que acrescenta ser esta uma presença crescente no cenário dos bairros; algo mais raro no passado. A presença, cada vez mais maciça, de crianças na condição de populações de rua o leva a refletir sobre uma situação de ambiguidades, pois não se trata apenas de uma presença de mendicância, mas de situações de maior gravidade, com denúncias de controle dos grupos de mendicidade e de aluguel de crianças para estas tarefas.

Pondera serem questões complexas, comuns a contextos cosmopolitas, e até mesmo a bairros como Ipanema:

Esse cosmopolitismo de Ipanema convive com situações muito tradicionais da cidade brasileira, com situações muito agudas em termos de interação social; então isso pode perturbar o seu próprio cotidiano, como vocês estão vendo a população de rua, mas ao mesmo tempo você está vivendo e observando esse convívio, essa interação em um bairro que tem fortemente a presença da elite, de uma classe média, e as favelas que você tem ali no Pavão, Pavãozinho e Cantagalo; se você continuar em direção ao Leblon, você vai encontrar, cruzar a São Sebastião e, mais adiante, você vai encontrar a favela do Vidigal e da Rocinha (NARRADORES..., 2006).

Gilberto discorre sobre as múltiplas transformações nas formas de comportamento e atitudes nos diferentes espaços e mudanças de hábitos em face de uma criminalidade desmedida, por razões que merecem profunda análise e exigem que se reconheçam as diversas formas sob as quais se esconde o medo do cidadão:

Mudam os estilos de vida, não só nossos, mas também dos segmentos trabalhadores. Não só por ser um estilo de vida, como não dá para dividir. Eu acho que isso já foi superado de algum modo – bandidos de trabalhadores –, embora existam, sem dúvida, bandidos em tempo integral, e existam pessoas que sejam basicamente trabalhadoras. Mas o que você encontra muito são pessoas que têm um trabalho, um trabalho mal-remunerado, um trabalho precário, um trabalho que não satisfaz minimamente às expectativas, e que pode – e com frequência ocorre isso – participar de algum tipo de atividade ilegal totalmente criminosa. Existem situações, nas pesquisas que eu tenho feito, e isso aparece. Então, não é só aquela figura do bandido armado, entendeu, com uniforme praticamente de assaltante (NARRADORES..., 2006).

É preciso saber lidar com estas fronteiras imprecisas, com as margens, enxergando as diferenças que se manifestam no dia a dia nos esforços de inserção social e os que não conseguem. Por que isto acontece? Em sua fala,

Gilberto retoma um exemplo primoroso, que articula o tema da unidade e da fragmentação para tratar das sociedades complexas no seu livro *Projeto e metamorfose* (VELHO, 1994):

Então você tem toda essa, esse complexo processo de reconhecimento, de mapeamento, “será que eu posso entrar, será que vão me deixar entrar nessa loja? Será que eu vou ser recebida?” Porque também você tem essa história de entrar em loja, que as pessoas têm medo de entrar em loja, têm medo de entrar em determinados lugares. Outro dia, a Miriam me contou que ela saiu com um grupo de alunos dela, andando por Copacabana, pessoas modestas, né, muitas de cor, resolveram entrar no Copacabana Palace. Criaram coragem, entraram e foram perguntar qual era o preço, do quarto, do apartamento. Foram muito bem atendidos e tudo, mas saíram nervosíssimos, mas ao mesmo tempo fizeram reconhecimento, entendeu? (NARRADORES..., 2006).

Neste breve convívio na praça, pudemos inferir os temas que Gilberto valoriza para o estudo dos diferentes segmentos de uma sociedade complexa: as vivências e os problemas cruciais do mundo urbano, pois, assim como “[...] estamos tendo esta agradável conversa neste lugar aparentemente bucólico, em que crianças e idosos circulam, podemos ser assaltados” (NARRADORES..., 2006). Podemos ser afetados pelo sentimento de risco,

mas qual o medo e o risco sob a ótica de quem nos provoca insegurança? Trata-se de mundos complexos, com ingredientes como confiança e desconfiança, suspeita e solidariedade. Cita o livro de William Foote Whyte, *Street corner society* (1993), que aponta as redes de gangues em disputas internas, de prestígio e poder no bairro popular de uma cidade norte-americana.

UNIDADE E FRAGMENTAÇÃO EM SOCIEDADES COMPLEXAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Aprofundamos, então, com nosso interlocutor, o tema das transformações urbanas, dos problemas de desigualdade social e os processos de violência e crimes que mostram as dimensões agonísticas que atravessam experiências geracionais no contexto urbano brasileiro. Referimo-nos, em especial, à cidade do Rio de Janeiro, conforme seu comentário:

Eu sempre entendi Antropologia Urbana como o trabalho que os antropólogos tão fazendo na cidade. Parte desse trabalho é um trabalho que tem um objetivo explícito de ser uma Antropologia da cidade, no sentido de estar estudando fenômenos que são típicos, às vezes até exclusivos, da cidade. Mas, sobretudo, estamos estudando processos sociais, dramas sociais que se passam num determinado espaço social (NARRADORES..., 2006).

Neste lugar, agora, sugere o mestre, convivemos com o que ele lidava em seus esforços acadêmicos: tratar de situações muito complexas em seus potenciais de heterogeneidade e fragmentação, reconhecer processos de interação ou de distinção social na variedade de experiências e na diversidade de motivações de pessoas e grupos sociais. São estes os problemas das sociedades complexas que nos perturbam e nos desafiam a uma interpretação capaz de fortalecer, em alguma medida, projetos sociais e culturais que envolvam a condição de cidadania. Assim, devemos reconhecer os códigos simbólicos e as regras sociais, e, claro, ser sinceros, honestos em nossas intenções e capacidades:

Então, esse processo ininterrupto de definição e redefinição da realidade, esses pequenos dramas, esses impasses, isso pra mim é uma inspiração permanente pra pensar sobre a vida social, entendeu, e seus efeitos, suas consequências na vida individual. Isso é uma coisa que a cidade te mostra; isso é um fenômeno que a grande cidade permite a você perceber e estudar com maior riqueza (NARRADORES..., 2006).

Que a vida se passa em múltiplos planos, que são vários contextos diferentes, eventualmente contraditórios, são situações diferentes, e que você transita, permanentemente, entre mundos, entre esferas distintas. Não é que isso não ocorra em sociedades de pequena escala,

mas, na grande cidade, isso aparece numa tal dimensão, numa tal intensidade, que passa realmente a constituir uma diferença qualitativa, a ponto de aí você dizer “Isso é uma Antropologia Urbana”. Eu acho que, embora haja uma exigência de rótulo, de Antropologia Urbana, em termos até de financiamento, de lugar político na academia, o nome é bom. Você não acha que ao falar de uma Antropologia Urbana nós temos uma narrativa política mais clara? Quer dizer, ela consegue atingir políticas públicas (NARRADORES..., 2006).

Refere-se, em especial, à incompetência ou às dificuldades de gestão pública para conter crises de impacto social, apontando, ao contrário, que, de modo geral, há conivência, cumplicidade e envolvimento de grupos da polícia, de setores do aparelho burocrático civil e mesmo de autoridades do Judiciário no que o termo corrupção resume, associado ao da violência cotidiana:

Ah, eu tenho alunos e alunas que abordam o problema. Por exemplo, eu tenho, no momento, uma aluna que tá estudando, tentando estudar uma região muito violenta, e evidentemente eu tenho que ficar superatento, inclusive como ela não é do Rio, ela não tem o domínio de certos códigos. Ela tá aprendendo; tem algumas vantagens de não ser do Rio, mas, em compensação, é uma preocupação permanente de evitar certos riscos desnecessários. Algum risco é inevitável, quer dizer, o antropólogo que pesquisa a cidade do Rio de Janeiro,

mesmo que não seja especificamente o tema da violência, à medida que ele tá no campo ele corre vários riscos (NARRADORES..., 2006).

Interpreta que estamos diante de um quadro urbano complexo, caótico, de imagens muito contrastantes; os sons e ruídos muito intensos, levando-nos a ter que refletir sobre individualismo e cultura, com suas incidências sobre o conceito de violência, não para reificar a violência, mas para compreendê-la como “[...] parte constituinte da própria natureza desta sociedade, cujo universo de representações não só expressa, como produz, a desigualdade e a diferença” (VELHO, 1981, p. 148).

Claro que isso acontece com qualquer campo, qualquer local do mundo, em qualquer cidade. Mas, atualmente, no Rio, isso é uma situação muito recorrente. Nesse livro, *Pesquisas urbanas*, isso aparece de vários modos: é a menina que vai estudar o hip-hop e é detida com um grupo de hip-hopeiros, depois liberam; a pessoa que está estudando a escola de samba, e se defronta com o bicheiro com um revólver... É você olhar as camadas populares como classes perigosas. É terrível isso; é terrível isso! Então, a gente evidentemente não faz isso de modo mecânico, linear, mas saber que elas podem, não as camadas populares como um todo, setores delas, grupos que podem ter um comportamento que não corresponde às idealizações muitas vezes feitas, histórica-

mente, pelos cientistas sociais, a respeito desses grupos sociais. (NARRADORES..., 2006).

Gilberto lembra uma experiência geracional de sua juventude, quando caminhar pela Zona Sul, namorar na avenida Atlântica, até o final do Leblon, mesmo de madrugada, era algo razoável, ao passo que hoje seria praticamente um suicídio. Assim, pondera o mestre, “não tenho a menor dúvida” da imperativa mudança de hábitos, de restrições de horários, de reclusão em suas moradias, cada vez mais protegidas por conta do aumento da insegurança. Comenta que o setor comercial de bares e restaurantes, sobretudo os que funcionam à noite, talvez seja o mais atingido pelo medo de seus consumidores. “A mudança é evidente”. Mas temos que indicar formas de enfrentamento do medo. “Apontar superações” (NARRADORES..., 2006).

METAMORFOSES DA VIDA URBANA

Perguntamos sobre seu tema de interesse mais atual. Responde ser o tema da violência e da juventude, ou melhor, jovens: “me interessa ver como é que os jovens percebem a violência” (NARRADORES..., 2006).

Sobre este tema, nosso entrevistado nos informa que analisou, em *A utopia urbana*, as mudanças de hábitos

na avenida Copacabana, que era, em sua adolescência, um lugar muito alegre, não contaminado por esse medo constante. Mais informa ainda que, há pouco tempo, deu uma entrevista à Globo News, em que declarara que o medo que sua geração de estudante conhecera antes era o do Regime Militar, o medo da repressão, quando ter uma posição de esquerda, de críticas ao regime em vigor significava atos de muita coragem, de enfrentamento do estado de sítio. O medo existia, mas de outra forma; a humilhação era o desrespeito aos direitos de pensamento, de posições ideológicas. Para Gilberto, havia, sem dúvida, algum tipo de medo. E não era pouco! Ele próprio fala de experiências próximas muito trágicas. Em seguida, acrescenta ter argumentado em várias ocasiões:

Sem dúvida, a pobreza, a miséria e a iniquidade social continuam a ser um campo altamente propício para a disseminação da violência. No entanto, creio que não tem sido dada a devida atenção para a dimensão moral, ética e do sistema de valores como um todo para a compreensão desse fenômeno (VELHO, 2002, p. 124).

O enorme aparato utilizado pelo indivíduo para se proteger (alarmes, grades, mudança de hábitos) parece não refletir a importância de um “[...] aperfeiçoamento e amadurecimento das subjetividades individuais, o que gera uma distorção entre os elementos objetivos exter-

nos, à disposição da sociedade, e a possibilidade de os indivíduos se beneficiarem internamente, em termos de seu crescimento pessoal” (VELHO, 2002, p. 129).

Porque, através das interações que nós estudamos na cidade, através dos processos sociais, através dos dramas, através dos problemas, nós estamos levantando questões que não só dizem respeito à cidade, mas como na cidade aparecem de um tal modo; talvez seja mais passível de investigações antropológicas do que em outros lugares, do que em outras sociedades, do que em outras escalas. E, com isso, você pode, inclusive, e isso tem acontecido, rever até a literatura sobre sociedades tradicionais, sobre sociedades tribais – eu estou pensando na temática do desvio, principalmente. Eu me lembro dos trabalhos da Margaret Mead, grande mérito, vendo que os indivíduos desajustados numa cultura, estariam ajustados na cultura do lado; nós conseguimos perceber que as coisas são mais complicadas, que as pessoas se movem em múltiplos planos (NARRADORES..., 2006).

Gilberto diz serem muitas as imagens dos medos, muitas as experiências, “[...] são situações fortíssimas” (NARRADORES..., 2006). Viver hoje é, então, estar sempre sob uma grande tensão na escolha de sair e se submeter a múltiplos riscos. Confessa que sempre teme muito por sua afilhada, ou pelos filhos e filhas de amigos e amigas, além de pensar constantemente na violência dentro

das camadas populares. Admite a questão da violência das camadas populares contra a classe média, contra os setores elitizados, mas frisa a violência dentro das camadas populares.

Nossa conversação deriva para uma avaliação sobre como o tema do medo é vivenciado pela nova geração:

Então, essa questão dos mapas e das trilhas é muito interessante; pra Antropologia, eu acho uma das coisas mais fascinantes, essa questão dos mapas, e é fascinante como são múltiplos. E esses caminhos, e meandros e trilhas que diferentes grupos, categorias, desenvolvem, aprendem ou inventam, reinventam (NARRADORES..., 2006).

Primeiro, conversamos sobre a banalidade da criminalidade: “A proporção da minha rede de pessoas que já foram assaltadas é enorme, certamente é superior a setenta, sessenta por cento” (NARRADORES..., 2006). Quanto às gerações mais novas, Gilberto considera que muitos aprenderam a criar estratégias de maior segurança, proteção e até negociação com os bandidos: “As gerações mais novas lidam com isso de outro modo” (NARRADORES..., 2006):

Por exemplo, minha sobrinha me contou que um sujeito tentou assaltá-la ali na Vinícius de Moraes de dia, sain-

do da academia de ginástica, e ela disse “que bobagem, você vai me assaltar! Eu não tenho nada, tenho um tênis velho aqui, não tenho nada, que besteira, você tá me assaltando por quê?”. Mas ela assim, muito à vontade, pra dizer essas coisas; o sujeito desistiu de assaltá-la, entendeu, ela teve sorte, porque podia ser um sujeito mais agressivo, né (NARRADORES..., 2006).

As novas gerações estabelecem outras estratégias e têm outros mapas da cidade, diferentes dos mapas de sua geração e das gerações anteriores. Metodologicamente, Gilberto propõe aqui construir, a partir das narrativas de jovens e idosos, as trilhas que percorrem, o que evitam, como saem, com quem, em que horários, que categorias desenvolvem, e as estratégias que adotam.

SOBRE O ATO DE OLHAR, ANDAR, ESCUTAR E ESCREVER

Gilberto nos dá uma aula sobre as questões que devemos observar e perguntar aos jovens e aos idosos, entendendo as diferenças sobre usar o espaço público: “Os jovens, de qualquer forma, vão para a rua. Agora, você pega as pessoas idosas, por exemplo, certamente isso cada vez é mais complicado” (NARRADORES..., 2006). Em suas palavras:

Eu entrevistei um casal de setuagenários aqui de Copacabana, que foram assaltados duas vezes em poucos meses na rua, e aí resolveram sair o mínimo, sei lá. O filho deles em casa, eles só iam ao médico, viam televisão, até que um dia o prédio foi assaltado; o apartamento deles foi assaltado, eles foram amarrados. Então, não é um caso extraordinário, essa experiência dos idosos serem assaltados e atacados. Eu tenho discutido muito isso, é um caso-limite, tem uma importância simbólica enorme, porque tá expressando uma crise, realmente, no nível dos valores da sociedade. No momento que setuagenários e octogenários podem ser atacados na rua, então você realmente perdeu os limites, então isso vira o quê, uma espécie de Laranja Mecânica, principalmente quando há um exercício de sadismo, de violência, que muitas vezes ocorre. Isso de assaltantes em relação às pessoas mais velhas, de camadas médias, por exemplo, mas dentro mesmo das camadas populares, e aí sim nas brigas entre as gangues, que são violentíssimas, bandidagens com requintes de crueldade, até decapitação, coisas muito chocantes, né, então é isso, né! (NARRADORES..., 2006).

As situações de desigualdade, de precariedade de vida, devem ser entendidas, segundo nosso entrevistado, numa perspectiva histórica, refletindo sobre o indivíduo moderno. Para isto, fornece-nos um rico espectro de recortes conceituais para construir subsídios interpretativos sobre “[...] as noções de indivíduo, so-

cidade-cultura e suas complexas e múltiplas relações” (VELHO, 1981, p. 8). Propõe perguntar quem são esses atores, como interagem, e reconstituir suas biografias e trajetórias. Predomina, em sua perspectiva, o mote ético de conhecer a si mesmo no outro, e a sua própria sociedade no confronto com as outras, estando o antropólogo atento aos saberes e às práticas da pesquisa etnográfica na cidade, com a complexidade de que a própria cidade é o lugar da transformação a ser compreendida.

Mas não só à experiência do deslocamento etnográfico devemos estar atentos, mas também à escuta das interpretações, às camadas temporais dos acontecimentos. Por exemplo, importa considerar que o Rio de Janeiro vivenciou a perda de seu status de capital do País para o projeto modernizador de fundação de Brasília, momento em que a então capital se fundiu com o estado do Rio. Segundo Gilberto, essa determinação histórica trouxe enormes prejuízos ao estado, uma crise econômica crônica e uma condição de decadência em vários setores, afetando de diversas formas os processos sociais interconectados. Como, por exemplo, as desigualdades sociais que se tornam mais expostas e transparentes. O Rio de Janeiro é uma cidade interessante para reconhecer esses processos contraditórios e antagônicos que estão em jogo na vida das pessoas em suas múltiplas formas de interação. Trata-se de um contexto urbano com intensa

dinâmica de movimentos sociais por sua grande criatividade, tanto em termos de cultura popular, quanto de cultura universitária; de *high culture* e *popular culture*. Gilberto destaca o potencial de observar e compreender estes jogos interativos, em suas improvisações, suas reproduções (de normas e códigos) e enfrentamentos. Sobretudo os procedimentos que acumulam grande potencial de criatividade, e isso se manifesta nas gerações jovens de camadas médias e entre o pessoal das camadas populares, coisas como forró, *hip-hop*, *funk*, e outras formas de invenção ou de reinvenção, como a retomada de músicas e ritmos tradicionais.

A CIDADE E SUAS REGIÕES MORAIS

O tema das múltiplas formas de expressão musical, de produção e consumo da cultura nos levou a outro conceito, caro aos estudos de Gilberto Velho, o de *regiões morais*. Gilberto se refere à importância da Escola de Chicago nos estudos das transformações das sociedades modernas e contemporâneas.

Orienta-nos sobre certas concentrações, como o funk, mais limitado a eventos nas favelas ou nas periferias, mas que pode ser encontrado não só em camadas populares, em clubes, mas também em bairros de segmentos médios. Já em bairros como a Lapa, predomina o

gosto pelo samba tradicional, que chega a ser uma marca do bairro. Outro gênero musical, o pagode, também é apreciado em diferentes lugares. Podemos identificar algumas áreas com tradições mais boêmias, o que implica certa concentração. Podemos, em alguns casos, falar em regionalização, como aponta o estudo pesquisado por um aluno no caso do *heavy metal*. Existe uma área próxima do museu, perto da Praça da Bandeira, com uma concentração de lugares em que se toca *heavy metal*.

Provocado, Gilberto continua com seus pensamentos. Seu gosto pela escrita se revela em sua abundante produção textual, ao mesmo tempo concisa, precisa e densa. Nesta parte de nossa conversa, insistimos sobre seu fascínio com a cidade e os desafios de escrever sobre ela:

Escrever sobre a cidade é muito interessante. Eu escrevo à mão, em bloquinhos; depois, evidentemente, eu dependendo de uma santa alma que entenda meus hieróglifos, que digita, e depois eu faço a revisão. Eu escrevo direto, e faço uma primeira revisão à mão mesmo. Eu escrevo de uma maneira já bastante concisa. Eu acho que, de fato, eu aprendi assim. Mas aí eu faço uma revisão, depois que antigamente batia-se à máquina, eu cheguei a bater na máquina, mas detestava, tinha horror, e hoje em dia digito e revejo. Eu gosto muito de escrever; tenho o meu escritório, mas eu gosto muito de escrever naquela mesa da sala, olhando paisagem; então, eu fico muito com um bloquinho ali (NARRADORES..., 2006).

Gilberto confessa que gosta de provocar seus alunos pedindo para olhar a cidade:

“Olha a cidade, veja a cidade, o que que você está vendo?” Gosto de insistir em minhas aulas: “O que é esse bairro? Quais seus limites? Em que ele se parece com o bairro em que você mora? Quais são os teus espantos neste bairro? As surpresas? O que te afeta? Façam um esforço!” (NARRADORES..., 2006).

Então existem fenômenos que são típicos desse espaço que nós chamamos de cidade, e existem outros fenômenos que podem estar ocorrendo ali e que podem estar ocorrendo em outros lugares, mas que são, de qualquer forma, fenômenos antropológicamente importantes e positivos. Quer dizer, eu não gosto de carregar esse pavilhão. Nem tudo que eu faço é necessariamente Antropologia Urbana. Eu dou um curso chamado atualmente Estrutura Social do Brasil; dou um curso chamado Indivíduo e Sociedade; eu dou um curso chamado Antropologia das Sociedades Complexas, e não tem muito problema em relação a esses nomes (NARRADORES..., 2006).

Nosso entrevistado prossegue e alerta: mais do que identificar as concentrações, que são importantes, é claro, é importante reconhecer o “potencial de metamorfoses”. É uma característica do Rio de Janeiro de que tudo esteja bastante disseminado, espalhado. Explica Gilber-

to que podemos estar em uma rua como a rua Vinícius de Moraes, comendo uma pizza, e escutar bossa nova na Toca do Vinícius. “Aqui nesta praça tem diferentes feiras e shows. Nas terças, é na General Osório; nas sextas, aqui. Então você tem essa heterogeneidade criativa” (NARRADORES..., 2006).

Insiste na relação entre níveis de cultura, tanto na cidade como na sociedade brasileira em geral. Há relação entre níveis de cultura, o que se traduz em trabalhos fascinantes como, por exemplo, sobre o *funk*, o forró, o *hip-hop*, o samba e as relações entre as diferentes categorias sociais envolvidas nisso. São exemplos fantásticos trabalhados por seus alunos.

Várias pessoas que estão trabalhando nessa área, e eu sinto um grande potencial, tanta coisa pra ser feita. Porque são muitas possibilidades, e como é um processo de reinvenção permanente, você percebe na cidade do Rio de Janeiro como as coisas tão sendo inventadas e reinventadas (NARRADORES..., 2006).

FAZER ANTROPOLOGIA, UMA PAIXÃO

“Ver esta cidade como antropólogo ou como cidadão é fascinante”. Gilberto fala dos inúmeros estímulos para se sentir bem no Rio de Janeiro, que é, sobretudo, um lugar muito bonito, apesar das decadências em deter-

minadas regiões e setores. Mais ainda, “[...] as pessoas são muito interessantes; me estimula encontrar pessoas interessantes como meus ex-alunos(as) e alunos(as)” (NARRADORES..., 2006). Refere-se aos alunos(as), que são muito bons, interessados, inteligentes, com apetite de conhecimento, grande disposição de conhecer sua cidade e seu país, para não falar do mundo.

Isso é uma das coisas que fazem com que eu me mantenha muito interessado e próximo das minhas atividades. Por isso, eu não tenho sensação de cansaço em relação ao que eu faço. Claro, importante aqui um parêntese, o enfrentamento à burocracia, é fatigante: eu me canso com a burocracia, que hoje em dia é muito maior do que era há vinte anos atrás. Essa burocracia de hoje com relatórios e computadores e formulários sempre com novas demandas, isto não existia. Então isso eu acho uma coisa ruim, uma coisa negativa para a vida acadêmica e para a vida universitária. Mas não estou me cansando de coisas que eu fazia há vinte anos atrás (NARRADORES..., 2006).

Sua paixão pelo trabalho de orientação, pela pesquisa e pelo ensino transborda nesta parte de nosso diálogo: “Lecionar me estimula” (NARRADORES..., 2006).

Gilberto considera-se sempre atinado com os problemas da cidade, do país e do mundo, “da globalização”. Mesmo que não faça mais pesquisa de campo, como no

mestrado e no doutorado, “estou, é claro, atento aos acontecimentos” (NARRADORES..., 2006).

MOMENTO 2 – O NARRADOR E A RUA

Instigamos nosso mestre a refletir sobre sua ousadia nesse processo de se aventurar pela Antropologia Urbana, tanto quanto pelas transformações na disciplina, sobretudo a partir da década de 1980 e 1990, e, quem sabe, examinar, com atenção sistemática e pontual, os grandes problemas da sociedade que obrigam a própria disciplina a se transformar. Confiamos muito no arrojo que é sua inteligência teórica e metodológica, de apontar estratégias conceituais, táticas metodológicas para ousar a pesquisa sobre o familiar, estranhando, relativizando, criticando e partilhando. Em especial, consideramos o impacto do paradigma hermenêutico, que se impunha como inovação à matriz disciplinar clássica (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988). Repercutem no Brasil a chamada Antropologia Interpretativa (GEERTZ, 1973), Pós-moderna (CLIFFORD; MARCUS, 1986) e a Antropologia da Razão e da Modernização da vida (RABINOW, 1990). Tornam-se fundamentais o desvendamento das relações de poder e uma visão crítica sobre a cultura ocidental (STRATHERN, 2006; WAGNER, 2010) no processo da prática etnográfica que se coloca como condição de

conhecimento do outro e de si, no espelhamento dos debates sobre a autoridade etnográfica (CLIFFORD, 1999), com a particularidade, no contexto brasileiro, de ser manifesto “[...] o compromisso que o cientista tem com o grupo que escolhe estudar” e “[...] com o envolvimento social que caracteriza e define o intelectual no Brasil” (PEIRANO, 1995, p. 144). Consolida-se, nos programas de pós-graduação do país, o projeto de enfocar as sociedades complexas. Gilberto faz uma importante reflexão sobre o compromisso com o ofício da Antropologia, um compromisso cada vez maior com as políticas de governo e os problemas no espaço público:

Me incomoda muito essa separação em antropólogos urbanos, antropólogos do meio rural. Acho que é uma coisa que não tem sentido, que eu acho que pessoas... agora mesmo eu tive um caso muito interessante de um aluno que fazia etnologia, fez mestrado em Etnologia e queria fazer doutorado em Antropologia Urbana e está fazendo, e muito bem, e traz com ele uma bagagem ótima dos estudos de Etnologia, que aliás quase todos nossos alunos têm que ler alguma coisa, Teoria Antropológica I, Teoria II; mas ele trabalhou mesmo com Etnologia, trabalhou com grupos indígenas, trabalhou com xamanismo; está trazendo uma contribuição muito interessante. Está juntando, se somando melhor dizendo. É assim que eu vejo. Agora essa preocupação “é Antropologia Urbana?” Pode ser, pode ser uma An-

tropologia Urbana, uma Antropologia das Sociedades Complexas, Rituais, Família e Parentesco, sabe. Porque vocês têm razão, a gente também fica muito marcado pela coisa dos compartimentos, dos relatórios, dos rótulos, das caixinhas, isso é um problema. Mas há também a importância de uma identificação, porque assim como o etnólogo é chamado para laudos, nós também somos chamados para discutir patrimônio, para discutir com os arquitetos, sugerir questões e ações para as políticas públicas... Mas aí somos antropólogos, aí cada antropólogo vai ter sua história. Tem pessoas que trabalham mais com o caso do patrimônio, que é o caso de vocês, têm um currículo, tem um trabalho. Outros trabalham mais com favela, outro com drogas. Então para uma política de drogas pode-se chamar um antropólogo, para os problemas de conflitos, de impasses (NARRADORES..., 2006).

Com estas colocações e a especificidade de cada tipo de problema, aponta para a riqueza da interdisciplinaridade, de uma formação múltipla e complexa. Gilberto esclarece que teve alguns estímulos em sua trajetória pessoal, graças a um *campo de possibilidades* em seu projeto intelectual. Sortes que o sustentaram na aquisição de um capital cultural que lhe aguçaram a atenção para os problemas de estrutura e de organização da vida social. Da mesma maneira, reflete sobre as redes sociais de uma comunidade interpretativa, a dos antropólogos

ditos urbanos, suas redes de pertença, um fenômeno que considera anterior ao do momento de sua formação em Antropologia. Tem vastas razões para insistir no “campo da Antropologia”, pois foi ali que encontrou grande satisfação pessoal para a descoberta do conhecimento e foi o que o instigou sobremaneira a estudar sua própria sociedade, o que lhe impôs desafios metodológicos, que enfrentou com o desenvolvimento da pesquisa antropológica na cidade. Mas faz questão de destacar que o processo criativo (a pesquisa, a escrita) não é um processo isolado, e sim coletivo. O diálogo com os ex-alunos, alunos e colegas lhe é muito caro.

E aí acho que estou me despiando de uma retórica mais retumbante; eu tenho muito orgulho do meu trabalho pessoal direto, aquilo que é assinado Gilberto Velho, mas eu tenho muito orgulho também, talvez no mesmo nível, dos trabalhos que eu orientei, que eu ajudei a desenvolver. Isso não é porque eu sou bonzinho, não; é porque eu vejo isso como uma ampliação, como uma extensão, inclusive no meu trabalho. Pode-se dizer que é uma questão de um ego em expansão. Mas, de qualquer forma, é um projeto (NARRADORES..., 2006).

Nosso mestre argumenta sobre um estado de satisfação ao comemorar os trinta anos do livro *A utopia urbana* e ao alcançar o número 70 entre orientações de teses e dissertações.

Em situações como essa, eu fico muito gratificado de ter tido, em algum momento, alguma importância na formação de pessoas que hoje em dia têm um trabalho original, criativo e reconhecido. E acho que a Antropologia Visual é um campo muito rico, e que é mais do que um instrumento. Ela é realmente um processo de produção de conhecimento, e que eu acho que há tanta coisa a se fazer nessa área. Acho que, por exemplo, aqui no Museu, nós temos pouco investimento. Acho uma pena, mas acho que não precisamos ser nós, acho que tem outros grupos, o de vocês (NAVISUAL), Clarice e Patrícia na UERJ, em São Paulo, o grupo liderado por Sylvia Caiuby Novaes, uma série de outros lugares que eu sei que estão tendo esse impulso. E, para mim, é muito importante, e eu acho que a Antropologia em geral e, inclusive, para os estudos que nós fazemos na cidade, os vídeos que eu conheço, inclusive os que vocês fizeram, são realmente muito importantes, e enriquecem o nosso trabalho (NARRADORES..., 2006).

Evocamos sua memória sobre tantas orientações e os diferentes processos que implicam a transmissão do saber do ofício do antropólogo. Gilberto discorre sobre o quanto lhe é prazeroso orientar, oferecer uma bibliografia, encaminhar ideias, questões e argumentos:

Eu acho que, em geral, consegui desenvolver uma relação com meus alunos, por meus alunos serem não apenas discípulos, serem pessoas que interagem, que me

trazem coisas, me enriquecem. Eu já tenho alunos que ocuparam posições, têm obras importantes, pra dizer assim, casos mais ou menos óbvios: Luiz Fernando Dias Duarte, Myriam Lins de Barros, Maria Luiza Heilborn, Hermano Viana, Elizabeth Travassos, Karina Kuschnir. Eu não vou ficar falando que eu vou cometer injustiças, mas são muitos exemplos de pessoas que têm obras (NARRADORES..., 2006).

A linha de pesquisa que funda a Antropologia das Sociedades Complexas configura a emergência de outras problemáticas de pesquisa que se colocam como preeminentes no debate nacional. Temas como gênero, conduta sexual estigmatizada, violência, envelhecimento, vida suburbana, desemprego, carreira política, e outros, refletem um rizoma de análises etnográficas orientadas por Gilberto Velho no mestrado⁵ e no doutorado⁶.

Eu sou professor aqui desde 72. Fui aluno aqui desde 69. Entrei para o mestrado aqui em 69, terminei o mestrado

5 Ver, entre outros, Perelberg (1976); Nunes (1977); Guimarães (1977); Lemgruber (1979); Heye (1979); Santos (1979); Lins de Barros (1980); Abreu (1980); Heilborn (1984); Rocha (1985); Vianna (1987); Kuschnir (1993); Travassos (1995).

6 Ver, entre outros, Duarte (1985); Lins de Barros (1987); Daus-ter (1987); Salem (1987); Costa (1988); Russo (1991); Heilborn (1992); Viegas (1997); Kuschnir (1998); Moura (2003); Alves (2003a, 2003b).

em 70, final de 70, fui para os Estados Unidos, passei um ano fazendo o que hoje em dia nós chamaríamos de bolsa sanduíche, e aí se criava o doutorado; já estava adiantando pra fazer esse período nos Estados Unidos que incluiu uma série de cursos na Universidade do Texas, em Austin, e um período de pesquisa, na Nova Inglaterra. Eu fiz a pesquisa com a população açoriana. Eu volto em 72, começo a dar aula no programa. Já dava aula no IFCS, desde 69. Eu dou aula na universidade desde 69, e aqui, desde 72.

O primeiro curso que eu dei no Museu Nacional, em 72, é de Antropologia Urbana. O primeiro semestre em 1972 foi Antropologia Urbana.

O curso seguinte foi Desvio e Divergência, que gerou o livro *Desvio e divergência*, publicado em 74, com textos meus e de alunos meus do curso e que, hoje, está na 9ª edição. *Utopia urbana* foi publicado em 73; está fazendo 30 anos e está na 7ª edição. *Desvio e divergência*, que já está na 8ª edição. *Desafio da cidade, antropologia urbana, indivíduo e sociedade...* (NARRADORES..., 2006).

Trata-se de um projeto acadêmico sobre estilos de vida, projetos e trajetórias, redes e formas de sociabilidade no que tange a valores urbanos e a situações estigmatizantes. É um projeto que engaja os estudos científicos numa crítica às análises positivistas sobre patologia social. A Antropologia Urbana toma, assim, um sentido de compromisso ético e político no desvendamento das

atribuições persecutórias e ideológicas a grupos minoritários e injustiçados no país.

O livro de referência aqui é *Desvio e divergência*, organizado por Gilberto Velho e publicado em 1974, com textos de Maria Julia Goldwasser, que estuda uma instituição total; Dorith Schneider, sobre acusação de desvio de “alunos excepcionais”; de Simoni Guedes, que trata da relação entre umbanda e loucura; de Zilda Kacelnik, sobre circuncisão numa família judia; de Filipina Chinel, sobre acusação de homossexualidade; e do próprio organizador, sobre comportamento desviante entre moradores de Copacabana (RJ).

O desafio da pesquisa urbana alcança importante repercussão. Gilberto Velho promoverá, continuamente, essa troca entre pares, organizando publicações como *O desafio da cidade*, em que ele, Ruben Oliven, Geert Banck e Yvonne Maggie, entre outros, nos instigam com reflexões sobre como grupos sociais no contexto urbano representam, organizam e classificam suas experiências (VELHO, 1980, p. 18).

Em 1981, Gilberto Velho publica *Individualismo e cultura*, com aporte teórico para tratar da sociedade contemporânea. A transposição nessas múltiplas fronteiras e territorialidades de significação é compreendida pela noção de *metamorfose*, processo pelo qual indivíduos e grupos sociais delineiam seus projetos de vida

(VELHO, 1994). Em *Subjetividade e sociedade* (1986), expõe a dialética entre cultura objetiva e subjetiva, em parceria com conceitos do interacionismo simbólico, que o autor articula para refletir sobre a unidade e a fragmentação em contextos individualizadores.

MOMENTO 3 – A MORADA

Finalizadas as filmagens na praça, Gilberto nos conduz até seu apartamento, não muito longe de onde estávamos. Ele nos mostra o apartamento, seus livros, objetos de coleção, pequenas figuras de soldados colocados lado a lado em uma bancada, as fotografias. Olhando pela janela, retoma alguns comentários que havia feito na praça:

Esses prédios, a grande maioria, é do final dos anos 60-70. Aqui mesmo tinha uma vila grande, mas com um terreno bem amplo, em que você tinha casas, casas de vila, mas casas grandes, entendeu? E era um panorama realmente diferente. [...] Agora, você tinha uma visão da praia. Os primeiros prédios aqui, como esse onde eu moro, dava pra ver a praia, e atrás dava pra ver a lagoa Rodrigo de Freitas. Então, é uma mudança de panorama impressionante, uma mudança muito radical em trinta, trinta e poucos anos. [...] Além das casas, você tem a derrubada de prédios menores pra construir prédios maiores; em Copacabana, isso foi generalizado.

Em Copacabana, a partir dos anos 70, você começa a ter prédios das primeiras fases de ocupação sendo derubados. Esse intervalo é isso que eu digo: a busca do melhor dos mundos permanente, que no fundo é uma aspiração minha e de muita gente, tentar encontrar algo assim. Isso é um lado; aí você tá falando de uma estratégia. Eu acho que é um lado da história; você está lidando com problemas urbanos, os problemas urbanos, a questão urbana. Sem dúvida, existe uma dimensão que isso é verdade, e que você está chamando a atenção em relação a uma série de pontos. O que eu não tenho muito entusiasmo é com o que, às vezes, as coisas parecem tanto para os que estão praticando Antropologia Urbana, como que para pessoas que não estão, eventualmente críticos e adversários, como se nós tivéssemos pretendendo desenvolver uma Antropologia diferente da Antropologia que estuda grupos indígenas, o que não é verdade (NARRADORES..., 2006).

Ouvir suas ponderações de forma mais densa, no ambiente do lar, nos aproximava do que lhe era familiar, sua moradia. Para nós, um momento de conhecer sua biblioteca pessoal e nos encantar com tantas obras de referência de sua formação intelectual.

Como eu entendo a Antropologia Urbana, eu penso que ela deve incorporar o que há de melhor em todas as áreas da Antropologia. Eu orientei um grupo de alunos que trabalharam com família e parentesco, Miriam

Lins de Barros, Tânia Salem, a Cecília Costa. Nesses casos, por exemplo, eu sempre procurei que estudassem a bibliografia básica e clássica sobre família e parentesco, que foi totalmente incorporada. Neste sentido, eu acho que temos que tomar muito cuidado com esses compartimentos, com essas separações. Eu acho que a Etnologia tem uma contribuição muito grande, evidentemente, mas não acho que seja a principal manifestação da Antropologia brasileira. A Etnologia é importante para nós, a Antropologia Social Britânica, a Antropologia Francesa, o Interacionismo, a Escola de Chicago, todas elas foram fundamentais. Então, eu acho que o que aconteceu é que houve uma síntese, que não é homogênea, uma vez que há múltiplas leituras, de um conjunto de tradições que de algum modo se encontram (NARRADORES..., 2006).

Mais tarde, sentado em seu sofá, em frente à câmera, pondera sobre o campo da Antropologia Urbana no Brasil, espécie de síntese final para um processo longo de entrevista. Gilberto conclui:

Antropologia Urbana, inevitavelmente, está lidando com Antropologia das Sociedades Complexas, e a Antropologia das Sociedades Complexas Modernas Contemporâneas inevitavelmente tá lidando com a dimensão da cidade, e quando eu digo cidade, eu estou falando especificamente de grandes cidades, de metrópoles, das metrópoles contemporâneas, que tem

sido o que eu tenho estudado; que é um fenômeno histórico, você tem como datar, uma coisa que tem a ver com a Revolução Comercial, com a Revolução Industrial, com a expansão colonial, expansão marítima, revoluções tecnológicas, enfim, temos diante de nós as grandes cidades moderno-contemporâneas: as metrópoles. Onde existem esses processos sociais e situações onde existem uma tipicidade, e, bem, Simmel foi certamente quem mais chamou a atenção sobre isso, passagem do séc. XIX para o séc. XX, mas que existem processos sociais dos mais variados tipos, que não são necessariamente explicados, ou que a explicação principal não é necessariamente o fato de estarem acontecendo na cidade (NARRADORES..., 2006).

É justamente este aspecto que ele retoma, mostrando-nos obras que herdou, adquiriu, leu e releu, instigado por nossas questões, pois queríamos aprofundar sua trajetória pessoal de formação acadêmica, além de seu ecletismo, erudição, sabedoria, graça, humor refinado e peculiar:

A literatura em primeiro lugar. Mas eu sou um frequentador de museus, e frequento, sempre que viajo, faz parte da minha obrigação visitar museus, seja na Europa, nos Estados Unidos, na Índia, onde quer que eu esteja. Então, eu sou um apreciador de artes plásticas, de pintura. Tenho um interesse mais marcante pelo Renascimento, pelo Impressionismo. E música é

isso, Bach, Mozart, Haydn, Beethoven. Não sou ortodoxo; gosto de música americana, um certo tipo de música americana, jazz, de música brasileira. Certo, eu não sou um sambófilo, mas eu gosto de ouvir umas coisas, eu gosto muito do João Gilberto. Mas gosto de Caetano Veloso, Chico Buarque de Holanda, essas coisas. Eu não sou um conhecedor profundo da música popular, longe disso; eu conheço, eu gosto razoavelmente bem de algumas coisas da música clássica. Agora a literatura sim, a literatura é a minha grande paixão. No Crime e castigo, por exemplo, que eu tinha lido sei lá, com dezessete anos e meio, uma coisa que eu descobri relendo é que ele é importantíssimo em temas sobre a cidade. Em Crime e castigo (romance do escritor russo Fiódor Dostoiévski, publicado em 1866), aparece São Petersburgo, a questão da cidade, a questão da moradia, os prédios em que eles moram, a questão da rua. É absolutamente fascinante. Então, eu sempre me alimento muito da literatura. Eu li muito, eu li muita literatura. Dos 14 ou 15 anos até os 30 anos, nunca deixei de ler, mas é claro que a gente tem que ler tanta tese e projetos... Então, lendo os projetos, discutindo, então, tem que ter um espaço para isso. Enfim, eu acho que é importante ter esse universo amplo, insistindo sempre nisso. Não é só Antropologia Urbana; isso é uma das coisas, evidentemente. Antropologia, e atividade intelectual, quer dizer, antes de ser um antropólogo, eu sou um intelectual, entenderam? (NARRADORES..., 2006).

Em sua moradia, volta ao pai, ao contexto familiar, à rede de pertença para falar de vários estímulos recebidos em sua formação intelectual, como o apreço pela história, a paixão pela literatura, o interesse pelas artes e, claro, pelas ciências sociais, em especial pela Antropologia. Reflete então sobre uma “[...] espécie de socialização que gerou uma atitude de observar participando”.

Então, o que eu fui aprendendo na Antropologia, em termos de técnica de trabalho de campo, de história de vida, de modos de acompanhar a população que você está estudando etc., foram desdobramentos e enriquecimentos de uma atitude que eu fui construindo antes, eu acho, que implica no movimento de aproximar-se e distanciar-se. Quer dizer, você olhar por que está muito perto, e realmente cultivar deliberadamente, fazer um exercício de distanciamento; que não significa congelar suas emoções, que não significa ignorar seus afetos, mas significa realmente tentar colocar as coisas em perspectiva, e tentar sobretudo, perceber quais são os pontos de vista dos diferentes atores (NARRADORES..., 2006).

UMA TEORIA SUSTENTÁVEL

Gilberto nos mostra alguns livros de sua biblioteca e se refere a um bastião de guardiões intelectuais caros à sua formação. Refere que sempre foi preocupação sua integrar uma tradição antropológica da leitura dos

clássicos, de Malinowski, Evans-Pritchard etc., a um conhecimento socioantropológico. Insere novamente a importância da Escola de Chicago como referência de estruturação de uma linha de pesquisa sobre sociedades complexas, acrescentando as obras de Foote Whyte, Erving Goffman e Howard Becker, importantes neste processo.

Refere-se a outras obras e autores, além de Georg Simmel, Wirth, Firth e Gluckman, e à questão de estudos das situações sociais. Trata-se de uma influência anglo, fundamental:

Eu gosto de juntar estes autores, buscar contrastes em sociedades de pequena escala e pensar, devidamente, a grande metrópole. A mim interessam seus movimentos, seus deslocamentos. Me apraz perguntar: mas quais são os atores envolvidos numa situação social? E quais são os pontos de vista? As visões que os diferentes atores têm de uma situação social? Como estão vivendo, com eles vêm, como percebem? (NARRADORES..., 2006).

E, lembrando sua hipótese central na obra *Individualismo e cultura*:

Quanto mais exposto estiver o ator a experiências diversificadas, quanto mais tiver de dar conta de ethos e visões de mundo contrastantes, quanto menos fechada for sua rede de relação ao nível do seu cotidiano, mais

marcada será a sua autopercepção de individualidade singular (VELHO, 1981, p. 32).

Nosso interlocutor argumenta sobre a importância de reconstituir as histórias desses atores e as relações que eles mantêm entre si, as relações que eles têm fora de sua situação particular, que eventualmente naquele momento eles estejam vivendo.

O *drama social*, lembrando Victor Turner, entre outros, lhe permite fertilizar um conceito eficiente para atravessar biografias e trajetórias individuais e coletivas: “Estamos expostos, somos afetados e vivenciamos sistemas de valores diferentes e heterogêneos”. Refere-se ainda ao conceito de Alfred Schutz, que lhe é caro, o conceito de *projeto*:

Outra noção fértil entre nós, em que você está lidando com atores, dando ênfase na consciência individual. Estamos lidando com pessoas, em suas identidades, suas emoções; ao mesmo tempo estamos lidando com estratégias de lidar com um *campo de possibilidades* em que estas biografias e trajetórias se sustentam.

Então, eu acho que a construção de um conhecimento antropológico em que você está próximo das situações observadas, isso é uma coisa que muitas pessoas já fizeram, mas eu acho que de algum modo a gente conseguiu juntar. A gente – eu estou falando realmente de uma obra coletiva –, a gente conseguiu juntar cer-

tas tradições. A ação da vida cotidiana, com Schutz. A microsSociologia no melhor sentido de microsSociologia do Goffman, até às discussões de teorias de acusações, por exemplo, a escola da Antropologia Social Britânica. As situações que são narradas com a Antropologia Social, os dramas, a noção de drama social, que não deixa de ser, em algum nível, uma microsSociologia (NARRADORES..., 2006).

Gilberto, como sempre perspicaz para sintetizar alguma máxima para a tarefa do antropólogo, provoca: “Tentar entender estas estratégias é que é um grande desafio”.

E aí vem a discussão sobre projeto, que é uma das coisas que eu mais tenho trabalhado na minha carreira, que é a discussão sobre até que ponto a ação social pode ser entendida através de uma análise de projetos, o quanto a ação social é consciente, né (?), qual é a relação entre ação social consciente e motivações que não são conscientes, como é que você consegue analisar e dar sentido a condutas e interações tendo essas perguntas (NARRADORES..., 2006).

Reforça a influência da fenomenologia de Alfred Schutz como inspiração principal de muitos de seus trabalhos. Refere-se ao embasamento que o autor fornece a questões do tipo: “Como é que a realidade é construída

e como ela é desconstruída, e como é que ela é transformada?” (NARRADORES..., 2006). Essa “*attention à la vie*”, como o Bergson dizia, “[...] me seduz em especial”, pondera, o que lhe permite articular novamente uma questão central: “Como situar a noção de indivíduo em um processo mais abrangente de construção social da realidade?” (NARRADORES..., 2006).

UM MÉTODO DIFERENCIADO

O que é o mais difícil na pesquisa etnográfica na cidade? Argumentamos que a questão se refere ao estudo do próximo, do familiar, para retomar seu artigo fundador, *Observando o familiar* (1978). Ele responde que lhe é crucial ver o próximo em suas emoções, em seus sentimentos e preocupações, na condição de pessoas enquanto sujeitos: “Eu acho que isso é que é mais difícil; eu acho que às vezes isso cria dificuldade na hora de fazer a pesquisa” (NARRADORES..., 2006), ou seja, o mais difícil é o deslocamento epistemológico. “Então você tem todo esse complexo processo de reconhecimento, de mapeamento: ‘Será que eu posso entrar, será que vão me deixar entrar nessa loja? Será que eu vou ser recebida?’” (NARRADORES..., 2006).

Este deslocamento é um ensinamento fundamental que sempre objetivou transmitir aos alunos que encon-

tram dificuldades em dar conta de uma realidade objetiva, de situações a serem descritas e, ao mesmo tempo, se preocupar com a subjetividade das pessoas e tentar entendê-las em sua dimensão interna: “[...] às vezes não vai ser possível; constantemente vai ser desigual; você não vai poder acompanhar no mesmo nível todos os atores, mas essa preocupação que envolve um exercício de reflexão intelectual e empatia, a busca da empatia, é crucial” (NARRADORES..., 2006).

De forma ampla, argumenta Gilberto, busca nas Ciências Sociais a relação entre biografia, trajetória individual, estigma social e cultura. E exatamente essa é sempre a questão:

Se você é reconhecido, como você é reconhecido, e onde, em que nicho você é colocado, como é que você é classificado? E como é possível através dessa classificação você estabelecer uma relação de pesquisa? Isso sempre é um problema, sempre... permanente, ininterrupto, e é isso, observando o familiar (NARRADORES..., 2006).

Com este empenho, nosso interlocutor recorre, com enorme intimidade, a um campo de conhecimento multidisciplinar, cujas fontes vão desde a Psicologia Social até a Antropologia da Cultura e Personalidade, a Escola Sociológica Francesa, o Interpretativismo, o Interacio-

nismo Simbólico, a História Social etc. Segundo afirma, “[...] as fontes são muitas” (NARRADORES..., 2006).

Gilberto aponta uma reflexão interessante sobre certo ineditismo da pesquisa, capaz de realizar uma descrição densa no contexto da cidade brasileira e de analisar os processos em que valores e atores sociais “[...] devem ser examinados em suas múltiplas e complexas inter-relações” (VELHO, 1994, p. 61). Trata-se da pesquisa peculiar e robusta que se faz no Brasil, no que tange a uma Antropologia Urbana, mas que, ao mesmo tempo, é capaz de inspirar pares, parcerias e intercâmbios:

Assim, eu acho que no Brasil nós realmente constituímos uma Antropologia Urbana que, sinceramente, não tem nada parecido, nem na França, nos Estados Unidos, na Inglaterra. Eu acho isso, eu acho que a produção nossa é uma produção muito variada, muito rica, e, evidentemente, existem trabalhos melhores, uns que não são tão bons assim, mas é um conjunto apreciável, e eu tenho muita satisfação com isso. E eu acho que não é uma coisa que tenha ficado confinada ao Museu Nacional. Estabeleceu-se uma comunicação com o resto do país, e, hoje, reconhece-se isso em alguns lugares fora do Brasil. No meu caso, eu tive uma experiência há alguns anos em Portugal, de ajudar a formar pessoas, e participar do que a gente chama de júris, de bancas, e publicar trabalhos com antropólogos, cientistas portugueses, como o livro *Antropologia urbana*, mas não é só

ele. Tem o livro *Etnografias urbanas*, que saiu em Portugal agora. Enfim, não é uma coisa ufanista, mas é uma coisa de constatar que é o resultado de trabalho de muito tempo, e que a gente deve isso ao esforço de muitas pessoas. Além do diálogo profícuo com os diversos centros de atuação neste campo da pesquisa antropológica na cidade, com grupos urbanos, migrantes, ampliando os problemas relacionados às ideologias individualistas (NARRADORES..., 2006).

O objetivo, mesmo que ambicioso, é concreto; e o sucesso é tecer uma teoria sobre o indivíduo e a sociedade com base em uma sólida pesquisa etnográfica no contexto metropolitano, que repercuta o *de perto e de longe*, o *de dentro e de fora*, para imitar uma máxima de José Guilherme Cantor Magnani, antropólogo urbano, professor na USP de São Paulo.

Gilberto finaliza lembrando uma rede de antropólogos brasileiros que lhe foram caros. “As meninas”, Ruth Cardoso e Eunice Durham, o inspiraram enormemente sobre a complexidade e heterogeneidade da sociedade moderno-contemporânea, em especial em suas reflexões sobre as estruturas de poder de dominação e as formas de demarcação de diferenças sociais e, ainda, a elaboração de identidades étnicas, culturais e familiares relacionadas aos processos migratórios e de formação da força de trabalho para o parque industrial paulista.

Ruth, aliás, que orientou seu trabalho de doutoramento e o diálogo com a rede de pesquisadores formada na USP, sempre foi intensa e produtiva para a Antropologia brasileira.

MOMENTO 4 – UM PASSEIO PELO MUSEU NACIONAL

Adentrando o parque do Museu, seguimos Gilberto até sua sala de trabalho. A câmera de nossa equipe, nas mãos do então doutorando em Antropologia na UFRGS, Rafael Devos, se detém um tempo sobre a placa com seu nome: Gilberto Velho. As duas equipes se acomodam em sua sala para os procedimentos de entrevista.

Após uma conversa quase ininterrupta sobre definição e redefinição de realidade, pequenos dramas, impasses, em sua sala de trabalho, no Museu Nacional, onde da janela se descortina o famoso Jardim das Princesas, Gilberto Velho comenta conosco sua participação na fundação do campo da Antropologia Urbana no Brasil. Fala da cidade como fenômeno urbano, para ele inspiração permanente para pensar a vida social, entender seus efeitos, suas consequências na vida individual:

Isso é uma coisa que a cidade te mostra; isso é um fenômeno que a grande cidade permite você perceber e estudar com maior riqueza. Que a vida se passa em múltiplos planos, são vários contextos diferentes, eventu-

almente contraditórios, são situações diferentes, e que você transita, permanentemente, entre mundos, entre esferas distintas. Não é que isso não possa ocorrer em sociedades de pequena escala, mas na grande cidade isso aparece numa tal dimensão, numa tal intensidade, que passa realmente a constituir uma diferença qualitativa, a ponto de aí você dizer: “Isso é uma Antropologia Urbana” (NARRADORES..., 2006).

Em suas reflexões, o mestre avalia os desafios da verdadeira pesquisa acadêmica, que não conhece limites em sua paixão pelo conhecimento. Seguindo suas ponderações sobre a peculiaridade de se dedicar à pesquisa no contexto das metrópoles moderno-contemporâneas, nos brinda com uma reflexão sobre a importância de se “deixar” surpreender pela prática do trabalho de campo, sempre e eternamente como parte integrante da prática do conhecimento científico:

A academia é extremamente preconceituosa; por isso, é importante você manter certos padrões, certos padrões de excelência, certos critérios de rigor, certos princípios de trabalho científico etc., mas é importante que isso não seja uma coisa que desmobilize, que te impeça de ter sensibilidade, de ser capaz de captar fenômenos novos e situações que talvez, num primeiro momento, não fossem propícias, ou desejáveis de imediato, obviamente desejáveis pro trabalho de pesquisa. Você real-

mente pode se surpreender, e é importante você ter essa abertura... esse ponto de equilíbrio entre estar atento e estar prestando atenção em coisas novas, que podem ser estimulantes, tentar manter certos padrões, criar certos critérios, para que essas coisas efetivamente façam sentido quando estiverem sendo estudadas. Isso é uma das tarefas mais importantes, mais difíceis. Não só de um orientador, o de um chefe de pesquisa em geral, de um pesquisador (NARRADORES..., 2006).

Já no final da manhã, observando-nos no uso dos recursos audiovisuais por dois longos dias, acompanhando seus deslocamentos do bairro onde mora para seu apartamento e, antes, dentro de sua sala de trabalho no Museu Nacional, Gilberto, talvez por delicadeza, faz algumas reflexões sobre o lugar da imagem na produção do conhecimento antropológico:

Então, são as preocupações assim de recuperar também essa coisa dos sentidos. Do olhar, o olhar sempre, mas os outros sentidos também, né, que é interessante, a escuta atenta. Certo que o trabalho com imagem, na cidade, sobretudo nos Estados Unidos, é sempre muito complicado fazer uma Antropologia, digamos urbana, sem toda a tradição da habitação, do tempo, da construção mesmo de uma vivência, em função justamente das constituições jurídicas sobre a tomada da imagem, os direitos autorais etc.

Assim, eu acho que no Brasil nós realmente constituímos uma Antropologia Urbana que, sinceramente, tem um grande ineditismo em relação ao que podemos encontrar nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França (NARRADORES..., 2006).

Prosseguindo em suas ponderações, conclui, sem falsa modéstia:

O que eu acho que aconteceu conosco é que o Brasil, nesse ponto eu não sou nada modesto, eu acho que o que nós chamamos de Antropologia Urbana, o lugar que isso mais se desenvolveu foi no Brasil; é no Brasil. Esse estudo sobre grupos sociais, sobre diferentes populações urbanas, sobre diferentes modos de viver na cidade, sobre essa heterogeneidade, sobre esses múltiplos níveis e dimensões da vida urbana, particularmente da metrópole, eu acho que não tem outro lugar no mundo. E não tem por uma razão. O que nós tentamos e conseguimos fazer isso com algum sucesso (e não apenas nós do Museu Nacional, mas vocês do Rio Grande do Sul, alguma coisa se encontra em outras universidades, São Paulo, Campinas, Brasília etc.) foi integrar diferentes tradições em Ciências Sociais (NARRADORES..., 2006).

MOMENTO 5 – O ENCERRAMENTO DE UM PROJETO

Como havíamos projetado, ou sonhado, conseguimos organizar o I Ciclo de Antropologia e Etnografia

em Contextos Urbanos, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, de 15 a 17 de março de 2011, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Nessa ocasião, Gilberto proferiu uma conferência que filmamos, editamos e publicamos no portal <www.biev.ufrgs.br>. Foi uma fala que emocionou a todos, como o testemunham os aplausos finais.

De sua fala, para encerrar este texto-entrevista, nos é caro citar quando o mestre diz: “Nós somos narradores, narradores urbanos, nós somos narradores herdeiros de uma nação, de uma tradição no mínimo da sociedade ocidental” (NARRADORES..., 2006). Argumenta sobre as experiências de sua geração, que teve a oportunidade de ler a *Comédia humana* de Balzac, Flaubert, Machado de Assis, Stendhal, Baudelaire, Eça de Queiroz, de conhecer os cineastas italianos, franceses, russos, de herdar uma tradição literária que configura um sistema de valores da cultura ocidental moderna.

Os fatores mencionados no quadro descrito permitiram, segundo Gilberto, descobrir o que era a cidade moderna contemporânea, que constituía um enorme desafio para os antropólogos que estavam fazendo pesquisa no século XX.

Finalizou sua conferência falando da importância de alargarmos nossos horizontes, da importância do papel da etnografia em interpretar as múltiplas narrativas escutadas, as diversas experiências observadas.

Podemos, finalmente, agradecer as organizadoras desta coletânea em homenagem a Gilberto Velho, sua ex-orientanda Cristina Patriota Moura (UnB) e Lisabete Coradini (UFRN), pela oportunidade de organizar este material, que foi possível divulgar, além do projeto fílmico. Parte deste material foi apresentada no evento organizado em março e abril de 2014 na homenagem prestada a Gilberto Velho pelas professoras Miriam Pillar Grossi e Carmen Silvia Rial, na Universidade Federal de Santa Catarina. Gilberto deixa uma “baita” saudade, para usar uma gíria gaúcha, recanto que ele tanto apreciou a cada visita, sempre lembrando de seu pai e avô, de sua pertença ancestral aos pampas gaúchos, de sua formação na brilhante escola militar. Cada visita sua ao nosso recanto, convite que ele sempre acolhia com entusiasmo, nos enobrecia com seu conhecimento e astúcia intelectual. Um “baita” mestre.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ovídio. *Raça, sangue e luta: identidade e parentesco em uma cidade do interior*. 1980. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1980.

ALVES, Andréa Moraes. *Fazendo Antropologia no baile: uma discussão sobre observação participante*. VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Org.). *Pesquisas urbanas: desafios do*

trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2003a. p. 174-189.

ALVES, Andréa Moraes. *A dama e o cavalheiro: um estudo antropológico sobre envelhecimento, gênero e sociabilidade*. 2003. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003b.

ALVIM, Maria Rosilene B. *Constituição da família e trabalho industrial: um estudo sobre trabalhadores têxteis numa fábrica com vila operária*. 1985. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

BECKER, Howard. S. *Outsiders: estudos de Sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

CARDOSO, Ruth. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DURHAM, Eunice. A investigação antropológica em áreas urbanas. *Revista de Cultura*, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 49-54, 1973.

CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (Org.). *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

COSTA, Maria Cecília S. *Os filhos do coração: um estudo antropológico da adoção em camadas médias brasileiras*. 1988. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

COSTA, Sandra R. S. *Bricoleur de rua: um estudo antropológico da cultura hip-hop carioca*. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

DAUSTER, Tânia. *Nome de família: maternidade fora do casamento e o princípio da filiação patrilinear*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

DUARTE, Luiz Fernando D. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

DURHAM, Eunice. *Mobilidade e assimilação: a história do imigrante italiano num município paulista*. 1964. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1964.

DURHAM, Eunice. *Migração, trabalho e família: aspectos do processo de integração do trabalhador de origem rural à sociedade urbano-industrial*. 1967. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1967.

DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FOOTE WHYTE, William. *Street corner society: the social structure of an italian slum*. 4. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

GEERTZ, Clifford. *The interpretation of cultures: selected essays*. New York: Basic Books, 1973.

GUIMARÃES, Carmem Dora. *O homossexual visto por entendid*os. 1977. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.

HEILBORN, Maria Luiza de A. *Conversa de portão: juventude e sociabilidade em um subúrbio carioca*. 1984. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

HEILBORN, Maria Luiza de A. *Dois é par: conjugalidade, gênero e identidade*. 1992. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

HEYE, Ana Margarete. *Mata Machado: um estudo sobre moradia urbana*. 1979. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1979.

KUSCHNIR, Karina. *Política e mediação cultural: um estudo na Câmara Municipal do Rio de Janeiro*. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

KUSCHNIR, Karina. *Política e sociabilidade: um estudo de Antropologia social*. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos*. 1979. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1979.

LINS DE BARROS, Myriam M. *Testemunho da vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice*. 1980. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1980.

LINS DE BARROS, Myriam M. *Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

MAGNANI, José G.; TORRES, Lilian de L. (Org.). *Na metrópole: textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: FAPESP, 1996.

NARRADORES Urbanos: Gilberto Velho. [Série documental]. Produção do Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV) da UFRGS, direção de Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha. Rio de Janeiro, BIEV, PPGAS, IFCH (UFRGS), 2006, DV – NTSC, 18 min.

NUNES, Márcia L. *Anões contra gigantes: o movimento de defesa da ecologia no bairro da Gávea*, Rio de Janeiro. 1977. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.

PATRIOTA DE MOURA, Cristina. *Ilhas urbanas: novas visões do paraíso: uma discussão etnográfica dos condomínios horizontais*. 2003. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

PEIRANO, Mariza. *Uma Antropologia no plural: três experiências contemporâneas*. Brasília: UnB, 1992.

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PEIRANO, Mariza. *A teoria vivida e outros ensaios de Antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

PERELBERG, Rosine J. *Fronteiras do silêncio: um estudo de desvio e ritualização*. 1976. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1976.

RABINOW, Paul. *Antropologia da razão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1990.

ROCHA, Ana Luiza C. *A dialética do estranhamento: a reconstrução da identidade social de mulheres separadas em Porto Alegre/RS*. 1985. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1985.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

RUSSO, Jane A. *O corpo contra a palavra: as terapias corporais no campo psicológico dos anos 80*. 1991. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

SANTOS, Carlos Nelson F. *Três movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro*. 1979. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1979.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

TRAVASSOS, Sonia D. *Jogo, praça pública e sociabilidade masculina*. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A Invenção da Favela*. Do mito de origem e a favela. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

VELHO, Gilberto. *Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. 1975. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de O. (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-46.

VELHO, Gilberto. *O desafio da cidade: novas perspectivas da Antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VELHO, Gilberto. *Desvio e divergência*: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

VELHO, Gilberto. *Subjetividade e sociedade*: uma experiência de geração. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana*: um estudo de Antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*: Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VELHO, Gilberto. Os mundos de Copacabana. In: VELHO, Gilberto (Org.). *Antropologia Urbana*: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 11-23.

VELHO, Gilberto. *Antropologia Urbana*: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Zahar, 1999b.

VELHO, Gilberto. *Mudança, crise e violência*: política e cultura no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VELHO, Gilberto; MACHADO, Luiz Antônio. A organização social no meio urbano. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 76, p. 71-80, 1977.

VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Org.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; FGV Editora, 1996.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Org.). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

VIANNA, Hermano. *O baile funk: festas e estilos de vida metropolitanos*. 1987. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

Camadas médias, projetos e trajetórias: da diplomacia no Brasil Central à internacionalização chinesa⁷

CRISTINA PATRIOTA DE MOURA (UNB)

7 Uma primeira versão deste capítulo foi apresentada no seminário Trajetórias Antropológicas: reflexões sobre a obra de Gilberto Velho, realizado na Universidade de Brasília, em 22 de maio de 2014.

Este capítulo é um diálogo com a memória de Gilberto Velho. Início o texto com a retomada de uma unidade de análise que perpassa a obra do antropólogo: trata-se do estudo das camadas médias urbanas. Partindo desse tema/sujeito e de seus desdobramentos na obra do autor, examino como o mesmo elabora alguns conceitos em seus escritos e a influência que sua abordagem tem em diferentes momentos do meu próprio trabalho. Os conceitos de *projeto* e *trajetória* são fios condutores para refletir sobre temáticas com as quais tenho desenvolvido pesquisas ao longo dos anos. Desde minha primeira pesquisa antropológica até o atual projeto de pós-doutorado, interessado em transformações na China contemporânea, a interlocução com a obra de Gilberto Velho é

uma constante. Tal constante, permeada por múltiplos outros vetores, permite pensar a enorme contribuição da obra de Gilberto Velho e múltiplas possibilidades de desdobramentos para além das pesquisas realizadas por ambos os antropólogos que aqui se relacionam.

CAMADAS MÉDIAS URBANAS E A METRÓPOLE-ALDEIA DO ANTROPÓLOGO

Gilberto Velho instituiu, na Antropologia brasileira, o estudo das chamadas “camadas médias urbanas” como campo específico de estudo, principalmente a partir de uma série de estudos etnográficos que tiveram o bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro, como ponto de partida. Em seus escritos, começando com *A utopia urbana* (VELHO, 1973), mas também em diversos trabalhos posteriores, vemos a preocupação em dar conta da heterogeneidade de estilos de vida e visões de mundo em segmentos sociais localizados, em termos de moradia, em localidades consideradas como ambientes “modernizantes” na sociedade brasileira. Em artigo publicado em 1987, em seu livro *Individualismo e cultura*, Velho explica:

No meu caso, estou interessado em situar o conceito de cultura ao nível da experiência particular de setores das camadas médias brasileiras. O problema básico que

acompanha toda a minha discussão é o das *fronteiras culturais* entre grupos de indivíduos que, segundo critérios socioeconômicos comumente usados em ciências sociais, pertenceriam à mesma categoria. Tanto quando realizei pesquisa com camada média baixa tipo *whi-te collar* (VELHO, 1973), como camada média alta nos limites de uma burguesia (VELHO, 1975), deparei com o fato de constantemente encontrar indivíduos ou famílias que, sob critérios socioeconômicos descritivos tipo renda, ocupação, educação etc., seriam incluídos na mesma categoria, mas que apresentavam fortes diferenças em termos de *ethos* e visão de mundo. Sem dúvida uma explicação ou um caminho é buscar na *trajetória*, e não apenas na posição do indivíduo, família ou grupo, a explicação ou base para seus comportamentos, preferências, aspirações. Nesse sentido, a diferença entre condição e posição de classe feita por Bourdieu é fundamental (BOURDIEU, 1974). É importante, no entanto, não só estar atento para o sentido da trajetória, seu ritmo, direção e daí extrair consequências, mas também procurar perceber a própria trajetória enquanto expressão de um *projeto*. Ou seja, a trajetória tem um poder explicativo mas deve ser dimensionada e relativizada com a tentativa de perceber o que possibilitou essa trajetória particular e não outra (VELHO, 1987, p. 106).

Foram diversos os temas por meio dos quais Velho procurou compreender a diversidade das camadas médias: relações afetivas, de parentesco, amizade, escolhas

de moradia, consumo de bens, gostos artísticos, práticas psicanalíticas, uso de tóxicos e experiências geracionais são alguns dos temas que aparecem em seus escritos e nos de seus orientandos⁸.

Como ele mesmo diz, sua primeira aproximação teórica ao universo das camadas médias foi por meio do conceito *white collar*, de Wright Mills (1951). Apesar de utilizar a denominação para se referir aos profissionais liberais e funcionários públicos moradores dos edifícios de conjugados de Copacabana, Velho já a utiliza com ressalvas, com críticas à caracterização feita por Mills para a nova classe média dos Estados Unidos, que seria desprovida de mentalidade própria e dominada pelos meios de comunicação de massa. Sem se apropriar ainda do diálogo com a fenomenologia de Schutz, o interacionismo de Becker e Goffman ou mesmo a noção mais culturalista de *ethos* proposta por Bateson e Geertz, Velho propõe pensar em *unidades ideológicas* para pensar as motivações dos novos moradores de Copacabana⁹. Constatando que morar em Copacabana se tornara, por si mesmo, um indicador de status e prestígio, Velho discute então a complexidade das estratificações sociais, que não se

8 Para uma boa revisão bibliográfica do tema das “camadas médias” ver o artigo de Salem (1986), Vianna; Kuschnir; Castro (2013), O’Donnel (2013) e o próprio Velho (2011).

9 Cf. O’Donnel (2013) e Velho (2011).

dão somente por renda ou situação profissional, mas que se configuram em estilos de vida, noções de status e, no caso em questão, escolha de local de moradia. Mais que isso, partindo de uma perspectiva antropológica, Velho procura encontrar o *ponto de vista nativo* e entender os novos copacabanenses em seus próprios termos, evitando compreender suas motivações por meio de conceitos como *alienação*.

Já nas páginas finais de *A utopia urbana* (1973), Velho chama a atenção para a necessidade do diálogo interdisciplinar e aponta para a psicologia como uma possível interlocutora. É o prenúncio, em larga medida, de seus estudos sobre subjetividade. Sua tese de doutorado, *Nobres e anjos*, defendida em 1975, mas publicada somente em 1998, bem como os livros *Individualismo e cultura* (1981), *Subjetividade e sociedade* (1986) e, posteriormente, *Projeto e metamorfose* (1994), continuam o investimento etnográfico no universo das camadas médias da Zona Sul do Rio de Janeiro. Se, no caso de grande parte dos moradores de conjugados, ser “classe média” era uma conquista cuja prova era viver em Copacabana, para alguns dos “nobres” participantes da “rede intelectual-artístico-boêmia” sobre os quais escreveu sua tese de doutorado, ser “classe média” significava ser medíocre, pouco sofisticado. O “estudo de tóxicos e hierarquia” feito por Gilberto Velho para sua tese de doutorado, além

de trazer relatos etnográficos intimistas de um universo do qual participava também como “nativo”, se debruça sobre a questão das hierarquias em termos de status e prestígio e das fronteiras simbólicas que separam segmentos de camadas médias por meio de gostos artísticos, hábitos de consumo, visões de mundo e estilos de vida. Entre os nobres e os anjos há importantes diferenças em termos de valores e formas de sociabilidade, ambas incluindo o uso de tóxicos, mas com significados muito diferentes.

A insistência de Gilberto em utilizar o termo “camadas médias urbanas” ao invés de um conceito fixo de “classe média” se deve, por um lado, a uma recusa em tratar esse segmento heterogêneo como uma massa de manobra alienada e sem iniciativa, entre as elites (capitalistas) dominantes e uma classe trabalhadora genérica. Concordando com Weber e, até certo ponto, com algumas análises de Bourdieu e Louis Dumont¹⁰, Velho valorizava a diferença entre posição na estrutura produtiva (classe) e a formação de grupos de status cujos hábitos de consumo e estilos de vida demarcam distinções e hierarquias.

Nunca é demais insistir na ênfase dada às trajetórias individuais e aos projetos na obra de Gilberto Velho. Ele

10 Obras de grande influência foram entre outras, Weber (1972), Bourdieu (1974) e Dumont (1985).

instituiu o estudo específico das “camadas médias” e seus “mundos” como linha de pesquisa legítima na Antropologia brasileira, a partir de grupos de pesquisa formados com diferentes gerações de orientandos no Museu Nacional¹¹. A amplitude de temas e referências teóricas contrasta com a restrição geográfica de suas etnografias. Pode-se dizer que, com a exceção de uma breve incursão no mundo de alguns imigrantes portugueses nos EUA, os trabalhos de campo realizados foram todos em um raio de poucas centenas de metros de suas residências em Copacabana, Gávea e Ipanema¹². Sua aldeia era a Zona Sul do Rio do Janeiro, sendo essa uma categoria de grande carga simbólica em seu próprio mapa de orientação.

Mas Gilberto não estudou aldeias. Apesar da pouca mobilidade geográfica envolvida em seus trabalhos de campo, a densidade e a heterogeneidade da cidade em acelerados processos de transformação chamaram a atenção de Gilberto para a “complexidade”. A observação refinada e o diálogo em profundidade com interlocutores cujas trajetórias se configuravam por mudanças de residência entre diferentes bairros do Rio de Janeiro, regiões do Brasil e países no “exterior”, permitiram que o antropólogo identificasse múltiplas *redes* e *níveis de*

11 Cf. Salem (1986), Vianna; Kuschmir; Castro (2013) e Duarte (2012).

12 Três bairros da Zona Sul onde residiu.

realidade que se entrecruzavam e configuravam *mundos* de interação social e *províncias de significado* habitadas por subjetividades *multiplex*¹³.

Apesar de reconhecer a existência de hierarquias e a importância de pertencimento a grupos e redes mais ou menos formalizadas em termos de parentesco, política, religião e lazer, Velho enfatiza os vetores individualizantes que se acentuam de forma heterogênea justamente nos segmentos de camadas médias por ele pesquisados. A adesão a práticas vinculadas à psicanálise, por exemplo, é uma dimensão que se agrega à construção de subjetividade por parte dos interlocutores de Velho em *Nobres e anjos* e *Subjetividade e sociedade*. Trata-se de uma valorização da interioridade psíquica que se associa à experimentação por meio de expressões artísticas e usos de drogas, por exemplo.

13 As discussões de Gluckman sobre papéis *multiplex* interessavam a Velho, bem como a questão da segmentação de papéis proposta por Park e Wirth e retomada nos trabalhos da Escola de Manchester. Não obstante, Velho não aderiu inteiramente à classificação dicotômica que opunha o simples ao complexo (VELHO, 1994). Ressaltou a complexidade do urbano, enfatizando a existência de segmentos com projetos homogeneizantes também no contexto urbano. Para uma discussão sobre a relação entre pesquisadores de Chicago e Manchester, ver também Hannerz (1980).

Mas a preocupação com a subjetividade vai além da constatação etnográfica descritiva. Velho inclui a dimensão subjetiva em suas próprias construções teóricas, em diálogo com a noção sartreana de *projeto*. Não se trata somente de apontar para a valorização do indivíduo entre os membros das camadas médias urbanas. É importante pensar nos tipos de individualismo operantes e também nas experiências de trânsito entre os diferentes mundos que se configuram na heterogeneidade das sociedades complexas moderno-contemporâneas. Assim, Velho combina o diálogo em torno das ideias de Louis Dumont, já apropriado por Roberto DaMatta e Luis Tarlei de Aragão, com as reflexões de Georg Simmel, Jean Paul Sartre, Alfred Schutz, Erving Goffman, Howard Becker e Pierre Bourdieu (VELHO, 1987; 1994; 2011).

É nessa interseção entre as configurações sociais (incluindo as reflexões sobre redes elaboradas no âmbito da Escola de Manchester) e movimentos individuais ou, em seus termos, a partir da “problemática indivíduo-sociedade” que Velho propõe instrumentos teórico-metodológicos importantes que permitem pensar processos encontrados nas grandes cidades, mas também possibilidades de constituição do próprio estado nacional, de uma particularidade brasileira. *Trajetórias e projetos*, portanto, são categorias que se inserem nos trabalhos de Velho justamente na interseção entre processos mais

“objetivos” e outros mais “subjetivos”, em diálogo com a dialética proposta por Simmel entre cultura objetiva e cultura subjetiva. Para além do *habitus* sugerido por Bourdieu, Velho insiste em enfatizar a dimensão consciente dos projetos elaborados em relação a *campos de possibilidades* múltiplos.

A influência de uma segunda geração da Escola de Chicago, principalmente por meio das reflexões de Everett Hughes e Howard Becker, incluindo processos educacionais e treinamento em carreiras profissionais, faz com que Velho lide com a questão das identidades profissionais, mas também dê conta de processos de mobilidade social, que sempre o interessaram. As camadas médias urbanas retornam, portanto, como ambiente onde se acentuam diferentes tipos de individualismo, mas onde também se configuram *projetos* que articulam trânsitos entre diferentes *mundos sociais*, *províncias de significados*, *níveis de adesão* ou *commitment*, nos termos de Becker (2008), e diferentes potenciais de *metamorfose* e *mediação*.

DA “HERANÇA” DIPLOMÁTICA À EXPANSÃO URBANA

A consciência e a valorização de uma individualidade singular, baseada em uma memória que dá consistência à biografia, é o que possibilita a formulação e condução

de projetos. Portanto, se a memória permite uma visão retrospectiva mais ou menos organizada de uma trajetória e biografia, o projeto é a antecipação no futuro dessas trajetória e biografia, na medida em que busca, através do estabelecimento de objetivos e fins, a organização dos meios através dos quais esses poderão ser atingidos (VELHO, 1994, p. 101).

O texto acima dava início ao último capítulo de minha dissertação de graduação, defendida no Departamento de Antropologia da UnB em janeiro de 1997, sob a orientação do professor Luiz Tarlei de Aragão. A dissertação, intitulada *Filho de diplomata: um estudo antropológico sobre a construção e manutenção de uma identidade “quase” fragmentada*, consistia um passo decisivo em meu projeto de me tornar uma antropóloga.

Ressignificando, através de um exercício de distanciamento antropológico, uma identidade atribuída, pude começar a construir um outro sentido de *self*, adquirido, profissional. *Individualismo e cultura* e *Projeto e metamorfose* foram livros que me “salvaram” quando, ao realizar minha primeira pesquisa antropológica, deparei com o desafio de escrever sobre a formação de identidades¹⁴ por parte de sujeitos jovens, em transição para

14 Era o termo que usava na época. Hoje talvez utilizasse outros termos, como “sentidos de self” ou “processos de subjetivação”.

a vida adulta, mas que compartilhavam documentos de identificação vermelhos, experiências de múltiplas residências no “exterior” e noções de interioridades subjetivas “profundas”, informadas em larga medida por experiências e valores vinculados à psicanálise. Os escritos de Gilberto Velho me trouxeram o alento de ver uma Antropologia intimista, de realidades próximas, mas nem sempre familiares, ou familiares, mas em larga medida desconhecidas. Me mostraram a possibilidade de olhar-me no espelho antropológicamente e que, para além de um hedonismo autocentrado estéril, era possível estranhar, problematizar e, principalmente, libertar-me de classificações estáticas e definições permanentes. Seus escritos claros, bem articulados e sintéticos me ofereciam instrumentos para estranhar e compreender um universo familiar, mas em larga medida até então desconhecido e confuso.

Ao entrar no mestrado do Museu Nacional em 1997, procurei o professor Gilberto e lhe entreguei uma cópia de minha monografia. Este agradeceu e marcou uma reunião para a semana seguinte. No dia e hora marcada estava lá, havia lido as cento e vinte páginas do trabalho, que me entregou cheio de anotações e perguntou: você quer que eu seja seu orientador? Aceitei sua proposta e iniciamos uma interlocução que perdurou até sua partida.

O campo escolhido para a pesquisa de mestrado foi o Instituto Rio Branco, órgão do Ministério das Relações Exteriores responsável pela formação obrigatória de todos os membros da Carreira de Diplomata do Serviço Exterior brasileiro. Gilberto mantinha grande interesse pela formação do estado brasileiro. Já havia orientado uma dissertação sobre a formação de outra “carreira especial de estado”, o trabalho de Celso Castro sobre a Academia Militar das Agulhas Negras (CASTRO, 1990). Filho de oficial militar com profundos investimentos intelectuais, o antropólogo nutria interesse pela história nacional e acreditava na existência de uma certa unidade cultural em meio à diversidade e fragmentação encontradas nos centros urbanos e em sociedades complexas de forma mais geral. A influência de uma certa linhagem da Escola de Chicago que passava por Park, Everett-Hughes e Howard S. Becker, bem como a admiração pelos escritos de George H. Mead e o diálogo com Goffman, Bourdieu e Norbert Elias também o familiarizaram com uma Sociologia das profissões, carreiras e organizações. A noção de uma socialização adulta e adesão a grupos definidos por hierarquias profissionais e fortes *ethos* corporativos o fascinava em sua tensão com projetos mais ou menos individualizantes de mobilidade social. As camadas médias também se caracterizavam pela possibilidade da educação como meio de acesso a posições

sociais almeçadas e as carreiras públicas, com recrutamento por meio de concurso, configuravam interessantes combinações entre vetores holistas e individualistas na sociedade brasileira.

Para além dos interesses acadêmicos, Gilberto também tinha interesses pessoais em minhas pesquisas relacionadas à diplomacia brasileira: mantinha amizades com diversas pessoas vinculadas à carreira de diplomata, algumas amigas desde a infância, quando estudou no colégio de aplicação da UFRJ. Algumas, inclusive, faziam parte da rede “intelectual-artístico-boêmia” etnografada em *Nobres e anjos*. Jamais soube os nomes dos diplomatas que fizeram parte daquela pesquisa, cujo sigilo das identidades foi tão importante, mas sabia que navegávamos em redes que se entrecruzavam. Gilberto havia entendido a noção de *profundidade subjetiva*, tão cara entre os segmentos mais artísticos do mundo da diplomacia e entre os filhos de diplomata que entrevistei para minha monografia de graduação. Estava em seus escritos sobre a psicologização de segmentos das camadas médias.

Após as pesquisas com diferentes gerações vinculadas à Casa de Rio Branco, mergulhei na Antropologia Urbana. Durante a primeira década do século XXI meus diálogos com Gilberto Velho se concentraram nas discussões sobre novos empreendimentos imobiliários,

planejamento urbano, ideais de qualidade de vida, fronteiras e ansiedade de status entre diferentes segmentos das camadas médias urbanas. Minhas pesquisas em Goiânia e Brasília o faziam lembrar de suas reflexões sobre os edifícios de conjugados em Copacabana. Eram outras utopias, mas alguns processos eram muito semelhantes, como as reuniões de condomínio, estigmatização de alguns vizinhos com comportamentos “desviantes” (PATRIOTA DE MOURA, 2010; 2011; 2012).

Outra forte preocupação que aparece nos trabalhos de Velho na virada do século é a questão da violência urbana e do medo. Sua perspectiva em relação a esse tema era menos distanciada do que em outros trabalhos. Não partia de exercícios de reflexão etnográfica em um campo definido especificamente no âmbito de um projeto de pesquisa. Gilberto escrevia, principalmente, como um cidadão preocupado com o mundo a sua volta. Como sua perspectiva era a de um membro das “camadas médias urbanas” moradoras da Zona Sul carioca, ele entrevistava, principalmente, o medo justificado pelo aumento da violência e percebia as camadas médias como principais vítimas de uma violência compreendida, principalmente, como produto de determinadas formas de individualismo que engendram projetos frustrados em uma sociedade altamente desigual, que já não percebe hierarquias históricas como legítimas. Esse processo, que ele tam-

bém chamou de *desmapeamento*, se acirrava em um contexto político de falência das instituições de estado em gerar segurança e confiança (VELHO; ALVITO, 1996; VELHO, 2008).

Pouco dialoguei com os escritos de Gilberto Velho sobre a questão da violência. Não estava particularmente interessada em perceber as camadas médias como vítimas ou com o aumento da violência na Zona Sul do Rio de Janeiro. Os artigos que escrevi sobre processos de fortificação e discussões sobre o medo se vinculavam mais à discussão sobre *empreendedores morais* trabalhada em *Desvio e divergência* (VELHO, 1999), em diálogo com *Outsiders* de Becker (2008). Não obstante, quando organizei o seminário Medo: Perspectivas Urbanas, em 2007, juntamente com Antonádia Borges e Lia Zanotta Machado, convidamos Gilberto Velho a participar. Ele não pôde ir ao evento na UnB, mas nos agradeceu com um artigo recentemente publicado (VELHO, 2014).

A troca acadêmica com Gilberto Velho perdurou após a defesa de minha tese de doutorado. Além do artigo sobre o medo, nos encontramos muitas vezes na ANPOCS, onde ele foi debatedor no GT Dimensões do Urbano, que coordenei com Mariana Cavalcanti. Ainda tive o privilégio de colaborar com um artigo para o número da *Vibrant* sobre Antropologia Urbana, organizado por Gilberto Velho e Karina Kuschnir. Gilberto ainda escre-

veu a apresentação ao meu livro *Condomínios no Brasil Central* (2013), poucos meses antes de falecer.

Durante nossa última viagem juntos a Caxambu, no táxi que Gilberto contratava todos os anos, conversamos sobre meu nascente interesse pela China e as novas cidades que surgiam em processos de mudança avassaladora. Gilberto não se interessou muito, disse que estava mais interessado em historiadores da Grécia Antiga. Não chegamos a discutir meu projeto de pós-doutorado.

A VOLTA AO MUNDO: TRAJETÓRIAS DA INTERNACIONALIZAÇÃO CHINESA

O interesse pelo tema da expansão urbana, em conjunto com o gosto pelo estudo de línguas e o desejo de ampliar horizontes de pesquisa, me levou a iniciar um novo percurso investigativo. O ponto de partida para o projeto de pesquisa foi o contato com o livro de Li Zhang, *In search of paradise: middle class living in a Chinese metropolis* (ZHANG, 2010). O livro descreve e analisa processos de *espacialização de classe* na cidade de Kunming, no sudoeste da China, trazendo um relato etnográfico multissituado da constituição de uma nova e ainda instável “classe média” chinesa, cujos hábitos de consumo e a moradia em novos espaços urbanos produzidos segundo modelos de habitação ocidentais são

os principais traços distintivos. Zhang discorre sobre a preferência de utilização do termo *zhongchan jieceng* (camada, nível ou extrato médio) em oposição a *zhongchan jieji* (classe média) por motivo do derradeiro ter sido exaustivamente utilizado ao longo da era maoísta (1949-1976). Falar em classe (*jieji*), na recente história chinesa, acarretava necessariamente a noção de luta e antagonismo, desde a revolução que instituiu a República Popular da China em 1949 até a Revolução Cultural das décadas de 1960 e 70. Ademais, o uso revolucionário do termo classe se baseava na premissa do antagonismo de classes polarizadas, onde a “média” pouco interessava como sujeito histórico.

O livro de Li Zhang sobre os novos bairros da “camada média” chinesa traz à tona a agência de um novo segmento social que surge como sujeito coletivo no contexto das enormes transformações em andamento na constituição da maior economia de mercado jamais vista na história. O *paraíso* de Zhang tem muito em comum com a *utopia* de Velho: novos espaços na cidade em transformação que abrigam segmentos em processos de “modernização”, vinculados à aquisição de novos hábitos de consumo, estilos de vida, visões de mundo e, inclusive, noções de subjetividade e formas de participação política. Os novos bairros de classe média de Kunming também têm muito em comum com os condomí-

nios onde realizei pesquisas em Brasília e Goiânia: áreas residenciais muradas, com múltiplas residências, produzidas como empreendimentos imobiliários privados com serviços (também privados) de manutenção, lazer e segurança (PATRIOTA DE MOURA, 2012).

A globalização de ideais urbanos singularizados em composições locais voltadas para o consumo de membros das camadas médias foi o que me permitiu encontrar o primeiro ponto de diálogo com a China contemporânea (PATRIOTA DE MOURA, 2013). Chegando à Universidade da Califórnia Davis (UCD) para trabalhar em colaboração com Li Zhang¹⁵, encontrei uma universidade com enorme número de estudantes internacionais provenientes da República Popular da China e decidi estudar os *projetos* e *trajetórias* desses estudantes que fazem parte de um processo de crescente internacionalização de membros das camadas médias e altas chinesas. A China é, atualmente, o país que mais envia estudantes internacionais às universidades dos Estados Unidos e de outros países como Japão, Austrália, Inglaterra e Irlanda (Cf. FONG, 2011; KIPNISS, 2011).

15 Trata-se da pesquisa *Expansão urbana e transformações subjetivas na china contemporânea*, realizada com apoio da CAPES em forma de Bolsa de Estágio Sênior.

Há uma profusão de estudos que focam em diferentes gerações de migrantes chineses¹⁶. Não obstante, os estudos têm se concentrado em trabalhadores pouco qualificados ou comerciantes e suas redes de relações. A cidade de São Francisco, a pouco mais de 100 quilômetros de distância, tem a *Chinatown* mais antiga dos EUA e a maior do mundo não asiático¹⁷. A UCD tem 39% de estudantes classificados como etnicamente asiáticos, dos quais a grande maioria poderia ser classificada segundo alguma categoria “chinesa”¹⁸. Apesar de Hong Kong ser atualmente parte da República Popular da China e da autonomia de Taiwan não ser reconhecida plenamente pela República Popular da China, há uma clara especificidade de chineses socializados na China continental (*mainland China*) sob a égide do Partido Comunista Chinês.

A pesquisa incluiu entrevistas em língua inglesa com 39 estudantes em nível de graduação e pós-graduação, cujo conteúdo ainda se encontra em fase de análise. São pessoas provenientes de diversas partes da República

16 O livro de Vanessa Fong traz uma boa bibliografia a esse respeito (FONG, 2011).

17 Conforme <<http://www.sanfranciscochinatown.com/history/index.html>>. Consultado em 31/05/2015.

18 Trata-se, por exemplo, de descendentes de migrantes chineses nascidos no EUA apelidados de “ABC” – *American-born Chinese*, chineses provenientes de Taiwan ou Hong Kong.

Popular da China, falantes de diferentes línguas e dialetos. Tiveram, não obstante, a totalidade de suas experiências escolares anteriores ministradas na língua geral oficial chinesa, o *Putonghua*¹⁹. Há uma série de coincidências nas trajetórias desses estudantes bem como diversos pontos comuns na formulação de seus projetos. A grande maioria se reconhece como parte de uma “*middle class*”, apesar de muitos não saberem definir essa categoria. São, com raras exceções, os primeiros em sua linha de descendência a estudarem fora da China e têm projetos profissionais voltados a um contexto de fluxos globais, onde origem (China) e destino atual (EUA) são percebidos menos como pontos em uma linha reta e mais como passagens em um movimento de circulação transnacional com ambições globais.

Não obstante os acentuados contrastes com o contexto de pesquisa descrito no início desta narrativa e o distanciamento geográfico e cultural óbvio entre as camadas médias de Copacabana e os estudantes chineses nos EUA, permanece a sensação de que o diálogo com Gilberto Velho continua um dos fios norteadores de minhas formulações de pesquisa. Voltamos ao mundo dos *projetos* e *trajetórias*, das experiências geracionais,

19 O *putonghua* equivale ao que em língua portuguesa e inglesa tem se convencido chamar de mandarim. Essa denominação, no entanto, não é utilizada na China.

dos processos de mudança social e da complexidade da emergência de subjetividades em meio a *campos de possibilidades* socialmente constituídos.

Por um lado, iniciei minhas pesquisas com filhos de diplomatas na esperança de situar suas trajetórias internacionais e projetos identitários “[...] ao nível da experiência particular de setores das camadas médias brasileiras” (VELHO, 1987, p. 106). As pesquisas no Instituto Rio Branco e nos condomínios em Brasília e Goiânia, por sua vez, procuraram compreender processos de territorialização e demarcação de fronteiras físicas e culturais com ênfase em processos de diferenciação de status e estabelecimento de estilos de vida específicos. A circulação de estudantes de nível superior provenientes do país com a maior população do planeta procura refletir sobre a complexidade de dinâmicas que envolvem projetos em múltiplas escalas, desde a escala das trajetórias biográficas até a possibilidade de constituição de novas hegemônias em escala mundial. O sociólogo Giovanni Arrighi levou Adam Smith a Pequim para discutir a economia de mercado chinesa e seu papel na constituição de uma nova ordem mundial do século XXI (ARRIGHI, 2008). O diálogo com a Antropologia de Gilberto Velho para pensar as trajetórias de alguns dos sujeitos que compõem as redes cada vez mais chinesas da complexidade transnacional contemporânea pode ser um bom caminho para

também ampliar as redes de uma Antropologia transnacional “com características brasileiras”.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovani. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.

BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de Sociologia do devio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Condição de classe e posição de classe. In: BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de Antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Gilberto Velho (1945-2012): um virtuoso no burburinho das cidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 79, jun. 2012.

DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

FONG, Vanessa L. *Only Hope: coming of age under China's one-child policy*. Stanford: Stanford University Press, 2004.

FONG, Vanessa L. *Paradise Redefined: transnational Chinese students and the quest for flexible citizenship in the developed world*. Stanford: Stanford University Press, 2011.

GOODMAN, David S. G. *Class in contemporary China*. Oxford: Polity Press, 2014.

HEIMAN, Rachel; FREEMAN, Carla; LIECHTY, Mark (Org.). *The Global Middle Classes: theorizing through Ethnography*. Santa Fe: School of Advanced Research Press, 2012.

HANNERZ, Ulf. *Exploring the city: inquiries toward an urban anthropology*. New York: Columbia University Press, 1980.

KIPNISS, Andrew B. *Governing educational desire: culture, politics and schooling in China*. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.

MILLS, C Wright. *White collar: the American middle classes*. New York: Oxford University Press, 1951.

O'DONNEL, Julia. Caminhos de uma Antropologia Urbana: trajetória e projeto nos primeiros escritos de Gilberto Velho. *Anuário Antropológico 2012 II*, p. 37-51, dez. 2013.

PATRIOTA DE MOURA, Cristina. *O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira: um estudo de carreira e socialização*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

PATRIOTA DE MOURA, Cristina. Condomínios e gated communities: por uma Antropologia das novas composições urbanas. *Anuário Antropológico 2009 II*, p. 209-232, 2010.

PATRIOTA DE MOURA, Cristina. Pioneers and entrepreneurs: bio/ethnographic notes towards an anthropology of urban growth. *Vibrant, Virtual Brazilian Anthropology*, v. 8, n. 2, p. 502-528, dec. 2011.

PATRIOTA DE MOURA, Cristina. *Condomínios no Brasil Central: expansão urbana e Antropologia*. Brasília: Letras Livres; Editora UnB, 2012.

PATRIOTA DE MOURA, Cristina. O “velho” *hukou* na “nova” China urbana: reflexões sobre uma dualidade contemporânea. *Anuário Antropológico 2012 II*, v. 38, n. 2, p. 255-245, 2013.

PARK, Robert Ezra. A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. VELHO, Otávio (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987 [1916]. p. 26-67.

SALEM, Tânia. Família em camadas médias: uma perspectiva antropológica. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 25-39, 1º sem. 1986.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VELHO, Gilberto. *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura*: notas para uma Antropologia das sociedades contemporâneas. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*: Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VELHO, Gilberto. *Nobres e anjos*: um estudo sobre tóxicos e hierarquia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

VELHO, Gilberto. Estigma e comportamento desviante em Copacabana. In: VELHO, Gilberto. *Desvio e divergência*: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

VELHO, Gilberto. A respeito da Escola de Chicago. In: VALADARES, Lícia (Org.). *A Escola de Chicago*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

VELHO, Gilberto. *Rio de Janeiro*: cultura, política e conflito. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

VELHO, Gilberto. Antropologia Urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento. *Mana*, v. 17, n. 1, abril 2011.

VELHO, Gilberto. Medo, insegurança e violência. MACHADO, Lia Zanotta; BORGES, Antonádia; PATRIOTA DE MOURA, Cristina (Org.). *A cidade e o medo*. Brasília: Verbena; Francis, 2014.

VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos. (Org.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

VELHO, Gilberto; MAGGIE, Yvone. O Barata Ribeiro 200. *Anuário Antropológico 2012 II*, p. 19-36, dez. 2013.

VIANNA, Hermano; KUSCHNIR, Karina; CASTRO, Celso. Apresentação. In: VIANNA, Hermano; KUSCHNIR, Karina; CASTRO, Celso (Org.). *Gilberto Velho*: um antropólogo na cidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora UnB, 1972.

WIRTH, Louis. (1938). O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 90-113.

ZHANG, Li. *In search of paradise: middle-class living in a Chinese metropolis*. Ithaca: Cornell University Press, 2010.

Desvio na praça²⁰

LISABETE CORADINI (UFRN)

20 Uma primeira versão deste capítulo foi apresentada no seminário Trajetórias Antropológicas: reflexões sobre a obra de Gilberto Velho, realizado na Universidade de Brasília, em 22 de maio de 2014.

Método singular: trata-se de aprender a ver o que é nosso como se fossemos estrangeiros, e como se fosse nosso o que é estrangeiro [...] Basta que tenha, algumas vezes e bem longamente, aprendido a deixar-se ensinar por uma outra cultura, pois, doravante, possui um novo órgão de conhecimento, voltou a se apoderar da região selvagem de si mesmo, que não é investida por sua própria cultura e por onde se comunica com as outras (MERLEAU-PONTY, 1989, p. 146-148).

Marco entra numa cidade; vê alguém numa praça que vive uma vida ou um instante que poderiam ser seus; ele podia estar no lugar daquele homem se tivesse parado no tempo tanto tempo atrás, ou então se tanto tempo atrás numa encruzilhada tivesse tomado uma estrada em vez de outra e depois de uma longa viagem se encontrasse no lugar daquele homem naquela praça. Agora, desse passado real ou hipotético, ele está excluído, não pode parar; deve prosseguir até uma outra cidade em que outro passado aguarda por ele, ou algo que talvez fosse um possível futuro e que agora é o presente de uma outra pessoa. [...] (CALVINO, 2003, p. 28).

O capítulo que ora apresento é apenas uma reflexão sobre as inquietações que a Antropologia Urbana vem provocando em mim desde a graduação em Ciências Sociais, notadamente no que diz respeito à questão metodológica – um desafio colocado para o antropólogo que estuda a sua cidade. O tema não é nem tão novo e nem tão velho e nem tampouco superado. Minhas inquietações hoje em dia permanecem, embora busquem novos ângulos e novos horizontes. Muitas dessas inquietações foram provocadas pela leitura da obra do Gilberto Velho.

No ano de 2014, algumas homenagens a um dos principais autores da Antropologia Urbana no Brasil, Gilberto Velho, foram realizadas e conseguiram articular uma rede de pesquisadores por meio do Convênio PROCAD, contando assim com a participação de Professores da UFSC, UnB, UFAM, Museu Nacional, UFG e UFRN.

Com vistas a preparar minha apresentação para essas homenagens, comecei a ler e reler vários livros do Gilberto Velho. Reli a minha Monografia de Conclusão de Curso de Ciências Sociais e a minha Dissertação de Mestrado e percebi como a obra de Gilberto Velho e suas reflexões teóricas e metodológicas sobre a Antropologia Urbana foram fundamentais nas minhas primeiras experiências como antropóloga. Dei-me conta de que aprendi esse ofício observando a cidade e seus moradores em suas práticas cotidianas mais banais. Essa homenagem

me levou a pensar na minha própria trajetória “individual” e nas palavras de Gilberto Velho:

Alfred Schutz desenvolveu a noção de projeto como “conduta organizada para atingir finalidades específicas”. Embora o ator, em princípio, não seja necessariamente um indivíduo, podendo ser um grupo social, um partido, ou outra categoria, creio que toda a noção de projeto está indissolivelmente imbricada à ideia de indivíduo-sujeito [...]. A consciência e valorização de uma individualidade singular, baseada em uma memória que dá consistência à biografia, é o que possibilita a formulação e condução de projetos (VELHO, 1994, p. 101).

Enquanto estudante do curso de Ciências Sociais, para entender a minha própria cultura, foi importante a leitura do ensaio de Roberto DaMatta (1978) intitulado *Anthropological blues*, em que ele trata do duplo ofício do etnólogo, qual seja: transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico. Foi através dessa leitura que percebi que estamos o tempo todo pressupondo familiaridades e estranhamentos.

Aliás, o meu primeiro desafio, durante o trabalho de campo, foi o da distância e proximidade do investigador com relação ao seu objeto – tarefa nada trivial e nem sempre bem-sucedida, como alertam alguns antropólogos. Transitar por caminhos tão próximos sem enxergar

as diferenças tão próximas me fez perceber a dificuldade de desnaturalizar noções, categorias, classificações que constituem minha visão de mundo.

Como ensina Gilberto Velho (1994), a possibilidade de um empreendimento ser bem-sucedido vai depender das peculiaridades da própria trajetória dos pesquisadores, que poderão estar mais inclinados ou aptos a trabalhar com maior ou menor grau de proximidade com seu objeto.

Eu li esses textos como sugestão de meu orientador para auxiliar na pesquisa de campo, já que se tratava de um lugar aparentemente bastante familiar. Trata-se do trabalho monográfico intitulado *Desvio na praça*, sobre a Praça da Alfândega, em Porto Alegre (RS), defendido em 1987, com a orientação de Jorge Bozzobon, meu orientador no final do curso de Graduação²¹ – *Obrigada, Jorge!*²²

21 Ainda guardo com carinho as anotações e as referências bibliográficas sobre espaço e representação sugeridas pelo meu orientador de final de curso de Graduação: Mauss (1972), sobre a noção de morfologia social: tempo e espaço; Durkheim (1989), sobre o significado simbólico e social do espaço; Van Gennep (1978), os espaços limítrofes como perigosos; Leach (1978) e o espaço e o ritual; Lévi Strauss (1975), espaço e tempo e morfologia social; Bourdieu (1972), espaço interno, a casa e espaço acadêmico; Hall (1977), perspectiva proxêmica, e Foucault (1979), perspectiva genealógica.

22 Jorge Bozzobon morreu precocemente no início dos anos

Foi, portanto, a partir dessa primeira experiência de olhar, ouvir e escrever sobre a Praça da Alfândega, que decidi ser antropóloga. Após a conclusão do curso de Graduação, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, posteriormente, no Programa de Doutorado do Instituto de Investigaciones Antropologicas da Universidad Nacional Autónoma do México (UNAM). Hoje, trabalho no Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e dou aula nos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Pós-Graduação em Antropologia da UFRN.

Desde a Graduação, o tema da cidade me fascina: olhar atentamente suas ruas, os casarios, as igrejas, os monumentos, a arquitetura, que mostram seu passado e a convivência deste com o presente, o que me levou a perceber que os “espaços da cidade” não pertencem exclusivamente ao presente. Pertencem também ao passado e ao futuro. O espaço, neste sentido, é mutável. Mutável porque é eterno, efêmero, passageiro, permanente, público e privado.

2000, mas deixou alguns trabalhos significativos: mestrado e doutorado, artigos e o livro *Vocês, brancos, não têm alma*. Jorge foi colaborador do ISA e integrante da equipe do Programa Rio Negro e durante 20 anos manteve andanças e convivência com os índios Maku, uma das famílias linguísticas do Rio Negro.

Mas como pensar o contemporâneo, o urbano e a cidade tendo como elemento central o sujeito que a habita?

Naquele momento, as leituras de Gilberto Velho – *Observando o familiar*, publicado na coletânea *Aventura sociológica* e os livros *Desvio e divergência* e *A utopia urbana* – foram fundamentais para entender o que significa fazer uma pesquisa no meio urbano, quem são esses sujeitos, como interação entre si e como reconstituir suas histórias de vida.

Desvio e divergência (1974) é uma coletânea de artigos sobre prostituição, homossexualidade, conceitos de *desvio* e *divergência*. Os autores propõem uma crítica à perspectiva patológica amplamente difundida pela mídia com o objetivo de relativizar as abordagens carregadas de preconceito e intolerância e produzir um conhecimento menos comprometido do fenômeno.

Na introdução, Gilberto Velho procura estabelecer relações complementares entre a abordagem interacionista e autores da Antropologia Social britânica, como Evans-Pritchard e Mary Douglas, especialmente através da temática das acusações.

Já no artigo *O estudo do comportamento desviante* (1999), o autor procura estabelecer um diálogo com Becker e Goffman. Esse artigo foi publicado inicialmente na Revista América Latina; depois, em 1971, traduzido

na *Social problems*, servindo de apoio para a pesquisa sobre Copacabana²³. Gilberto Velho demarca no recorte empírico a abordagem das camadas médias e uma releitura dos estudos de Chicago, especialmente a partir da segunda geração de Becker e Goffman.

Cabe ressaltar que, no final dos anos 1970, os comportamentos desviantes eram explicados ora como problemas de uma sociedade em crise, ora como características psicológicas inatas ao indivíduo.

Gilberto Velho, partindo de uma perspectiva interacionista, propôs que o desvio fosse entendido a partir da relação entre pessoas que acusam outras por estarem quebrando ou rompendo com determinados valores de uma dada situação sociocultural. O desviante seria aquele que faz leitura divergente de uma certa realidade social, não sendo necessariamente desviante diante de todos ou em todos os momentos.

O autor procurou demonstrar que o próprio caráter do sistema sociocultural no qual o indivíduo está inserido é o que permite uma compreensão dos comportamentos desviantes.

23 Ver *A utopia urbana* (1973) – um estudo sobre o bairro de Copacabana nos anos 60 e 70. Para o autor, esse bairro apresenta problemas de interação, convívio e tensão social. Trata-se de um livro que é um marco nos estudos sobre camadas médias urbanas no Brasil. Segundo alguns autores, a partir daí inaugura-se uma linha de estudos urbanos, com temas como: individualismo, projetos, trajetórias e redes.

No artigo *Vanguarda e desvio*, publicado em *Arte e sociedade* (1977), o autor traz questões sobre estigma, através de dois estilos de vida e visões de mundo de dois grupos das camadas médias cariocas da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, dando-nos uma perspectiva histórica dos processos de hierarquização social nos anos 1970. Em *Nobres e anjos* (1998), Velho trata do uso de drogas por pessoas de camadas médias no Rio de Janeiro.

Para Velho, ao mesmo tempo que é importante demarcar grupos, mais ainda é entender as suas trocas e influências recíprocas. Para tanto, estudou as relações entre níveis de cultura, entre elite e camadas populares, entre camadas médias e elites, enfim, a questão da mediação, a transição entre vários grupos e domínios.

Uma das contribuições importantes da obra de Gilberto Velho é o modo como ele percebia a mediação como prática cultural nas sociedades complexas. Para pensar a cidade brasileira nas suas práticas e interações urbanas, Gilberto Velho se utiliza dos conceitos de *marginal* e *mediador*. Segundo ele, alguns indivíduos teriam condições de circular melhor ou fazer a mediação entre dois ou mais mundos diferentes (*províncias de significados*). Esses mediadores seriam artistas, políticos, intelectuais e religiosos.

Gilberto Velho traz a discussão sobre os moradores/cidadinos que circulam pelos interstícios de diferentes

regiões, no contexto das sociedades complexas, conforme sua denominação, ainda que criticada por alguns autores. Os indivíduos poderiam transitar por diferentes mundos, como se pode ver, por exemplo, em *Unidade e fragmentação em sociedades complexas*, onde o autor narra um episódio que acontece no final da tarde na Av. Copacabana, Posto Seis, quando presencia um aglomerado de pessoas reunidas em torno de um acontecimento: um espírito (preto velho) que incorpora num senhor negro, forte, aparentando 60 anos de idade. Muitos curiosos se aproximavam, a fila aumentava, em ordem, respeitosamente e em voz baixa apresentavam suas perguntas ao preto velho. Nesse artigo o autor quer mostrar a coexistência de diferentes estilos de vida (moradores, patroas, empregadas, jovens) organizados numa ação coletiva, sustentada em crenças e valores compartilhados.

Conforme Velho,

Uma das tarefas mais difíceis ao narrar um evento, é transmitir o clima, o tom, do que está descrevendo. A sucessão dos fatos no tempo, número de participantes, reconstituição das interações, são etapas fundamentais mas, quase sempre, fica-se com a sensação e/ou sentimento de que falta algo crucial. No caso, o que me parece mais importante é tentar transmitir a ideia de que, para as pessoas envolvidas, nada de particular-

mente anormal estava acontecendo. Havia uma certa surpresa, curiosidade, graus diferentes de familiaridade mas, observei, sobretudo, um forte interesse combinado com evidente respeito. Certamente, na multidão que percorria a Avenida da Copacabana estavam pessoas que não se preocuparam ou não notaram o que estava se passando. Sem dúvida, nem todos pararam para ingressar na fila de consultas. Portanto, não só não afirmo que todos os passantes fossem umbandistas, como estou certo que poderíamos encontrar indivíduos céticos, indiferentes, ou mesmo hostis àquela manifestação (VELHO, 1994, p. 14).

Gilberto Velho traz novos pressupostos teóricos e metodológicos que definem a investigação urbana antropológica. O método etnográfico foi fundado na procura por alteridades: outras maneiras de ver o mundo. Mas o que significa subjetivamente viver essa experiência?

Gilberto Velho ensina que é justamente para essas fusões, encontros e conjunções que se deve dirigir o olhar. Ao longo de mais de quarenta anos de carreira, Velho publicou muitos livros, versando sobre diversos temas. As suas pesquisas apontaram para a coexistência de diversos grupos sociais, com estilos de vida, visões de mundo e códigos distintos. Ele sempre reconheceu a mudança e o conflito, que, longe de serem estados anormais da sociedade, constituem parte integrante dela.

Ao pesquisar uma praça pública, por exemplo, me deparei com inúmeros grupos sociais ou “tribos urbanas” que inspiraram diversas Antropologias: Antropologia das minorias, dos desviantes, dos marginalizados, da violência, da religião, da mulher, entre outras. São abordagens que se entrecruzam, inventam e reinventam as diferenças.

Na minha dissertação de Mestrado sobre a Praça XV de Novembro em Florianópolis, o objetivo inicial era mapear os grupos que dela se apropriavam. Entrevistei diferentes grupos, bem como indivíduos isoladamente, buscando identificar os diversos usos e significados dados ao espaço e compreender as redes de sociabilidade construídas por eles. Além disso, acompanhei os eventos, em especial o Carnaval, as procissões e as festas cívicas. Como a temática envolvia aspectos da construção do imaginário social da cidade, utilizei como fonte de pesquisa as crônicas sociais e policiais, revistas e jornais locais.

Nesse trabalho, foi preciso exercer um distanciamento, para poder vir a ter uma visão de conjunto e encontrar um fio condutor no uso das múltiplas fontes. Mas foi ao mergulhar naquele universo que compreendi a importância da etnografia e da relação dialógica de eu/outro. O esforço de compreender o horizonte cultural do outro estimula a compreensão da minha cultura, ao

mesmo tempo que consiste num esforço de compreensão do próprio horizonte do pesquisador.

No decorrer dessa pesquisa, percebi que o processo de apropriação da praça é, em todas as suas dimensões, simbólico. Mas, como alerta Bourdieu, esta é uma etapa necessária da apropriação concreta e efetiva de territórios e também de “pedaços”, pois representar o espaço já é uma apropriação.

Desde a fundação da cidade, a praça em questão foi referida como o eixo central, a partir do qual se expandiu o núcleo urbano, congregando frequentadores assíduos ou eventuais. Estes, enquanto indivíduos e grupos, conjugam diferentes inserções sociais, que muitas vezes se entrecruzam, vão impondo seus modelos de convivência, sua estética, enfim, suas representações, subvertendo ou não as concepções institucionais e oficiais. Esse interessante jogo da apropriação – lembrando Foucault (1979): *o poder não é exclusivo* – está em todo lugar e depende de negociações constantes. E é nestas que se constroem novas representações sobre a praça. Percebi, através da etnografia, que habitualmente só se vê a exclusão, a marginalização, reduzindo, assim, as diferenças a um denominador comum, à homogeneização.

O trabalho de campo me surpreendeu muito e me levou a perceber que há, sim, regras, classificações, diferenciações, como assinala Magnani (2002). Cada um dos frequentadores sabe (mesmo que inconsciente-

mente) o que possui e o que não possui. Identificam o seu “pedaço”, que passa a ser extensão de si, reconhecem o outro também pelo lugar que ele ocupa e, nesse jogo de ter e dar, prosseguem ressignificando a praça, os outros e a cidade.

Um outro exemplo vem de um trabalho de campo que realizei nas cidades fronteiriças – neste caso, Tijuana (México-EUA) –, onde foi possível descobrir uma nova forma de estilo de vida não prevista pelas hipóteses iniciais do projeto original. Uma nova forma de fazer música, uma nova forma de se vestir, uma mescla, um multiculturalismo, como uma nova forma de organização própria dessas zonas. Isto também foi possível identificar no contato direto com os pesquisados. Foi o olhar paciente do etnógrafo que permitiu aprofundar as “pistas” sugeridas, a partir dos arranjos dos próprios interlocutores.

E assim, com base nas observações de antropólogos, historiadores, escritores, arquitetos e cineastas que refletiram sobre o seu trabalho de campo, assumi a cidade como lugar privilegiado de estudo.

Seria impossível abarcar neste capítulo a multiplicidade de abordagens relacionadas à *cidade* a partir das abordagens de Gilberto Velho. Trata-se de algumas escolhas que refletem a minha formação como pesquisadora e um campo de interesse que visualizo a partir da Antropologia Urbana brasileira.

Parafraseando Inmanuel Wallestein (1979), rememorar o passado é um ato social do presente. Essa situação me levou às lembranças de quando eu era aluna, no meu primeiro trabalho de campo, minha primeira experiência em sala de aula, meus alunos, meus colegas, enfim, meus mestres. Essa situação me levou a pensar na minha própria trajetória “individual” e profissional. Mas como disse Gilberto Velho (1994): “o passado é descontínuo”.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle*. Genève: Librairie Droz, 1972.

CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. Rio de Janeiro: Biblioteca Folha de S. Paulo, 2003.

CORADINI, Lisabete. *Desvio na praça*. 1990. 89 p. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS, Rio Grande do Sul, 1990.

CORADINI, Lisabete. *Praça XV: espaço e sociabilidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas; Fundação Franklin Cascaes, 1995.

CORADINI, Lisabete. *Memorias del futuro: imágenes y discursos de la ciudad latinoamericana*. 2000. 225 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Investigações Antropológicas, Universidade Autónoma do México, Cidade do México, 2000.

CORADINI, Lisabete. Cidades, imagens e desordem. *CRONOS*, Natal, v. 3, p. 73-79, 2002.

CORADINI, Lisabete. Memórias do futuro. In: ALMEIDA, M.; KNOBB, M.; ALMEIDA, A. (Org.). *Polifônicas ideias: por uma ciência aberta*. Porto Alegre: Sulina, 2003. p. 246-249.

DAMATTA, Roberto. O ofício de etnólogo ou como ter anthropological blues. In: NUNES, E. de O. *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HALL, Edward T. *A dimensão oculta*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

LEACH, E. *Cultura e Comunicação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural I*. Tradução de Chaim Manuel Katz e Eginardo Pires. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

MAUSS, Marcel. *Manual de etnografia*. Lisboa: Editorial Pórtico, 1972.

MAGNANI, J. G. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MAGNANI, J. G. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MERLEAU-PONTY, Maurice. De Mauss a Claude Lévi-Strauss. In: MERLEAU-PONTY, Maurice. *Textos selecionados* (Os pensadores). São Paulo: Abril, 1989.

VAN GENNEP, Arnold. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 1978.

VELHO, Gilberto (Org.). *Arte e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de O. (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-46.

VELHO, Gilberto. *O desafio da cidade: novas perspectivas da Antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de Antropologia social*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VELHO, Gilberto. *Nobres e anjos: um estudo sobre tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

VELHO, Gilberto. *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

WALLERSTEIN, I. *El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los origins de la economía-mundo europea en el siglo XVI*. México: Siglo Veintiuno, 1979. v. 1

Gilberto Velho e os desvios: prostitutas em sociedades complexas

GABRIEL O. ALVAREZ (UFG)

A proposta deste capítulo é discutir a presença de Gilberto Velho em nossas pesquisas. Com este propósito, se revisitou a pesquisa *Prostitutas cidadãs* (ALVAREZ; TEIXEIRA, 2001). Nesse trabalho se explorou a prostituição como identidade, com um campo simbólico criado a partir do trabalho, com uma série de termos que tem um “ar de família” marcado pela violência. No trabalho se analisou também a trajetória das prostitutas e a organização do movimento social das trabalhadoras do sexo.

Na década de 1980, quando estudava Antropologia na Argentina, a Antropologia brasileira que a gente lia no curso se sintetizava em três grandes autores: Darcy Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira e Gilberto Velho. Essa Antropologia marcou minha formação, que não à toa

continuou no Brasil. Lamentavelmente eles não estão mais entre nós, mas, como os rituais, marcaram nosso olhar antropológico. Apesar de diferentes, as abordagens desses autores têm um “ar de família” que marcou a Antropologia feita no Brasil. Entre as diversas pesquisas que eu realizei no Brasil, uma esteve particularmente marcada pela Antropologia Urbana de Gilberto Velho: *Prostitutas cidadãos* (ALVAREZ; TEIXEIRA, 2001).

A perspectiva de Gilberto Velho veio: no recorte do tema, na metodologia e na inspiração teórica para a leitura e organização dos dados levantados no trabalho de campo. Gilberto Velho foi um dos primeiros antropólogos a levar para o campo urbano as técnicas desenvolvidas pela Antropologia, observação participante, observação direta, entrevistas em profundidade, mergulhar no campo, estranhando para compreender. Essa marca deixou um agradável sabor empírico nas pesquisas de Antropologia Urbana no Brasil (VELHO, 2013).

Neste ponto, Gilberto Velho está em diálogo com a escola de Chicago, e particularmente com William Foote Whyte, da *Sociedade da esquina* (FOOTE WHYTE, 2005), que realizou sua pesquisa com jovens de gangues ítalo-americanos; ecoa a teatralidade da Sociologia de Goffman, – inspiradora dos trabalhos de performances –; o interacionismo de Becker focalizando o desvio (VELHO, 2011). Esta influência de enxergar a sociedade

pelas margens, pelo desvio, foi tropicalizada por Gilberto Velho (1998), que mostrou, em *Nobres e anjos*, que o desvio leva ao centro. No seu trabalho de doutorado realizou uma etnografia sobre uso de drogas num grupo de jovens da “gema” carioca. No seu trabalho apresenta diversas socializações em torno do uso de marijuana, LSD, cocaína, entre um grupo que incluía artistas plásticos, intelectuais e diplomatas, assim como entre os surfistas.

Gilberto Velho colocou o desvio no centro ao dissociar *desvio* de *anomia* (VELHO, 1977; 1979). Quebrar a abordagem funcionalista permitiu olhar estes grupos desviantes como parte da sociedade, como grupos com identidades específicas, ancorados em valores que orientam um comportamento de acordo com uma visão de mundo. O caminho para esta guinada está no conceito de *estranhamento*, de olhar o familiar colocando em suspenso nossos próprios valores. Ao mesmo tempo, estes grupos nos falam também da sociedade da qual fazem parte. Olhando o outro, os interstícios, os marginais, podemos revelar aspectos não enxergados a partir do nosso senso comum.

A abordagem desenvolvida em *Prostitutas cidadãs* (ALVAREZ; TEIXEIRA, 2001) tem inspiração na abordagem desenvolvida por Gilberto Velho (1981), em *Individualismo e cultura*, que marcou o campo da Antropologia Urbana. O autor assinala que as sociedades

complexas podem ser enxergadas numa série de grupos, articulados entre si, que podem participar de uma tradição cultural, mas também assinala grupos com tradições culturais associadas à divisão do trabalho. Estas identidades, associadas ao trabalho, nos levaram a analisar a prostituição como um horizonte simbólico associado ao comércio sexual, e levar em conta o olhar das protagonistas. Outros conceitos analisados no trabalho foram os de trajetória de vida, estigma, manipulação e fragmentação de identidades.

Quando pensamos que a divisão de trabalho se acompanha de tradições culturais, o que vem à mente são as tradições camponesas, operárias, sindicalistas, mas o comércio do corpo pode criar uma “tradição”? Quais seus jogos de linguagem, os símbolos compartilhados e reproduzidos de uma geração para outra?

Durante a pesquisa entrevistamos mais de 40 trabalhadoras do sexo nas cidades de Belém e Fortaleza, a maior parte desta amostra foi com trabalhadoras do sexo em boates e nas ruas. Pelo desenho da pesquisa, entrevistamos também outros atores-chave, como os responsáveis pelos programas estaduais e municipais da área de saúde, e ONGs focadas no segmento DST/AIDS. Outro ator importante foram as associações de prostitutas. Neste capítulo focalizaremos as prostitutas e suas associações.

A partir das entrevistas no local de trabalho, realizadas durante o trabalho de campo, construímos um perfil destas mulheres trabalhadoras do sexo. A prostituição não é homogênea, existem diversos “nichos” neste mercado: as “casas fechadas”, as boates, as que trabalham com algum agenciador e atendem em hotéis, a prostituição de ruas, a prostituição em beira de estradas ou em locais específicos, como garimpos, ou locais próximos de grandes projetos, como mineradoras ou construções.

Não existe uma associação a um nicho, nem uma passagem evolutiva de um local a outro. Uma das principais características das trabalhadoras do sexo é a mobilidade. Podemos visualizar esta mobilidade com a noção de *trajetória*, inspirada em *Projeto e metamorfose*, de Gilberto Velho (1994), o que nos permitiu associar esta mobilidade como relacionada a um ciclo relativo associado à saturação do local de trabalho, que se articula com outro ciclo absoluto, relacionado com a idade. Quando são novas num local de trabalho atraem mais clientes, quatro ou cinco por noite; à medida que passa o tempo no mesmo estabelecimento, o número de programas tende a cair, o que motiva a saída e a procura de novos locais. Por outro lado, estes ciclos que implicam mobilidade – e inclusive idas aos garimpos – entrelaça-se com outro ciclo determinado pela idade. À medida que a idade avança, diminui o número de fregueses, o que as obriga a deslo-

car-se para locais de menos competência, mais periféricos, tal como elas declaram nas entrevistas. A combinação destes dois ciclos permite descrever a trajetória das profissionais do sexo. Estas trajetórias, com seus ciclos, podem ser dramaticamente alteradas por problemas de saúde, como DSTs/HIV, ou pela violência. A violência aparece também como um dos principais riscos apontados pelas prostitutas e se reflete no “ar de família” entre os símbolos que orientam o cotidiano destas mulheres.

As entrevistas revelaram um jogo de linguagem que tem a violência como pano de fundo: a batalha, o corpo como arma, ir para a zona, ter nome de guerra. Como assinalamos: “O âmbito público é visto como uma batalha, onde o corpo é a arma a ser usada na zona de prostituição. Elas tentam manter separados esses dois campos também através do anonimato dado pelo nome de guerra, que pode mudar de semana em semana” (ALVAREZ; TEIXEIRA, 2001).

Um dos pontos da entrevista semiestruturada era uma história de vida sexual. Na análise nos chamou atenção a recorrência do relato de terem sido estupradas. Este estupro é colocado num tempo anterior à prostituição e em muitas das vezes inclui parentes ou pessoas próximas da família. Este fato nos revela, por um lado, índices de violência sexual maiores que os apresentados pela estatística policial. Por outro lado, nos levou a pen-

sar como hipótese o papel que teve a violência na construção dos corpos das prostitutas. Não afirmamos que toda mulher estuprada vai se prostituir, mas que as mulheres que exercem a prostituição sofreram o trauma do estupro. Estes eventos traumáticos podem resultar num tipo de sexualidade desdobrada e numa performance no relacionamento laboral, que não inclui, ou evita, um envolvimento afetivo.

A ambiguidade deste relacionamento se expressa por expressões como “a gente é prostituta, puta é a que dá de graça”. A *performance* implica um jogo de sedução, com conteúdo sexual, mas sem envolvimento emocional. Um dos ditados escutados que aparece como índice deste jogo é quando se referem ao orgasmo como “acidente de trabalho”. As prostitutas sofrem também com um *sistema acusatório* que as coloca fora da sociedade, como se sua performance só pudesse ser desempenhada nesse espaço liminar da *zona* (VELHO, 1981).

Estas mulheres, nos depoimentos, ressaltaram os esforços em dissociar o espaço de trabalho do espaço privado, devido à série de preconceitos que enfrentam. Nos seus discursos, nas entrevistas, invocavam sua condição de mães, e que é a prostituição que permite sustentar seus filhos. Ao falarem dos filhos, foram recorrentes as declarações de que não querem “essa vida” para seus filhos. Este fato parece significativo, uma vez que deslo-

ca a reprodução da tradição, desse universo simbólico, que neste caso não se apresenta como valor que passa de geração a geração, por *endoculturação*, e sim pelo ambiente de exercício da profissão, num âmbito “público”.

Como assinalamos, a prostituição acontece em diversos contextos, que vão da situação de casa fechada às situações de rua. Durante a pesquisa entrevistamos as trabalhadoras do sexo nos seus lugares de trabalho, nas ruas, bares e boates, o local que elas chamam de *zona*. Por trás dessas variações, existe uma cena que se repete. Usamos aqui o termo *cena*, no sentido de Goffman e de Gilberto Velho (VELHO, 2002). Refiro-me aqui aos diversos atores que compõem esta *cena* ou *espaço social*: as prostitutas, os fregueses, os taxistas e policiais.

Um dos itens da pesquisa era estabelecer um perfil dos fregueses. Fortaleza e Belém são pontos de destino de turismo internacional. Apesar disto, as trabalhadoras do sexo declararam que a maior parte dos fregueses era de público local, homens de classe média, com idade na faixa dos 30 aos 50 anos, divorciados ou em crise com suas esposas.

As prostitutas classificam seus clientes em diferentes tipos de acordo com o grau de envolvimento: o *cliente eventual*, o *freguês*, os *amigos*, o *noivo*. Os clientes eventuais são anônimos; os fregueses já têm uma frequência maior de encontros, por vezes periódicos. Já os

amigos ou os noivos supõem um envolvimento maior, que em alguns casos podem chegar a romper a parede que separa o mundo público do privado.

As profissionais do sexo constroem a relação a partir de uma performance de sedução. A sedução é uma atuação e tem como público os homens que frequentam a zona. De acordo com os depoimentos: “os homens são bobos”, “otários a ser depenados”, “manipulados”. Isso não é uma regra geral e muda com o envolvimento. Todo jogo de sedução implica manipulação, às vezes pode ser eficaz, outras vezes não. No pior dos casos pode resultar em violência. Gaspar (1985) assinala que a performance das garotas de programa está estreitamente associada com a mentira. Fazer de conta que gostam do freguês, fazer de conta que gozam no sexo, fazer de conta que escutam e que estão interessadas pelo freguês. A mentira estrutura relações sociais.

Os fregueses, por sua vez, tratam as prostitutas como putas, alguém que tem a intenção de te manipular, que você sabe e deixa atuar. Envolve-se sem envolvimento, só por diversão, por excitação, por responder a um jogo de provocações levado para os aspectos mais carnis, menos intelectuais. Um estado liminar onde se tira a posição na estrutura social – cônjuge, inserção laboral – para assumir, literalmente, uma posição sexual. Posição negociada, de acordo com uma tabela, oral, papai

e mamãe, anal, outras fantasias, inclusive ser escutado por uma mulher.

Outro dos personagens da zona são os taxistas, quase um Exu que leva do mundo público ao privado, que está disponível para levá-las até o freguês, e pode, inclusive, arrumar alguns serviços. Os taxistas que frequentam a zona podem se tornar *amigos*, socorrer em momentos de sufoco, trocar alguma corrida por um agrado. Eles são dos poucos que sabem o domicílio em que elas moram, quando as levam de madrugada, depois da jornada de trabalho.

No Brasil, a prostituição individual não é crime. De acordo com os depoimentos escutados, a constituição reconhece o direito da mulher de fazer o que quiser com seu próprio corpo, inclusive se prostituir. O que é crime é a exploração sexual, o agenciamento. Essa tênue linha introduz outro ator na zona, a presença da polícia. A polícia paira na zona, tanto porque dá um consentimento implícito, negociado, como pela presença intimidadora, amparada em éditos e ordenanças de moral pública, materializada em violência e humilhação. Abusos que vão dos “convites” para participar numa festa até a violência explícita. Contra quem denunciar a polícia? As idas à delegacia são calculadamente constrangedoras.

A prostituição, com suas performances noturnas, se transformou numa alternativa laboral, para estas mu-

lheres, que rende mais dinheiro que outros trabalhos. A maior parte delas vem da periferia, tem baixo nível de escolarização e dificilmente encontraria um emprego com esses rendimentos, apesar dos riscos. A violência, a discriminação, a ausência de cidadania, enquanto sujeitos de direito, perpassa a realidade destas prostitutas. Conscientes dos riscos da trajetória da prostituição, uma das portas de saída enxergada por estas mulheres, é encontrar alguém que as tire dessa vida, um príncipe encantado, com quem se casar e sair do Brasil. A vida noturna, o consumo de álcool todas as noites, eventualmente consumo de drogas, uma vida sexual intensa cobra um preço do corpo destas mulheres.

Nas sociedades complexas nos defrontamos também com múltiplos níveis de determinação e com a emergência de atores coletivos. Nas cidades analisadas aconteceu um processo análogo de construção de atores políticos, num cenário que envolveu atores locais, internacionais, multilaterais. Nos processos analisados em Belém e Fortaleza observamos uma *trajetória* comum na construção dos atores coletivos.

Na década de 1980, frente ao avanço da epidemia de HIV/AIDS se fomentou uma série de políticas focadas nos grupos de risco, com financiamento internacional, canalizado parte pelo estado, parte pelo terceiro setor. Nas cidades analisadas, a INTERAIDS, uma ONG fran-

cesa, procurou construir parceria para a execução dos projetos e estimulou a criação de grupos de universitários, que se organizaram como ONG e estabeleceram parcerias na área da saúde, tendo as prostitutas como público-alvo dos projetos. Os universitários, com suas ações focais, foram um ator que catalisou passagem para a ação coletiva. Essas parcerias permitiram realizar um significativo levantamento de informações, executaram o agenciamento de recursos e estimularam a criação de associações de prostitutas.

A atuação destas organizações permitiu às trabalhadoras do sexo o acesso a serviços de saúde, assistência social e jurídica. Serviços estes aos que tinham acesso precário ou inexistente pelas vias do estado. A realização de oficinas de capacitação e grupos de reflexão deu impulso à organização dessas mulheres. Nessas oficinas eram discutidas as DSTs/AIDS, com ênfase na prevenção e na distribuição de preservativos como estratégia para promover o sexo seguro. Nas oficinas se ensinavam técnicas, como, por exemplo, a de colocar o preservativo com a boca. Para esta prática era usada uma banana, ou inclusive uma garrafa de refrigerante pequena. As prostitutas passaram a ter uma presença cada vez maior e este fortalecimento levou, em ambos os casos analisados, à formação de uma organização de *trabalhadoras do sexo*. No caso de Fortaleza foi a Associação de Pros-

titutas do Ceará, (APROCE) e em Belém foi o Grupo de Prostitutas da Área Central (GEMPAC).

No decorrer deste processo, os grupos de prostitutas se fortalecem e ganham autonomia. À medida que ganham experiência organizativa passam a competir pelos mesmos recursos – limitados – com as ONGs que inicialmente as incentivaram. As representantes destas organizações ganham assentos nos fóruns municipais e estaduais em que são discutidas as políticas sobre DST/AIDS. As diversas ONGs que desenvolvem ações de prevenção na área de DST/AIDS repartem e disputam recursos destinados às políticas públicas, assim como espaços de poder nas instâncias de discussão dessas políticas, como conselhos de saúde, e instâncias de coordenação em estados e municípios. Com a necessidade de recursos, a lógica de reprodução das ONGs as leva a se orientar por uma lógica contraditória com aqueles novos atores que ajudaram a fortalecer. Quando estes atores, no caso as organizações de prostitutas, transcendem os objetivos que orientaram as agendas das ONGs, as mesmas perdem eficácia, na medida em que aumenta o poder de estabelecer interlocução com outros atores como políticos, agentes do estado e outros atores da sociedade não organizada (ALVAREZ; TEIXEIRA, 2001).

Na medida em que se organizam a partir da sua identidade associada ao trabalho, suas demandas não ficam

restritas ao campo da saúde. Entram na agenda alternativas de geração de renda, uma das quais é a execução de ações de prevenção. Estes fundos são negociados mediante convênios nas esferas municipal, estadual e federal. Outros dos temas que emergem são a discriminação, a violência e a perseguição policial. Frente à pressão da polícia, as organizações implementaram uma carteirinha, como documento a ser exibido ao serem abordadas pela polícia; demandadas por creches etc. Políticos abrem canais de interlocução com as lideranças destas organizações, o que às vezes resulta em candidaturas para vereadoras do município, ou em apoio em pleitos políticos. Nestas interações se negocia o possível caudal de votos que podem mobilizar estas mulheres falando diariamente com seus vários fregueses.

O processo de construção destas lideranças, que passam a participar de diferentes arenas públicas, tem também um lado pedagógico. O mais importante deste processo foi a construção de lideranças com capacidade de representação e interlocução política, capazes de expressar suas reivindicações, o que legitimou as prostitutas como cidadãos de direito.

Por outro lado, em relação às associações de prostitutas, como assinalamos no trabalho, as mesmas são permeadas por tensões internas inerentes à conformação de grupos políticos, como a criação de diferentes facções

que lutam pelo poder. Outra das dificuldades enfrentadas se relaciona com a *cultura do papel*, uma vez que o mercado de projetos exige formulação de projetos, relatórios, avaliações, prestação de contas. Estas organizações também não estão isentas dos vícios que permeiam o sistema político, como nepotismo, clientelismo, centralização do poder e perpetuação nos cargos. Será que são desvios ou são uma das formas tradicionais da política no Brasil, que se repete em diversos níveis, das organizações de prostitutas e ONGs até políticos de projeção nacional? Um novo desvio que leva ao centro.

Com este texto cumpro com o reconhecimento às influências de Gilberto Velho nas minhas pesquisas, nem sempre devidamente reconhecidas nas bibliografias dos meus trabalhos. Esta ausência se deve à interiorização desse olhar antropológico que transcende citações pontuais para ser umas das bússolas com que atravessamos mares de dados.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Gabriel; TEIXEIRA, Marlene. Prostitutas cidadãs: movimentos sociais e políticas de saúde na área de HIV/AIDS. *Revista Ciências Sociais*, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, v. 32, n. 1-2, p. 53-68, 2001.

FOOTE WHYTE, William, *Sociedade de esquina*: a estrutura social numa área pobre e degradada. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

VELHO, Gilberto (Org.). *Arte e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de Antropologia social*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

VELHO, Gilberto. *O desafio da cidade: novas perspectivas da Antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VELHO, Gilberto. *Nobres e anjos: um estudo sobre tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

VELHO, Gilberto. *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

VELHO, Gilberto. Antropologia Urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento. *Mana*, v. 17, n. 1, p. 161-185, abril 2011.

VELHO, Gilberto. *Um antropólogo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

VELHO, Gilberto. Becker, Goffman e a Antropologia no Brasil. *Ilha: Revista de Antropologia*, Florianópolis, UFSC, v. 4, n. 1, p. 5-16, jul. 2002.

Etnografia e subjetividade na pesquisa antropológica²⁴

ELISETTE SCHWADE (UFRN)

24 Uma primeira versão deste capítulo foi apresentada no seminário Trajetórias Antropológicas: reflexões sobre a obra de Gilberto Velho, realizado na Universidade de Brasília, em 22 de maio de 2014.

Entre os muitos ensinamentos deixados por Gilberto Velho, destaca-se a reflexão sobre a pesquisa antropológica, de modo especial as interpelações presentes em situações nas quais o pesquisador é parte do universo social que é pesquisado/objeto da pesquisa. Nesse sentido, em muitas das reflexões desenvolvidas por este autor, desde o texto clássico e amplamente conhecido *Observando o familiar* (VELHO, 1978), tem-se destacado as implicações do exercício do *estranhamento* em se tratando de experiências de pesquisa próximas e cotidianas. A sua obra *A utopia urbana* (VELHO, 1989) inaugura essa abordagem, identificando as diferenças entre moradores de um prédio de conjugados de Copacabana. A partir dessa pesquisa, o autor passa a ser referência obrigatória para os estudos de Antropologia Urbana.

Meu objetivo, nesse texto, é a reflexão sobre a *subjetividade no processo de interlocução* construído na pesquisa antropológica. Sobretudo no desafio de observar, descrever, registrar e textualizar esse processo de interlocução na construção da etnografia. Trata-se de expandir os ensinamentos de Gilberto Velho a partir de sua própria obra, com ênfase nos desdobramentos da subjetividade para além das preocupações decorrentes da partilha de universos e do familiar com o objeto. O acúmulo de reflexões nesse campo permite problematizar posições sociais em diálogo nas diferentes etapas da etnografia, da interlocução na pesquisa à textualização.

Na reflexão sobre a *subjetividade*, torna-se imperativo incorporar os marcadores sociais da diferença – classe, gênero, raça, geração e diversos pertencimentos – que se evidenciam nos encontros intersubjetivos inerentes à realização da etnografia. Para tanto, trarei inicialmente algumas reflexões sobre subjetividade e, em seguida, faço a referência a diferentes interlocuções de minhas pesquisas envolvendo assentamentos rurais e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No final, lanço algumas perguntas sobre a subjetividade na pesquisa e na produção de etnografias que situam a interlocução em contextos de desigualdades econômicas e sociais.

A questão central do texto na pesquisa antropológica é refletir sobre contextos e relações de poder. Para isso é necessário pensar a *posição social* do pesquisador e as relações de poder, sobretudo em uma sociedade desigual, como é o caso da sociedade brasileira.

Nas últimas décadas a produção antropológica volta-da para a reflexão sobre a subjetividade teve um incremento significativo, sob vários pontos de vista, com ênfase na *condição situada* da produção do conhecimento antropológico. A elucidação do diálogo produzido no processo de realização da etnografia tornou-se reconhecida como necessidade, revelando características que definem a prática da pesquisa na Antropologia, como o distanciamento sempre necessário, mesmo em pesquisas no interior do grupo a que pertencem os pesquisadores. Não obstante, é importante enfatizar que, como já ressaltava Zaluar (1986) há algumas décadas, o pesquisador, mesmo próximo ou íntimo, continua sendo *o outro*. Sendo assim, cabe perguntar: é possível atenuar a relação de poder e proporcionar uma etnografia mais participativa?

SUBJETIVIDADES

Gilberto Velho recupera as ponderações de Simmel acerca da cultura objetiva e cultura subjetiva e assinala

que “[...] a subjetividade, o interno, é fabricada pela relação com o externo” (VELHO, 1986, p. 21). Ou seja, é na *relação* que se evidenciam aspectos do diálogo intersubjetivo. Tal assertiva implica pensar que a subjetividade não está dada, definida a priori, mas que se explicita no contato, na efetivação de trocas, em que se evidenciam posições e referências culturais dos envolvidos.

Dentre as muitas e inestimáveis contribuições de Gilberto Velho para a reflexão da pesquisa antropológica, especialmente no que diz respeito à singularidade do método, temos o ponto de partida amplamente conhecido do desafio da proximidade, reconhecido como *estranhamento daquilo que é familiar*. Na obra *Subjetividade e sociedade* (1986) Gilberto Velho tematiza a pesquisa como *processo de autoconhecimento*, reflexão associada aos temas e condições em que desenvolvia suas pesquisas, experiências partilhadas que faziam com que, por meio da prática da pesquisa antropológica, estivesse ampliando o conhecimento sobre sua própria sociedade. Não obstante, esse é um conhecimento teórico e metodologicamente *situado*, desde que se trata da textualização de uma *interação*, como assinala o autor em uma entrevista:²⁵ “A etnografia está descrevendo a interação

25 Entrevista concedida em 2001 a Celso Castro, Lucia Lippe Oliveira e Marieta de Moraes Ferreira, para a revista Estudos Históricos, publicada no livro *Um antropólogo na cidade* (VELHO, 2013).

– segundo certas regras, segundo certos princípios –, mas sempre a interação, o encontro das pessoas no seu dia a dia, no seu cotidiano (VELHO, 2013, p. 172). Assinala ainda, em outro texto:

Quando elegi a minha própria sociedade como objeto de pesquisa, fatalmente assumi que a minha subjetividade deveria ser, permanentemente, não só levada em consideração, mas incorporada ao processo de conhecimentos desencadeado [...] deveria tentar não escamotear a sua interferência, mas aprender a lidar com ela (VELHO, 1986, p. 18).

Tais formulações de Gilberto Velho continuam atuais e são constantemente lembradas em inúmeras reflexões sobre os processos de pesquisa, tornando-se cada vez mais parte da construção do pensamento antropológico²⁶. São formulações que fazem pensar sobre a experiên-

26 A reflexão sobre a subjetividade na pesquisa antropológica faz parte de todos os projetos e reflexões desenvolvidas pelo Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividade (NIGS/UFSC), coordenado por Miriam Grossi e do qual faço parte desde 1992. Em um projeto desenvolvido de 1990 a 1992, tais questões compuseram a produção de artigos sobre a experiência do trabalho de campo (GROSSI, 1992), bem como relatos em seminários e eventos do PPGAS/UFSC, programa ao qual o NIGS está vinculado. Como desdobramento, a reflexão passou a incorporar efetivamente a dimensão do gênero, o

cia subjetiva na sua relação com o processo de pesquisa, desde as interlocuções em campo, os registros em diários, até a construção da etnografia. Assim, se a referência ao processo de pesquisa de certa forma se situa como inerente ao processo de observação participante, com relatos de conflitos e contextos de interlocuções nas introduções de monografias²⁷, em períodos mais recentes é o próprio “mergulho na subjetividade” que passa a fazer parte da reflexão, apresentando-se efetivamente como dado de pesquisa. Nesse sentido, a referência à subjetividade resulta ampliada e passa a incorporar questões relacionadas ao gênero, sexualidade, posição social e outros marcadores sociais da diferença, contrastados com a *posição* do pesquisador, os quais resultam indagados no decorrer do exercício da pesquisa, pois “[...] na busca do outro encontra-se a si mesmo” (GROSSI, 1992).

Assumindo a subjetividade como inerente à pesquisa, passo a falar agora de um contexto específico de inter-

que resultou na organização de Grupos de Trabalho em diferentes eventos (nas Reuniões da Associação Brasileira de Antropologia, RBA/2004; RBA/2006; RBA 2008; RBA 2012; e também da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS 2011 e 2012).

27 Por exemplo, referências já clássicas, para além da introdução de Malinowski nos *Argonautas* (1978), a introdução de Evans-Pritchard nos *Nuer* (1978); e as reflexões de Foote Whyte (1975) sobre a observação participante, entre outras.

locações envolvendo a militância. Minhas indagações acerca da subjetividade remetem a pesquisas com movimentos sociais, mais especificamente com o MST, com enfoque na construção do projeto político desse movimento e das trajetórias militantes.

Nos desafios de descrever as interações das quais o antropólogo também faz parte, procuro problematizar o envolvimento subjetivo nos seus vínculos em *etnografias de participação*²⁸, o que é frequente em pesquisas realizadas com/em movimentos sociais: como se processam os diálogos, como são transcritos para etnografia, em se tratando de análises construídas sobre e por meio da militância? Cabe destacar os diferentes sentidos assumidos pela militância que, não obstante se situe como uma espécie de autorização para construir a interlocução, no processo da pesquisa e por meio do contraste reposiciona os envolvidos e instiga a refletir sobre as diferenças e relações de poder. Uma abordagem do cotidiano das relações de militância, onde se efetiva a interação. Como nos diz Gilberto Velho, “[...] o que é a interação senão uma relação entre indivíduos que são diferentes uns dos outros?” (VELHO, 2013, p. 176).

28 Trata-se aqui de uma referência ao livro organizado por Claudia Fonseca e Jurema Brites (FONSECA; BRITES, 2006), com reflexões fundamentais sobre pesquisas realizadas em contextos de interlocução envolvendo a *participação*, conforme retomarei no decorrer desse texto.

Nas minhas pesquisas sobre MST e assentamentos rurais, a militância está presente como uma questão recorrente, em diferentes contextos e com múltiplos desdobramentos. Em um primeiro momento, o tema da pesquisa envolveu a relação de um grupo de militantes com o projeto político-religioso (SCHWADE, 1993) e, mais recentemente, os *campos de possibilidades, trajetórias e projetos individuais*, sobretudo de jovens e mulheres militantes (SCHWADE, 2010; 2013).

A pesquisa que realizei entre 1989 e 1993 foi a minha primeira experiência de uma pesquisa antropológica, com algum exercício da autonomia de decisões em campo. Desde os primeiros movimentos, ainda no processo de aproximação com os espaços que iria etnografar – assentamentos –, as dimensões do encontro intersubjetivo sinalizaram de imediato a necessidade de refletir sobre a dimensão do poder. Falei sobre essa relação e as angústias decorrentes em um artigo que chamei de *Poder do sujeito, poder do objeto* (SCHWADE, 1992). Inspirada na reflexão sobre a subjetividade inerente à pesquisa e produzida na relação estabelecida, colocou-se a necessidade de refletir sobre relações de poder vinculadas ao proces-

so de interlocução²⁹, considerando a pesquisa como relação (social) entre sujeitos. Uma interação permeada por posicionamentos, disputas, vínculos políticos, poder como exercício, prática, que circula (FOUCAULT, 1984), que se evidenciou na necessidade de um longo processo de negociação e partilha para que eu chegasse ao assentamento. Um percurso de reconhecimento mútuo, onde a confirmação recorrente de referências que de algum modo apontavam o meu engajamento militante foram fundamentais. Nesse processo se deu o meu reconhecimento e certa autorização para a realização da pesquisa.

Na chegada ao assentamento esse exercício exigiu uma negociação constante. Em um momento em que o MST vivia um processo intenso de construção de sua organização política, e um contexto muito tenso de enfrentamento político em todos os espaços de atuação, estar em um assentamento onde residiam muitos militantes me colocou em uma situação onde eu era constantemente questionada. Uma interlocução marcada pelas orientações de todos os movimentos, dos meus contatos fora do

29 Cabe destacar que, nesse artigo – datado –, eu fazia referência aos residentes no assentamento como informantes. As alterações processadas até o uso de *interlocutores* evidentemente são parte de um aprofundamento da reflexão sobre a pesquisa antropológica, com a consequente desconstrução da posição do antropólogo e dos grupos contatados. Ver, a esse respeito, entre outros, Cardoso de Oliveira (2000).

assentamento, mas também sobre outros pertencimentos, tais como as minhas relações familiares, que eram conhecidas por alguns dos meus interlocutores. Importante sublinhar que minha pesquisa foi realizada em um assentamento considerado modelo pelo MST até hoje e no qual residem muitos militantes que assumiram e assumem importantes posições como dirigentes políticos reconhecidos nacionalmente.

Na escrita sobre esse processo, após a intensidade daquela interlocução, eu estava fortemente impactada pela necessidade da vigilância, por um cuidado (às vezes excessivo?) do que deveria escrever, como escrever, quem citar. Garantir o anonimato, usando nomes fictícios, bem lembra Fonseca (2010), raras vezes é suficiente. E, ainda, foi necessário um tratamento cuidadoso de muitos dados da pesquisa; tive que lidar com um conflito recorrente em que se mesclavam a minha simpatia pelo MST e pelo projeto político do grupo com os questionamentos oriundos da interlocução na pesquisa, em contextos de *participação*. E aqui é importante abrir um parêntesis sobre a relação *etnografia e participação*.

Recorro à já citada coletânea, *Etnografias da participação* (2006), organizada por Claudia Fonseca e Jurema Brites. Poderíamos referir que a etnografia é sempre participativa, desde que requer a presença do etnógrafo num sentido stricto, ou seja, em profundidade que

permita uma *descrição viva*, como queria Malinowski, substituída por uma *descrição densa* na acepção contemporânea, desde Clifford Geertz (1978). De todo modo, a efetivação da etnografia requer um processo de interlocução que supõe uma aproximação singular, que revela *participação*. Mas em se tratando da etnografia da participação política são construídas interlocuções que envolvem sujeitos de setores populares organizados e forças que atuam no nível macro (FONSECA; BRITES, 2006, p. 8). Nesse sentido, *participamos* e interagimos em contextos nos quais, conforme apontam as organizadoras citadas em referência ao texto sobre a marcha do MST, há necessidade de pensar “[...] o que da pesquisa etnográfica pode ser revelado quando sabemos que nem tudo o que registramos é favorável à boa imagem do grupo investigado” (CHAVES, 2006, p. 9).

Portanto, os sentidos da *participação* se ampliam na prática da etnografia, supõem reconhecimento, partilha, troca, reposicionamento e desafiam a forma como essa experiência (subjetiva) é incorporada na textualização. É no texto que nos tornamos efetivamente implicados, sendo necessário reconhecer os posicionamentos. E aqui cabe fazer nova referência a um texto de Chaves (2006) sobre o MST – *A marcha dos sem-terra*, no qual a autora fala dos conflitos relacionados à dinâmica do ocultar e desnudar, dos limites do consentido, do dito, do oculto.

Muitas dessas questões, presentes desde os meus primeiros escritos, eu só consegui elaborar (subjetivamente) mais de 10 anos depois em uma espécie de (re) encontro com o MST, em outro espaço de interlocução – outras *posições* –, na relação professora/estudantes em um curso de Antropologia para a graduação chamado Pedagogia da Terra³⁰. As condições de realização do curso, intensivo e em um local em processo de organização (um campus da UFRN que estava desativado), já no primeiro momento trouxeram a lembrança da situação de assentamento. O controle da circulação dos estudantes, do tempo a ser dedicado para cada atividade, as 40 horas de aula em uma semana de modo intensivo significaram uma espécie de retorno ao trabalho de campo no assentamento. Todas as atividades organizadas e cronometradas. Continuei acompanhando esse curso durante quatro anos, inclusive com orientação de trabalhos de conclusão de curso, sobretudo com enfoque nos temas da juventude e gênero.

Esse novo espaço de interlocução me *posicionou* para um olhar sobre o MST não mais a partir das relações do cotidiano de um assentamento, mas de um lu-

30 Curso PRONERA – Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária – direcionado para militantes do MST e residentes em assentamentos rurais, convênio entre o MST, INCRA e UFRN.

gar que esse movimento social ocupa na cena política brasileira e internacional, na discussão da educação, da condição de jovens rurais, da política de produção agrícola, da diversidade, participação das mulheres, entre outros aspectos³¹. Esse diálogo revelou um Movimento Social de grande alcance, com repercussões múltiplas no interior da sociedade em que se encontra inserido. Um avanço significativo da organização política inicial, com o objetivo de acesso à terra para um projeto de transformação social.

Voltei, então, à pesquisa no *local*. A realização de etnografias em assentamentos no RN e o retorno para aquele onde havia realizado pesquisa em 1990 em SC levou-me a percepção dos assentamentos como *locais* que dialogam constantemente com espaços exteriores. Tais diálogos são reveladores de múltiplas *trajetórias* e *campos de possibilidades* levados a efeito pela construção da militância. Ampliou-se, então, minha perspectiva inicial de camponeses que tiveram acesso à terra e permitiu ver a construção do sujeito militante: um *projeto individual* dentro de um *campo de possibilidades*.

Continuei minha pesquisa com enfoque, sobretudo, nas trajetórias de mulheres: militantes que migram – do Sul para o Nordeste, por exemplo, processos de organização política das quais elas participam, suas ações na

31 Ver Schwade (2014); Schwade e Paiva (2014).

produção, entre outros, sempre focalizando os diálogos das realidades locais com espaços, grupos e instituições externas. A militância passou a se situar como construção dos sujeitos nos processos, onde fui percebendo recorrências, por meio da etnografia de eventos, do acompanhamento dos militantes em diferentes contextos

Quais são as questões da subjetividade na pesquisa nesse novo contexto? Gilberto Velho nos diz que “[...] na sociedade complexa, particularmente, a coexistência de diferentes mundos constitui a sua própria dinâmica” (VELHO, 1994, p.27). As novas interlocuções do meu processo de pesquisa suscitaram *reposicionamentos* na etnografia em múltiplas situações, etnografando grandes eventos (Encontro do Movimento de Mulheres Camponesas, da Marcha Mundial de Mulheres, Congresso MST); espaços de formação (escolarização e formação política); e a realidade nos assentamentos, onde é possível perceber a atuação das mulheres e jovens no cotidiano.

Nesse processo, destaco a importância do *local* para a compreensão da relação com processos mais amplos. *Local* que não denota singularidade, mas espaço de *conexões* com ações em outros contextos. Isso trouxe novas questões para a reflexão. A título de exemplo, indicou uma diferença enorme quando as trajetórias militantes, de jovens e mulheres, podem ser vistas sob múltiplas

perspectivas. Um exemplo é a ênfase que a questão da juventude e do gênero recebeu no último congresso do MST³², no qual se enfatizou os assentamentos como locais de resistência.

As interlocuções nesses diferentes contextos trazem também algumas questões sobre movimentos sociais e diálogos com a atividade acadêmica. Essa relação, que tem se intensificado, inclusive em virtude do ingresso de muitos militantes em cursos de graduação e pós-graduação, traz novas questões para a agenda do trabalho acadêmico, somando-se, em períodos recentes, ao crescimento da ênfase nas atividades de extensão. São ações que resultam na vivência de situações de interlocução que envolvem intervenções – mas que não são propriamente situações de pesquisa, como é o caso das atividades de extensão mencionadas, tais como o curso Pedagogia da Terra e outros. Atividades que nos colocam novos desafios para *lidar com a presença da subjetividade*. Interações, mediações, “trabalhar nas margens”, nos fluxos. Portanto, novas questões para nossas *posições* e trocas subjetivas, em contextos de participação, ora de partilha, ora de contraste entre *mundos sociais*.

Gostaria de retomar agora algumas de minhas indagações iniciais, sobre a posição do pesquisador no cam-

32 Congresso realizado em 2012, em Brasília. Ver Schwade e Paiva (2014).

po e no texto. E essa retomada se deve ao fato de muitas das questões, não obstante as diferentes possibilidades de interlocução com o MST, permanecerem como interrogações difíceis e angustiantes.

Penso que, em se tratando da pesquisa sobre militância, a circularidade e o exercício do poder nos colocam em posicionamentos atrelados à dinâmica das organizações e grupos de pertencimento dos militantes, onde partilhamos os *momentos* vivenciados por tais movimentos e que nos reposicionam constantemente nos diálogos e interações subjetivas. Assim, no Congresso do MST em 2014, já citado, eu fiz parte do grupo dos *professores universitários*. O contraste fica evidente e, não obstante a presença da subjetividade esteja assumida, o pesquisador ainda é o outro, não pertence àquele mundo e fala a partir do lado de cá.

A questão que, embora já amplamente mencionada, continua pertinente é: como incorporar esse pertencimento a *mundos diferentes* à reflexão sobre esses contextos, como dado de pesquisa, na etnografia?

Lembro aqui, mais uma vez, das importantes contribuições de Claudia Fonseca que, com uma longa trajetória de pesquisa com grupos populares urbanos, traz reflexões cruciais para a questão da subjetividade na pesquisa antropológica, de modo especial em contextos de desigualdade. Quero me referir especialmente ao

já citado texto (FONSECA, 2006), em que argumenta a quase inexistência de análises antropológicas no recorte de classe, ou de pesquisas, como nos diz a autora, que enfatizem as escalas inferiores da sociedade de classe. A ênfase em um olhar *de baixo para cima* como parte da premissa antropológica supõe construir análises sobre os grupos que se distanciam da perspectiva do impacto da sociedade dominante sobre esses mesmos grupos. Fonseca localiza um desafio, ainda não totalmente enfrentado, de pensar esses grupos a partir de seus próprios termos, na contribuição singular que a pesquisa etnográfica traz para a compreensão das sociedades contemporâneas: “[...] a tentativa de entender outros modos de vida usando a subjetividade do pesquisador e sua confrontação com o ‘diferente’ como instrumento principal do conhecimento” (FONSECA, 2006, p. 13). A autora classifica como *recusa* etnográfica (remetendo a Sherry Ortner) o ato ou a tentativa de descrever esses grupos a partir de conceitos preestabelecidos formulados antes ou sem pesquisa de campo. A reflexão de Claudia Fonseca faz pensar nos limites e possibilidades do encontro intersubjetivo, dada a posição *sempre relacional* em que esse encontro acontece. Penso no pertencimento de classe de pesquisador e pesquisado como algo que deve ser enfrentado para a compreensão *do outro nos seus próprios termos*. É nesse sentido que nos alerta para

alguns riscos em se tratando de pesquisas, por exemplo as registradas com grupos de baixa renda, nas quais se identifica com frequência atitudes que incorporam um pré-julgamento acerca desses grupos, que empobrecem a pesquisa e inibem possibilidades de uma textualização de tais experiências *nos seus próprios termos*.

Portanto, eu gostaria de concluir essa reflexão, reforçando a necessidade de incorporar, na discussão sobre a subjetividade na pesquisa antropológica, para além dos marcadores sociais da diferença, as posições de poder que incluem os sujeitos do processo de interlocução (pesquisadores e pesquisados) em *mundos sociais* não somente diferentes, mas desiguais. Nesse sentido é que um dos últimos textos publicados por Gilberto Velho (2012), embora portador da mesma sinceridade e de uma posição assumida pelo autor em todas as suas produções, nos provoca a pensar algumas questões. Refiro-me ao texto *O patrão e as empregadas* (VELHO, 2012), o qual nos coloca a interrogação sobre os limites e possibilidades de um olhar sobre outros mundos quando a referência subjetiva é o nosso mundo. Nesse texto Gilberto Velho fala da condição de empregadas vista a partir da convivência na sua casa – do patrão. Reforço, ainda que tenha reiterado explicitamente e assumido que se trata de uma leitura a partir da convivência na sua casa, o resultado, a textualização, que nos interroga sobre desi-

gualdades presentes nessas relações, para além das partilhas e interações.

E assim retomo a minha questão inicial sobre os desafios do texto etnográfico. No processo de textualização, fica evidente uma relação e poder que já foi alvo de várias reflexões sobre a etnografia desde os anos 80 e 90 do século 20, reverberando em coletâneas tais como *Writing Culture* (CLIFFORD; MARCUS, 1986), entre outras. Naqueles textos, a preocupação era com as relações de poder, sobretudo nos resultados, na etnografia, na textualização. Mas tal reflexão, ampliada para todas as etapas da interlocução na pesquisa, abriu as possibilidades de aprofundar a discussão sobre a etnografia, de modo especial na transversalidade da dimensão do poder. No caso da minha pesquisa com o MST, se a princípio o foco de questionamentos parecia se concentrar nas possibilidades efetivas de aceitação e reconhecimento de *autoridade* na etnografia, os sucessivos reencontros com esse sujeito coletivo organizado politicamente me permitiram perceber a complexidade do que num primeiro momento eu identifiquei como moeda de troca principal: a militância. Foi também esse reencontro em espaços exteriores ao assentamento que ampliou a perspectiva e indicou a necessidade de compreender a militância em fluxos, processos, novas diferenciações e múltiplas transformações.

Não obstante, embora pesquisas de longa duração permitam refletir sobre as particularidades de determinado grupo em seus contextos, pode-se afirmar que a relação de poder inerente à etnografia encontra outros respaldos – inclusive aquele do pertencimento do pesquisador. Quais são as possibilidades de assumir a interferência do nosso lugar de fala, como bem elucidado no texto *O patrão e as empregadas* (VELHO, 2012)³³? Como incorporar as diferentes posições de classe? Como minimizar pré-noções, que se transformam em atitudes que dificultam a efetiva compreensão do *outro nos seus próprios termos*, sem correr o risco de reificação do objeto e de uma análise a partir da sociedade dominante, frequente na abordagem de grupos populares urbanos, conforme nos indica Fonseca?

É nesse sentido que uma reflexão sobre a etnografia exige o reconhecimento de marcadores sociais da

33 O texto de Gilberto Velho certamente mereceria uma análise mais detida, tendo em vista as reações que tem provocado quando da sua leitura em sala de aula. Tais questionamentos indagam sobretudo *o lugar da fala*, a partir do qual textualiza as suas relações – de patrão – com empregadas domésticas. Se o texto traz elementos da heterogeneidade do universo das trabalhadoras, que se explicitam nas relações estabelecidas no emprego doméstico, carrega a marca dessa leitura feita a partir de experiências que se restringem ao universo do patrão, à sua casa, ao seu cotidiano.

diferença (de classe, raça, gênero, orientação sexual, pertencimento religioso, entre outros) em efetiva *interação*, cumprindo o objetivo da pesquisa tal qual formulado por Gilberto Velho: aprendendo a lidar com a interferência da subjetividade na pesquisa-diálogo que tem como temática central a do *sujeito no mundo* (VELHO, 1986, p. 19).

REFERÊNCIAS

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: o olhar, ouvir e escrever. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: UNESP, 2000.

CHAVES, Cristine. Os limites do consentido. In: FONSECA, Claudia; BRITES, Jurema (Org.). *Etnografias da participação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

CLIFFORD, James; MARCUS, George. *Writing Culture*. Berkeley: University of California Press, 1986.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. Introdução. In: EVANS-PRITCHARD, Edward E. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FONSECA, Claudia; BRITES, Jurema (Org.). *Etnografias da participação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

FONSECA, Claudia. Classe e recusa etnográfica. In: FONSECA, Claudia; BRITES, Jurema (Org.). *Etnografias da participação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”. In: SCHUCH; VIEIRA; PETERS (Org.). *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010. p. 205-227.

FOOTE-WHYTE, William. Treinando a observação participante. In: ZALUAR, Alba (Org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. p. 77-86.

FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. v. 1.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

GROSSI, Miriam P. *Na busca do outro, encontra-se a si mesmo: trabalho de campo e subjetividade*. Florianópolis: NIGS/UFSC, 1992.

GROSSI, Miriam P. (Org.). *Trabalho de campo e subjetividade*. Santa Catarina: NIGS/UFSC, 1992.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução: tema, método e objetivo desta pesquisa. In: *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 17-33.

SCHWADE, Elisete; PAIVA, Irene A. Nas resistências: ação política, jovens e mulheres no MST e em assentamentos rurais. *Vivência: Revista de Antropologia*, v. 43, p. 67-84, 2014.

SCHWADE, Elisete. Poder do sujeito, poder do objeto. In: GROSSI, Miriam Pillar. *Trabalho de campo e subjetividade*. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1992.

SCHWADE, Elisete, *A luta não faz parte da vida... é a vida*. 1993. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação e Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

SCHWADE, Elisete. Gênero e juventude em assentamentos rurais. In: SCHWADE, Elisete; VALLE, Carlos Guilherme (Org.). *Processos sociais, cultura e identidades*. São Paulo: Annablume, 2010.

SCHWADE, Elisete. Gênero e ativismo político: mulheres no MST e em assentamentos rurais. In: ASSIS, Gláucia de Oliveira; MINELLA, Luzinete Simões; FUNCK, Susana Bornéo (Org.). *Entre lugares e mobilidades: desafios feministas*. Tubarão, Santa Catarina: Copiart, 2014. p. 229-248.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de O. (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-46.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VELHO, Gilberto. *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de Antropologia social*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VELHO, Gilberto. O patrão e as empregadas. *Sociologia: problemas e práticas*, n. 69, 2012.

VELHO, Gilberto. Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana. VIANNA, Hermano; KUSCHNIR, Karina; CASTRO, Celso (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth (Org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Ana Luiza Carvalho da Rocha é doutora em Antropologia Social, Paris V Sorbonne, 1994, com pós-doutorado no Laboratoire d'Anthropologie Visuelle et Sonore du Monde Contemporain na Université Paris VII em 2001 e no Institute for Latin American Studies na Freie Universität Berlin Rüdesheimer em 2013. É pesquisadora CNPq. É antropóloga na UFRGS. Pesquisadora no Laboratório de Antropologia Social e professora na FEEVALE/RS. Coordenadora junto com Cornelia Eckert do Projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais (Laboratório de Antropologia Social), com sede no IFCH, UFRGS, Porto Alegre, atua ainda no Núcleo de Pesquisa em Estudos Contemporâneos (NUPECS) e no Núcleo de Antropologia Social (NAVISUAL), PPGAS, IFCH, UFRGS.

Cornelia Eckert é doutora em Antropologia Social, Université Paris V, Sorbonne, 1992, com pós-doutorado no Laboratoire d'Anthropologie Visuelle et Sonore du Monde Contemporain na Université Paris VII em 2001 e no Institute for Latin American Studies na Freie Universität Berlin Rüdesheimer em 2013. É professora no Departamento de Antropologia e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, IFCH, UFRGS. É pesquisadora CNPq. Coordena junto com Ana Luiza Carvalho da Rocha o projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV com sede no IFCH, UFRGS), coordena o Núcleo de Antropologia Visual (NAVISUAL) e atua ainda no Núcleo de Pesquisa em Estudos Contemporâneos (NUPECS), PPGAS, e no Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Envelhecimento, Prorext, UFRGS.

Cristina Patriota de Moura doutorou-se em Antropologia pelo Museu Nacional/UFRJ em 2003. É professora do PPGAS/DAN da Universidade de Brasília desde 2006, de onde coordena o Grupo de Pesquisa Urbanidade e Estilos de Vida (CNPq), participa do Laboratório de Vivências e Reflexões Antropológicas (LAVIVER) e do Observatório da Vida Estudantil. Foi pesquisadora visitante na Universidade da Califórnia, Berkeley (2006), Universidade de Lisboa (2011) e Universidade da Califórnia Davis, onde realizou seu pós-doutorado (2014-2015).

Elisete Schwade possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (1987), mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1993), doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (2001), pós-doutorado na University of British Columbia – UBC (2008-2009). Suas áreas de interesse em pesquisa incluem os seguintes campos temáticos e etnográficos: gênero e subjetividade; sociabilidades, religiosidades e estilos de vida; assentamentos rurais.

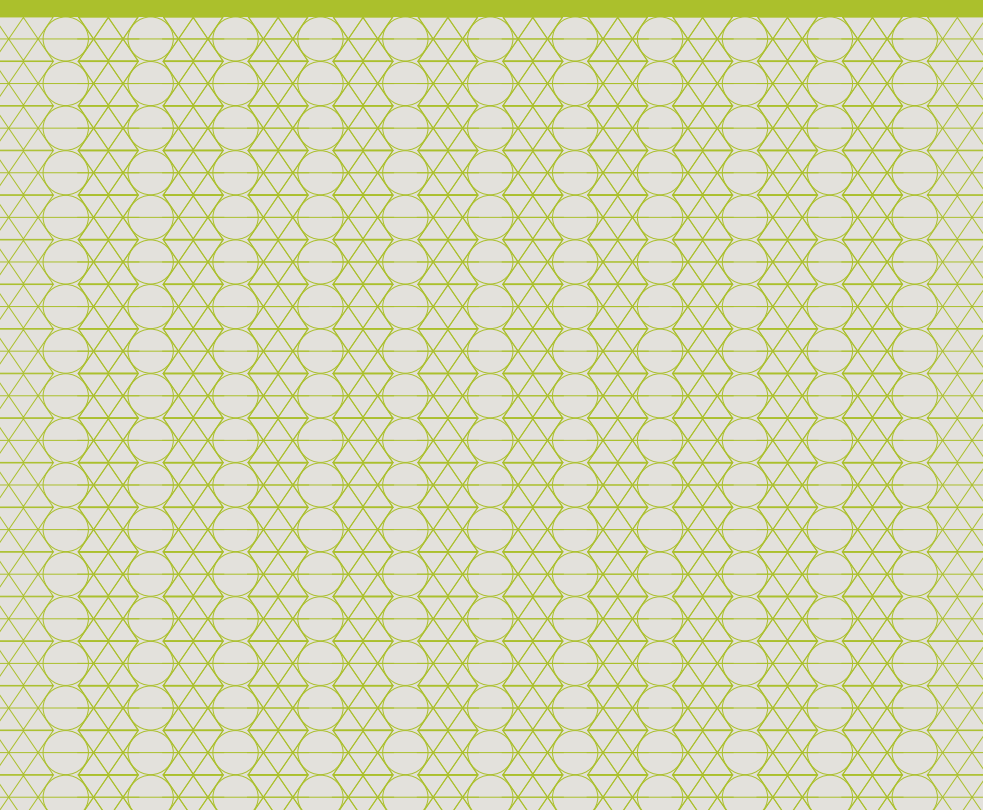
Gabriel Omar Alvarez graduou-se em Antropología – Universidad Nacional de La Plata (1991), mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (1995) e doutorado em Antropologia pela Universidade de Brasília (2000). Atualmente é coordenador do programa de pós-graduação da Universidade Federal de Goiás e professor adjunto da Universidade Federal de Goiás. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Política, atuando principalmente nos seguintes temas: antropologia visual, rituais, etnologia indígena, etnografia e políticas sociais.

Lia Zanotta Machado possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1967), mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1979) e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1980). Atualmente é professora titular de Antropologia da Universidade de Brasília. É membro do grupo assessor internacional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Coordenadora da área de Antropologia junto a CAPES. Ex-conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e ex-membro do comitê de monitoramento da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, ex-vice-presidente da Associação Brasileira de Antropologia. Foi professora visitante da Universidade de Colúmbia na Cátedra Ruth Cardoso (2009-2010). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Teoria Antropológica, atuando principalmente nos seguintes temas: violência contra a mulher, saúde e direitos reprodutivos, violência doméstica, gênero e família, antropologia do gênero, antropologia das políticas públicas de saúde e segurança, práticas jurídicas, e relações entre estado e movimentos sociais no Brasil e América Latina.

Lisabete Coradini possui mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1992) e doutorado em Antropologia pela Universidad Nacional Autónoma de México (2000). Atualmente é professora associada do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Coordenadora do NAVIS – Núcleo de Antropologia Visual, Diretório de Pesquisa/CNPq-UFRN. Realizou os seguintes filmes: *No mato das mangabeiras*, *Seu Pernambuco*, *Cinema moçambicano em movimento*, *Sila a mulher*

cangaceira. Publicou: *Praça XV espaço e sociabilidade*; *Antropologia e imagem*; *As cidades e suas imagens*. Organizou dossiê sobre cinema (*Revista Bagoas*). Atualmente é editora da *Vivência Revista de Antropologia* (DAN/PPGAS). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Urbana e Audiovisual.

Roque de Barros Laraia é graduado em História pela UFMG. Como antropólogo, iniciou a sua carreira docente no Museu Nacional, em 1961. Em 1969 se transferiu para a Universidade de Brasília. Realizou pesquisa entre os índios Surui, Asurini, Kamayurá e Kaapor. É pesquisador associado na Universidade de Harvard, doutor pela USP e pós-doutorado pela Universidade de Sussex. É professor emérito da UnB (1992) e pesquisador emérito do CNPq (2013).



Esta publicação foi realizada com o apoio:

CNPq UFRN UNB ABA

